



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**LEITURAS DE UM VIAJANTE PÚBLICO (1812-1846):
O HOMEM DA NATUREZA BRASILEIRA, SEUS MUNDOS E OS
OUTROS**

Manoel Ribeiro Andrade

São Cristóvão
Sergipe - Brasil
2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

A553l Andrade, Manoel Ribeiro
 Leituras de um viajante público (1812-1846) : o homem da
 natureza brasileira, seus mundos e os outros / Manoel Ribeiro
 Andrade ; orientador Antonio Lindvaldo Sousa. – São Cristóvão,
 2017.
 110 f. : il.

 Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal
 de Sergipe, 2017.

 1. História. 2. Viagens. 3. Natureza - História. 4. Civilização –
 História. 5. Naturalistas. 6. Souza, Antonio Moniz de, 1782-1857.
 I. Sousa, Antonio Lindvaldo, orient. II. Título.

CDU 930.2(81)

MANOEL RIBEIRO ANDRADE

**LEITURAS DE UM VIAJANTE PÚBLICO (1812-1846):
O HOMEM DA NATUREZA BRASILEIRA, SEUS MUNDOS E OS
OUTROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa

São Cristóvão
Sergipe - Brasil
2017

MANOEL RIBEIRO ANDRADE

LEITURAS DE UM VIAJANTE PÚBLICO (1812-1846):
O HOMEM DA NATUREZA BRASILEIRA, SEUS MUNDOS E OS
OUTROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa


Aprovada em 10 de março de 2017.

Orientador:


Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa
Universidade Federal de Sergipe

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Edna Maria Matos Antonio
Universidade Federal de Sergipe


Prof. Dr. Magno Francisco de Jesus Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Para minha mãe, com amor e gratidão e em memória de Maria Eduarda (minha vó), aquela que me contou as melhores histórias do mundo, e de Antonio Moniz de Souza, pela fascinante trajetória de vida que tive o privilégio de conhecer.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um exercício de humildade, uma aceitação de que somos incompletos e falíveis, de que o conhecimento é infinito e complexo. Eu não chegaria até aqui sozinho, inúmeras pessoas estiveram me incentivando e preparando minha passagem, e mesmo sem se perceberem assim, contribuíram para este produto. Eu preciso dizer que concluímos juntos, que este é o resultado dos meus interesses e sacrifícios, mas também o efeito da generosidade de muitos, do esforço de todos.

Nesta senda, rendo graças ao Criador por ter me permitido existir, dando-me coragem, paciência, perseverança e discernimento para desbravar o desconhecido. Sem o benefício da providência divina eu não teria ultrapassado as inúmeras adversidades que enfrentei, nem teria vencido os limites e os medos nos quais acreditei. O sagrado sempre se fez presente e foi essa minha pouca fé que me valeu.

Agradeço imensamente a minha família, a meus pais, irmãos, sobrinhos, namorada, tios e primos por terem abraçado este sonho, por escutarem, pacientemente e inúmeras vezes, os mesmos discursos e queixas sobre minha pesquisa. Agradeço por terem compreendido minhas ausências e por terem se mobilizado a meu favor, zelando pelo mínimo de tranquilidade que sempre precisei para realizar as leituras e escrever os textos na pós-graduação.

Como foi bom contar com a tolerância, o incentivo, o cuidado, a descontração e o carinho dos meus, sobretudo, nos dias em que estive assoberbado de tarefas e emocionalmente desmantelado. Nos momentos em que as ideias faltaram, o sono não veio e o trabalho e não me permitiu alcançar as fontes. Sempre esteve alguém ali, do meu lado, abrindo caminhos para que tudo estivesse ao meu dispor e para o meu conforto. Sem esse amor eu não teria alcançado o feito. Muito obrigado!

Sou muito grato ao professor Dr. Antônio Lindvaldo Sousa pela sua presença em todo o processo de construção desse trabalho, sugerindo leituras, fontes e discursos. Muito obrigado mestre por conceder as precisas e valiosas orientações que nortearam este texto. Obrigado por valorizar minha escrita e pela sensibilidade, acessibilidade, compreensão e amizade a mim direcionadas, bem como, por ter instigado minhas faculdades e acreditar nesse projeto.

Quero agradecer a todos os professores que durante suas disciplinas no Programa de Pós-Graduação em História - PROHIS da Universidade Federal de Sergipe - UFS contribuíram para o meu amadurecimento intelectual. Minha gratidão aos doutores Augusto Silva, Fernando Sá e Lindvaldo Sousa pelos valiosos ensinamentos transmitidos nas

respectivas disciplinas: Teoria da História, Historiografia Brasileira e Tópicos Especiais em História Cultural. Obrigado pelas reflexões e debates promovidos em cada encontro. De igual modo, estendo os meus agradecimentos aos coordenadores do programa por terem sido prestativos e contribuírem para o bom andamento do curso.

Jamais poderia deixar de agradecer aos integrantes das bancas de qualificação e defesa, aos doutores Edna Matos, Givaldo Barbosa e Magno Santos por terem aceitado o nosso convite, meu e do meu orientador, e terem cooperado, significativamente, para a melhoria deste trabalho. Agradecemos imensamente pelas sugestões concedidas, pelas correções sinalizadas e pelas indicações de leituras que permitiram aprimorar nosso discurso historiográfico.

Agradeço também a todos os preceptores e instituições do saber que me prepararam para esta empreitada, de modo particular a UFS por ter me permitido, nos últimos seis anos, refletir e alargar os conhecimentos que herdei da minha graduação na FJAV. Do mesmo modo, agradeço ao Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades - GPCIR da UFS por ter me inspirado, discutindo a temática “Outros – Biografias e Sujeitos Históricos” no seu colóquio de 2014. Da participação deste evento e do primeiro contato com Antonio Moniz de Souza, através da apresentação da obra “Viagens e Observações de um Brasileiro” pelo meu orientador, em 2013, foi que nasceu essa proposta de narrativa.

Ente 2013 e 2015 esta ideia foi maturada com reflexões e textos direcionados pelos professores doutores Itamar Freitas, Edna Matos, Lourival Santos e Claudefranklin Santos, nas respectivas disciplinas isoladas que cursei: Tópicos Especiais de Ensino: Progressão Didática e Tempo Presente nos Currículos de História para a Escolarização Básica nas Américas, Europa e Oceania (1980/2012) no Programa de Pós-Graduação em Educação (NPGED/UFS) e Tópicos Especiais em História Social e Tópicos Especiais em História da Igreja, das Religiões e das Religiosidades no Brasil no PROHIS/UFS.

Sou muito grato aos amigos que dividiram comigo esta aventura, durante a fase de aluno especial e regular na UFS, por partilharem suas leituras e sugerirem reflexões que foram importantes para nosso trabalho. De modo particular quero destacar e agradecer a minha turma de mestrado de 2015 e aqueles com quem dividi mais de perto as conquistas e os devaneios desta caminhada: o amigo Uesele Nascimento que sempre esteve me aconselhando, encorajando e compartilhando aprendizados, Eduardo Silva, companheiro desde às disciplinas isoladas, Suelayne Andrade, que carinhosamente tratava de irmã de orientação e aos amigos Nilton Santana e Moisés Agostinho pela cumplicidade e comunhão de experiências.

Agradeço também a todos aqueles que me auxiliaram na cata das fontes, ao meu orientador, ao meu amigo e professor Dr. Claudefranklin Santos e a meu querido primo Vagner Santos, meu muito obrigado. Sou igualmente agradecido as instituições de pesquisa que me auxiliaram na coleta de informações: a Fundação Biblioteca Nacional, ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ao Arquivo Público do Estado de Sergipe, ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a Biblioteca do Senado, a Biblioteca Brasileira, a Biblioteca da UFS e a Biblioteca Jose Vicente de Carvalho, por franquearem os documentos e as bibliografias que foram imprescindíveis para esta dissertação.

Não poderia esquecer dos amigos e das instituições onde trabalhei todo este tempo, por terem sido sensíveis e compreensivos durante o curso. Agradeço a Diretoria de Arte e Cultura da Secretaria da Cultura, da Juventude e do Esporte da Prefeitura Municipal de Lagarto, ao Colégio Estadual José Lopes de Almeida e a Escola Estadual Lourival Fontes por todo apoio creditado. Sem o incentivo recebido dos meus superiores hierárquicos, dos meus queridos amigos professores, estagiários, estudantes e demais colegas eu não teria logrado êxito. Muito obrigado meus queridos!

Enfim, quero agradecer aos meus diletos amigos que conheci e conquistei nesta vida por compreenderem meus “sumiços”, pelo acolhimento e incentivo de cada encontro, pelas descontrações e recomendações sugeridas, carinhosamente, sempre.

Peço desculpas aos que agradei coletivamente ou que não lembrei porque no curso destes últimos anos fui tão agraciado com a bondade humana que seria impossível registrá-la, discriminadamente, aqui. Sintam-se todos igualmente contemplados com a minha eterna gratidão. Meu muito obrigado a você que direta ou indiretamente fez com que eu me sentisse bem e confortável para estudar e trabalhar. A todos vocês, meu muito obrigado!

Tudo passa e este é mais um ciclo que se completa. O curso exigiu muito de cada um, foi tudo muito apressado e intenso. Eis que agora se avizinha seu desfecho, a ele dediquei todo o meu empenho e tenho certeza de que busquei alcançar seu suprasumo, dentro dos limites do seu contexto e curto tempo.

Desenvolver este trabalho ao em vez de fatigante foi muito prazeroso, de certa forma, eu me encontrava em Antonio Moniz de Souza e me entusiasmava a cada descoberta, o agricultor e o vaqueiro de Campos me reaproximou da natureza e de minhas origens, afinal, somos filhos da gente do interior e conhecemos de perto a linguagem do sertão. Guardarei com muito carinho cada momento vivido e me esforçarei ao máximo para aprimorar tudo que aprendi com a humildade de um eterno aprendiz de ofício e homem do campo.

“Sob a história, a lembrança e o esquecimento. Sob a lembrança e o esquecimento, a vida. Mas escrever a vida é uma outra história. Uma história inacabada.”

(PAUL RICOEUR, 2000, p. 657 apud DOSSE, 2015, p. 11)

RESUMO

Este texto procura compreender o olhar do viajante público Antonio Moniz de Souza sobre o meio natural e o Outro a partir da sua literatura de viagem, resultante das expedições e observações realizadas pelos sertões do Brasil (interior de Sergipe, Alagoas, Bahia, Minas Novas e Rio de Janeiro), na primeira metade do século XIX. Suas leituras revelaram uma percepção endógena de um Brasil separado em dois mundos: um dos trabalhadores e outro dos desocupados, adotando um prisma fortemente marcado por uma subjetividade rural e religiosa. Esse naturalista, também chamado de Homem da Natureza brasileira, peregrinou pelo interior da Colônia e do Império, entre 1812 e 1846, registrando sobre as potencialidades do reino vegetal, animal e mineral brasileiro. Apresenta-se uma narrativa que se utiliza dos indícios e das tramas sociais vivenciadas por este sujeito e seus contextos para entender melhor as construções representativas estabelecidas entre seu universo particular e seu meio coletivo, a fim de depreender sobre esse encontro com o diferente. Para tanto, toma as publicações deste indagador da natureza como fonte, concentrando-se dentro do campo da História Cultural, fazendo uso das abordagens historiográficas da Micro-História e da Biografia e dos domínios da História das Representações e da História Ambiental.

Palavras-chave: Antonio Moniz de Souza. Sertões do Brasil. Meio Natural. Outros.

SUMMARY

This text tries to understand the look of the public traveler Antonio Moniz de Souza on the natural environment and the Other from his travel literature, as result of the expeditions and observations made by the sertões of Brazil (interior of Sergipe, Alagoas, Bahia, Minas Novas and Rio de Janeiro), in the first half of the 19th century. His readings revealed an endogenous perception of Brazil that separated in two worlds: one of the workers and another of the unemployed, adopting a prism strongly marked by a rural and religious subjectivity. This naturalist, also called Brazilian Nature Man, wandered through the interior of the Colony and the Empire between 1812 and 1846, recording the potential of the Brazilian vegetable, animal and mineral kingdom. We present a narrative that uses the clues and social plots experienced by this subject and his contexts to better understand the representational constructions established between his private universe and his collective environment, in order to understand this encounter with the different. Therefore, it takes the publications of this inquirer of nature as a source, concentrating within the field of Cultural History, making use of the historiographic approaches of Microhistory and Biography and the domains of History of Representations and Environmental History.

Keywords: Antonio Moniz de Souza. Sertões do Brasil. Natural Environment. Others.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: <i>Cephaelis Ipicacoanha</i>	37
Figura 2: Os Puri na Sua Floresta de August Seyffer e G. Rist e Maximilian Wied-Neuwied.	40
Figura 3: Cachoeira de Paulo Afonso, Pernambuco, (1850) de E. F. Schute.	43
Figura 4: Largo da Carioca em 1816 - Vista tomada do Morro de Santo Antônio de Nicolas Antoine Taunay.	52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO:	12
2. O SEGREDO DO HOMEM DO SERTÃO	21
2.1. A TRAJETÓRIA DE ANTONIO MONIZ DE SOUZA	21
2.2. UMA HISTORIOGRAFIA DO HOMEM DA NATUREZA	27
2.3. AS ORIGENS E O MEIO NATURAL DE ANTONIO MONIZ DE SOUZA	31
2.4. A PELEJA DO CAPITÃO DE FORASTEIROS DA VILA DE LAGARTO	46
3. ANTONIO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS E O MANUAL DOS VIAJANTES	52
3.1. O CAPELO FRADESCO DO CAPITÃO	52
3.2. A CONSTRUÇÃO DO MANUAL DOS VIAJANTES	58
3.3. MÁXIMAS E PENSAMENTOS DO FILÓSOFO DA NATUREZA	63
4. LEITURAS DE UM VIAJANTE PÚBLICO	71
4.1. A CONSTRUÇÃO DO HOMEM DA NATUREZA	71
4.2. LEITURAS DOS OUTROS E DE SI MESMO	80
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	99

1. INTRODUÇÃO:

Qual história poderíamos apreciar se o interior da América Portuguesa fosse apresentado por um viajante brasileiro? Qual espaço de inteligibilidade (personagens, enredos, tempos e espaços) seria construído por uma narrativa vista de dentro? Como seria representado o comportamento temporal e social deste sujeito e de sua coletividade? Esse trabalho tenta clarear estas inquietações, esforçando-se para melhor compreender o olhar de Antonio Moniz de Souza¹ sobre os sertões do Brasil e o Outro.

Para tanto, tomaremos como objeto os relatos, pensamentos e as memórias deste naturalista, externadas nas obras “Viagens e Observações de um Brasileiro”, “Máximas e Pensamentos” e “Descobertas Curiosas”, publicadas respectivamente em 1834, 1843 e 1846. Acredita-se que o capitão Antonio Moniz de Souza, o Homem da Natureza, foi um dos primeiros viajantes a apresentar uma visão endógena sobre este país, mostrando o interior do Brasil Colonial e Imperial por um prisma multifacetado de um brasileiro, patriótico, naturalista, humanista e crítico; divergindo, significativamente, em suas representações, dos quadros exógenos apresentados pelos demais naturalistas estrangeiros, a exemplo de Langsdorf, Saint Hilaire, Taunay, Spix e Martius.

As memórias de suas expedições, anotadas e publicadas na primeira metade do século XIX e nas últimas décadas de sua trajetória de vida, colocou-nos diante de um impetuoso problema: como este quase desconhecido viajante público² representou o meio natural e o Outro (o agricultor, o negro, a mulher, o índio, os ociosos, a política, os costumes, a natureza e a si mesmo) em sua crônica historiográfica. Essa indagação nos levou a perscrutar sobre o viajante em sua globalidade, em sua ação e relação social e temporal, revelando a complexidade deste sujeito protagonista e testemunha de grandes transformações da história do Brasil.

O espaço sócio-histórico aqui delimitado esbarra-se nas fronteiras apresentadas pelo Filósofo da Natureza, nas paisagens descritas em suas expedições científicas e referentes aos sertões do Brasil, interior da Capitania de Sergipe, Alagoas, Bahia, Minas Novas e Rio de

¹ Diante da variedade de escrita de seu nome, aferida nos documentos analisados, optamos por adotar a denominação mais recorrente que é Antonio Moniz de Souza. Para efeito de conhecimento, localizamos os seguintes codinomes: Antonio Muniz de Souza, Antonio Moniz de Souza e Oliveira e Antonio de São Francisco de Assis, para além da alcunha de Homem da Natureza e Filósofo da Natureza brasileira.

² Esse termo foi utilizado pelo próprio Antonio Moniz de Souza para designar o ofício público de viajante, a atividade não remunerada de naturalista e missionário, muitas das vezes auxiliada pela elite luso-brasileira, pelo Estado e por viajantes estrangeiros.

Janeiro. Os cenários que constituíram suas memórias são os mesmos do período colonial e imperial brasileiro, de onde este viajante público traçou sua ação social, apresentando-nos seu olhar sobre os acontecimentos, personagens e seus mundos; num enredo experimentado e influenciado por realidades particulares e externas e pela dialética do movimento sócio-temporal.

Estabelecemos, como lapso cronológico, os intervalos compreendidos entre o início de suas viagens e a publicação de suas observações, servindo-nos, nesta temporalidade discriminada, de todo o conteúdo de seu espaço de desenvolvimento e da dialética ou articulação temporal que abarca seu “espaço de experiências” e seu “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2012). Assim, adotou-se como gênese a sua primeira expedição, realizada em 1812, e como tempo final 1846, o ano da sua última publicação significativa.

Apresentado estes tempos, sujeitos ao “método regressivo”, alertamos para sua flexibilização (dimensão interna e externa e para suas mudanças e recorrências), pois para compreender e explicar como um espaço de vida tão complexo pode servir para apreender e elucidar questões mais amplas foi preciso transitar ora avançando, ora recuando, sob uma nova metodologia.

Todavia o que a trajetória de um vaqueiro, comerciante, capitão de forasteiros, donato e naturalista pode informar sobre história? Como a descrição limitada pela memória, pelo tempo e pelo espaço de uma vida pode responder a problemas mais amplos como as representações do meio natural e do Outro? De que forma se deu o processo de construção destas identidades, num único sujeito e perante a coletividade? Como estas linguagens pode influenciar sua leitura do mundo e de si mesmo? Estes questionamentos são inerentes aos contextos e às secções que se seguem, são tentativas de compreensão, de resposta.

Diante da relativa escassez de produção historiográfica sobre Antonio Moniz de Souza, pouco explorado com profundidade, fez-se diligente agregar conhecimento às discussões e provocações levantadas pelos pesquisadores que se dedicaram a este personagem singular. Com esta pretensão, acrescentou-se um novo discurso, sob uma nova perspectiva e pelo “método comparativo”, coletando os fiapos de história de nossos precedentes a fim de compreendermos a vivacidade da sua vida e do seu pós-morte.

Ao debruçarmos nas leituras deste viajante público nos remetemos aos seus cenários, aos “símbolos” que lhes foram apresentados e aos seus variados antagonistas e personagens secundários. Aferir esta “teia de intrigas”, dotada de encontros e devaneios, permitiu-nos observar as “identidades” que estavam sendo construídas, seus mundos de pertencimentos e as

“representações” que estavam sendo defendidas naquela época, resultantes deste conflito intermitente entre o eu e o Outro, cada um defendendo o seu lugar.

Este texto está ancorado no campo da História Cultural e utiliza-se das abordagens da Micro-História e da Biografia, dos domínios historiográficos das Representações e da História Ambiental para construir seu discurso e explicação, contribuindo para as dimensões da linha de pesquisa Cultura, Memória e Identidades. Ao concentrar a argumentação dentro do campo cultural respondemos pela primeira, ao recorrer à memória, utilizando-se das lembranças, registros e observações de um “sujeito agencial” contemplamos a segunda e ao estudar as tramas de um personagem protagonista e outros sujeitos num cenário sócio-histórico, como fonte de pesquisa, voltamo-nos para a última.

A relação existente entre homem e meio natural, condição básica da história humana, também seduziu os historiadores, que atentos ao comportamento temporal das sociedades passaram a vislumbrar na História Ambiental um novo ramo de estudo, onde se era impossível apartar o pensar humano a respeito do seu meio natural da sua autorreflexão enquanto natureza (DUARTE, 2005, p. 11-34). Esse novo campo historiográfico, com objeto, pressupostos e métodos específicos começou a germinar no fim do século XX, mas suas sementes foram plantadas, no mínimo, há uns três séculos, fincando raízes no período moderno.

De acordo com Thomas (1988, p. 18), foi entre o fim do século XV e durante o século XVIII que a atitude humana frente a natureza começou a se modificar, alterando-se a forma como os sujeitos de todos os níveis sociais percebiam e classificavam o mundo natural. Essa “guinada subjetiva”, como assim conceituou, redefiniu o lugar do homem na natureza e sua percepção sobre as plantas, os animais e as paisagens, contestando alguns dogmas e direitos construídos para justificar o predomínio do homem sobre o meio natural.

A transformação na percepção do mundo natural não afetou apenas os cientistas, nobres, religiosos e mulheres que se dedicavam ao tema, ela alterou também a vida do homem campestre que viu seu mundo de conhecimento sobre as plantas e os animais ser reorganizado e renomeado. Quanto mais as ciências naturais se institucionalizavam, mais os saberes populares passavam a ser questionados (THOMAS, 2001, p. 85).

Esse hiato ficava ainda mais alongado a medida que os cientistas passavam a escrever suas pesquisas voltadas para o público internacional em latim, adotando a padronização lineana da nomenclatura binominal, defendida em “Species Plantarum” (1753) e no “Systema Naturae” (1758). “Para Lineu, todas as plantas, independentemente da prática vernácula local,

deveriam ter dois nomes, um indicando o gênero, e o outros a espécie; e as regras que ele estabeleceu em sua *Critica Botanica* (1737)” (THOMAS, 2001, p. 102).

Todo esse contexto atinge Antonio Moniz de Souza, reservando-lhe um lugar à margem da ciência, devido a sua linguagem simples de agricultor. Em seu inventário sobre o meio natural, “Descobertas Curiosas”, por exemplo, apesar de ter sido considerada a mais completa farmacopeia baiana, registra-se apenas o nome popular dos espécimes, colocando-os em ordem alfabética, mas essa iniciativa ainda estava longe das exigências modernas. Além disso, devido ao teor econômico de sua obra “Viagens e Observações de um Brasileiro”, que apontava as riquezas da natureza brasileira, ele também foi ofuscado no campo da literatura de viagem, por uma medida protecionista. Não era interessante para Portugal localizar as riquezas do Brasil para o mundo.

Enquanto abordagem biográfica, utilizamos da biografia modal e intelectual³ de Dosse (2015) e do “espaço biográfico” de Leonor Arfuch (2010). Procurando através desta trajetória particular, apresentar um quadro mais amplo, dentro da sua diversidade e dos limites da historiografia, experimentando o tempo como prova de vida, ligando “passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade” (LEVILLAIN, 2003, p. 176). Herdamos também a compreensão de “história de vida” de Pierre Bourdieu (2003), que entende o viver como uma história.

(...) uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. É (...) um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas (...), seus ardis, até mesmo suas emboscadas (...), ou como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a “mobilidade”), que tem um começo (“uma estréia na vida”), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade (“ele fará seu caminho” significa ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história (BOURDIEU, 2003, p. 183)

Apresentamos aqui a história de vida do polissêmico Antonio Moniz de Souza, também enveredando pelas trajetórias de vidas comuns, preocupados com o detalhamento da realidade social e do objeto, mas também atenta para uma abordagem analítica, vista de baixo e, sobretudo, sensível a circularidade (GINZBURG, 1987).

³ Estes gêneros biográficos, entendem, respectivamente, que uma vida pode ser compreendida dentro de uma perspectiva mais ampla, na qual se revela o eu e o outro no coletivo e que os homens de ideias podem se deixar ler por suas publicações, pelos seus pensamentos (DOSSE, 2015).

Segundo Levi (1998, 205) é por meio das diferenças mínimas, das miudezas dos comportamentos sociais e cotidianos que são “construídas a complexidade social, as diferenciações locais nas quais se enraízam histórias que são elas mesmas irredutivelmente diferentes e nas quais se exprimem as capacidades inventivas dos homens”. Ao reduzir nossa escala de análise, no exercício da micro-história, buscamos perceber os detalhes e “potencializar a interpretação, vendo, no micro, o macro” e o coletivo no particular (PESAVENTO, 2005, p. 76).

Nos seus discursos, Antonio Moniz de Souza representou o diferente de forma bem particular, de acordo com sua cultura e afinidades, classificando-o como trabalhador ou ocioso. Exibiu-se complexo e singular expressando, em suas observações, as leituras dos mundos que se descortinavam em seus olhos e os reflexos destes prismas em sua ótica, abrindo espaço para uma interpretação de si mesmo e para a representação do Outro.

Conforme atestou a historiadora Edna Matos (2011), os relatos de Antonio Moniz de Souza apontam para a construção de referenciais de pertencimento que culminaram no desenvolvimento de uma identidade não europeia, assumida por aqueles que nasciam nas terras da América Portuguesa.

Seu relato, de modo muito peculiar, permite que se conheçam os traços de uma importante definição a operar na demarcação dos espaços e vida social na América Portuguesa localizadas pontualmente nas suas reflexões sobre as implicações de não ser português de nascimento. Seus comentários fornecem elementos para a discussão sobre a construção dos referenciais de identidade no contexto pré-independência e de como o local de nascimento do indivíduo no espaço colonial foi assumindo significativo relevo para a construção de um esboço de identidade, num período anterior às guerras de independência (ANTONIO, 2011, p. 207-208).

Diante do exposto, o estudo inaugura mais um desdobramento no leque historiográfico das produções voltadas para as representações do Brasil e sua gente, através de um olhar viajante endógeno. Um sujeito que tem muito a nos contar, que foi pouco explorado nesta perspectiva, acredita-se, e que é uma importante testemunha da transição de um Império Luso-Brasileiro para um Império Brasileiro.

Um personagem imprescindível para se visualizar o Brasil por um olhar íntimo e particular, oriundo das construções política, socioeconômica e cultural de seu tempo, mas também, fortemente marcado pela subjetividade humana. No dizer Geertz (1989, p. 33), essa construção decisiva da cultura acaba por resumir em uma as inúmeras possibilidades do viver dos homens.

Para tanto, buscamos cercar-se de diferentes fontes (diretas e testemunhais e indiretas e não testemunhais) e critérios que nos dessem conta das suas dimensões posicional, intencional e qualitativa. Bem como, da análise dos seus aspectos instrumentais e epistemológicos a fim de averiguar sua fiabilidade e adequação.

Valemo-nos do “corpus documental” já apresentado, de autoria de Antonio Moniz de Souza e de outras publicações em periódicos, “Petição dirigida a S. M. I”., “Tratamento da morféia pela casca de raiz de sucupira” e “Roga-se-nos a inserção de hum agradecimento do Naturalista prático o Sr. Antonio Muniz de Souza, à juventude Fluminenses”, publicados, respectivamente, pelos jornais “O Jornal Philantropo”, “O Correio Sergipense” e “Aurora Fluminense”, dentre outras menções publicadas no “Jornal do Commercio”, “O Brasileiro”, “O homem e A américa” e “O Nacional”. Para além destas, atentamos para os manuscritos, requerimentos encaminhados ao Ministério do Império, arrolados pela burocracia imperial durante as suas expedições.

No que toca a historiografia, bebemos da escrita de Santos (2008), Nascimento (2005) e Antônio (2011), estudos mais aprofundados sobre Antonio Moniz de Souza, este voltado para seu exemplo na discussão da vida social e das identidades no pré-independência e quanto contribuinte para a economia nacional, para a botânica e para a mineralogia na América Portuguesa, o segundo, tangente a experiência da botânica em Sergipe no início do século XIX e aquele mais voltado para o Antonio Moniz de Souza multiplicador dos saberes e usos de plantas medicinais. De igual modo, contamos com os estudos biográficos de Silva (1867), Lima (1971), Blake (1883), Guaraná (1915 e 1925), Bittencourt (1913), Edelweiss (1944), Araújo (2010), Fernandes (2011) e Fonseca (2016). Por fim, dialogou-se com pesquisas, teorias e bibliografias afins.

Imbuídos da necessidade de uma “historiografia problema”, alicerçada no esforço de compreender os homens na sociedade e no tempo, conforme defendeu Bloch (2001), procuramos justificar o olhar sensível e endógeno de Antonio Moniz de Souza na sua experiência religiosa e rural. Esforçando-nos para compreender como esses universos influenciaram o pensamento e a escrita do viajante público brasileiro.

Tomando por norte o apresentado, utilizou-se como suporte teórico Pierre Bourdieu (2007), a fim de compreender como este campo simbólico pertencente ao universo de Antonio Moniz de Souza contribuiu para a construção de sua identidade, permitindo-lhe visualizar a natureza e os Outros. Atinamos para as intersecções existentes entre o sujeito pesquisado e sua realidade, conforme aconselhou Certeau (2007), e para os indícios e sinais defendidos por

Ginzburg (1989, p. 143-179), a fim de tentar encontrar o modo discursivo e imagético pelo qual Antonio Moniz de Souza leu a si próprio e o mundo.

A partir de então, construímos um entendimento sobre as leituras de mundo descritas pelo viajante naturalista, contando com o conceito de “Representação” de Roger Chartier (1990), compreendido como “coisa ausente” por um lado (distinguindo aquilo que representa do que é representado) e como “exibição de uma presença” por outro (apresentando algo ou alguém); categoria que possibilita decifrar o passado por meios das suas representações, que enquanto portadoras do simbólico conferem sentido à realidade e à prática social.

Conforme exposto, tomou-se por História Cultural aquilo que tem como “principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada ler” (CHARTIER, 1990, p. 16). O que no dizer de Pesavento (2005: 15, p. 43), apresenta-se como um “conjunto de significados partilhados e construído pelos homens para explicar o mundo”, uma espécie de “representação que resgata representações, que se incube de construir uma representação sobre o já representado” e por esta faculdade estendemos neste universo a concepção conceitual em progresso, bem defendida pelo historiador Peter Burke (2005).

Acreditando que a “realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações” (PESAVENTO, 2005, p. 42), herdamos de Chartier o conceito de cultura enquanto “prática social”, pensada a partir da análise do trabalho da representação e do estudo dos processos de construção dos sentidos. Dele também nos subsidiamos da categoria “apropriação”, visando “uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais e culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1990, p. 26).

Um outro conceito importante incorporado foi o de Outro, ideias e imagens de representações coletivas e individuais fabricadas pelos sujeitos históricos para dar sentido ao mundo. Neste tocante, servimo-nos do entendimento de Todorov (2003) que o entende como uma construção subjetiva e contemporânea que o “eu” faz do “outro”. Para este autor, somente a individualidade de quem vê pode separar o observado de si mesmo, porque existe uma intersecção entre o observador e o Outro que os unem e os separam.

Quero falar da descoberta que o *eu* faz do *outro*. O assunto é imenso. Mal acabamos de formulá-lo em linhas gerais já o vemos subdividir-se em categorias e direções múltiplas, infinitas. Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um *eu* também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão *lá* e eu estou só *aqui*, pode

realmente separá-los e distingui-los de *mim*. Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a *mim*. Ou então como um grupo social concreto ao qual nós não pertencemos (TODOROV, 2003, p. 3).

Segundo Todorov (2003), este encontro do “eu” com o “outro” pode se desdobrar em inúmeras possibilidades de diálogos entre a união, a intersecção e a diferença porque sempre há um eu no Outro e o inverso. Este conceito foi valioso na explicação do encontro de Antonio Moniz de Souza com a natureza e os Outros. Esse Outro deve ser entendido como algo intimamente ligado ao imaginário e a capacidade humana de perceber, identificar, significar e representar as coisas e a realidade. Para Pesavento (2005):

(...) o trabalho da História é sempre o de dar a ver um *Outro*, resgatando uma diferença. (...) Esta tarefa é realizada por meio de operações imaginárias de sentido que são transmitidas pelo discurso historiográfico. Este Outro no tempo, esta alteridade a ser construída pelo discurso, (...) além de ser produzida historicamente no plano das condições sociais da existência, é também construída, forjada na percepção de quem vê e enuncia o outro, descrito e avaliado pelo discurso, figurado e representado por imagem. Há uma produção imaginária deste outro, que firma a alteridade e a diferença, no tempo e no espaço (PESAVENTO, 2005, p. 59-60).

Neste tocante, adentramos na seara da identidade, um conceito importante para perceber a dialética entre esta e a pertença; e imprescindível para o entendimento da representação social enquanto construção simbólica e formadora de compreensão a partir da noção de pertencimento. “A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado”, é um poderoso instrumento de estratificação que nasce da crise do pertencimento e só é concebida no plural, numa “experimentação infundável” (BAUMAN, 2005, p. 84-91). Para Hall (2002) as “identidades culturais” surgem do “pertencimento”, elas são “posicionamentos” flexíveis de identificação e produto do diálogo entre as culturas, significações e representações. De acordo com Sandra Pesavento:

A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou ao nós do pertencimento se coloca a estrangeiridade do outro. (...) As identidades são múltiplas e vão desde o eu, pessoal, construtor da personalidade, aos múltiplos recortes do social, fazendo com que um mesmo indivíduo superpunha e acumule em si diferentes perfis identitários. Estes não são, a rigor, excludentes por si mesmos, nem forçosamente atingem uma composição harmônica e sem conflitos

nessa espécie de rede poli-identitária que cerca o indivíduo (PESAVENTO, 2005, p. 89-90).

Para tecer nosso enredo histórico, buscamos nas lições de Antoine Prost (2012) subsídios para construir uma composição narrativa e uma tipologia textual explicativa que atendesse a contento, em face do nosso plano de historiografia, os personagens e cenários históricos aqui delimitados. Destarte, é válida a contribuição de Paul Ricouer (1991) na discussão aprofundada da narrativa no campo da história, afirmando o quanto a narrativa constitui os eventos. Assim, esclarecendo-nos que o acontecimento é fruto da dialética do tempo e a narrativa é produtora de conhecimento e identidade, informações preciosas para a compreensão do pensamento de Antonio Moniz de Souza.

Dividimos a narrativa em torno de três trajetória de vida: a de Antonio Moniz de Souza, de Antonio de São Francisco de Assis e do Homem da Natureza, componentes de um todo e sujeitos determinantes da construção de um único sujeito, do polissêmico viajante público Antonio Moniz de Souza.

Na primeira secção deste texto fizemos uma biobibliografia de Antonio Moniz de Souza, apresentando um breve resumo da sua historiografia, seu lugar na literatura de viagem e um estudo da relação deste sujeito com suas origens e a natureza. Destacando o quanto sua experiência sertaneja lhe serviu de formação naturalista, pois foi na vida de vaqueiro e agricultor que o viajante público brasileiro teve os seus primeiros contatos com a natureza.

Em seguida, enveredamos pelo universo particular desse sujeito, fitando na sua experiência religiosa a fim de evidenciarmos o quanto a moral e a religiosidade influenciaram na sua literatura e leitura dos Outros. Essa vivência deu uma sensibilidade ao personagem, levando-o a olhar para o diferente de forma mais humanizada.

Por último, buscou-se averiguar como se deu a construção da representação do Homem da Natureza e seu encontro com o Outro. Fez-se um esforço para perceber e compreender o quanto as dimensões apresentadas nas secções anteriores puderam contribuir para estabelecer essa distinção entre o observador e o observado.

2. O SEGREDO DO HOMEM DO SERTÃO ⁴

2.1. A TRAJETÓRIA DE ANTONIO MONIZ DE SOUZA

Para melhor situar o leitor na compreensão de nosso discurso, faremos uma breve apresentação biobibliográfica deste sujeito, identificando seu lugar no contexto da literatura de viagem. Desde já, alertamos que as representações e os sentidos desta vida serão melhor problematizados mais adiante em torno das trajetórias de Antonio Moniz de Souza, Antonio de São Francisco de Assis e do Homem da Natureza⁵.

Antonio Moniz de Souza nasceu no termo de Nossa Senhora dos Campos, pertencente a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto⁶, em 1782, na então Capitania de Sergipe d'El Rey, pertencente a província da Bahia. Rebento de uma rústica família de agricultores, originários do mesmo termo, teve como progenitores Domingos de Souza e Oliveira e Vitorina Francisca Abreu Leite⁷.

Foi criado dentro dos costumes da época e aprendeu sozinho as primeiras letras, tendo recebido do seu pai, raríssimo exemplo de pessoa minimamente instruídas no lugar, as primeiras lições. Todavia, antes mesmo de terminar o terceiro lustro teve sua vocação para as ciências e conhecimentos das artes e da literatura interrompida e cumprindo as ordens de seu pai abdicou dos estudos ainda cedo em favor da lida campestre e da criação de gado.

Por alguns anos, mesmo contra sua vontade, cuidou da fazenda de gado de seu pai, experiência marcante em sua trajetória de vida, até que de vaqueiro, dos dezoitos para os dezenove anos, veio a se tornar um comerciante, função que considerava menos enfadonha que a anterior. Nesta durou pouco tempo, devido a sua diminuta vocação para os negócios.

⁴ Estas palavras foram utilizadas por Antonio Moniz de Souza para se referir a um “Pó Milagroso”, feito por um sertanejo e indicado para o tratamento de bombinhas e cancos (OLIVEIRA, 1946). Ela expressa um pouco dos saberes e fazeres do homem do campo.

⁵ Todos estes codinomes referem-se a um único sujeito, o polissêmico Antonio Moniz de Souza.

⁶ A Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, conforme atesta Santos (2016), foi criada em 20 de outubro de 1697. Nesta data, uma portaria emitida por D. João de Lancastro, dirigida ao Ouvidor Geral da Capitania de Sergipe d'El Rey, Diogo Pacheco de Carvalho, ordenou que se transforme a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, existente desde 11 de dezembro de 1679, em vila. A partir deste ato, Lagarto passou a adquirir feições administrativas e maior organização política e jurídica, tendo como sede um local diferente do primeiro núcleo populacional, existente desde 13 de julho 1604. A Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, soberana desde seu nascimento, é elevada à condição de cidade em 20 de abril de 1880.

⁷ A data de nascimento de Antonio Moniz de Souza está embasada na sua declaração ao conde de Arcos, em 1817, quando ele próprio, afirma ter trinta e tantos anos (SOUZA, 2000, p. 27). Estas datas foram retificadas nas

Enquanto se afastava dela, deparou-se com o afamado sargento-mor da praça da Bahia, Bento José de Oliveira, e seus comparsas, aterrorizando o interior sergipano e baiano.

Neste tempo, foi nomeado capitão de forasteiro⁸, tendo atuado na região de Lagarto com êxito contra os “facinorosos”⁹, como assim chamou os grupos armados e associados a autoridades da capital que subjugavam as populações dos sertões e se apropriavam dos seus bens. Além de vaqueiro, comerciante, capitão de forasteiro e militar, ele foi donato, auxiliar de viagem, enfermeiro, botânico, administrador de dispensa de convento, porteiro, raizeiro, viajante público, missionário e naturalista, tendo contribuído nos campos da botânica, da zoologia e da mineralogia brasileira nos oitocentos.

Após peregrinar pelos sertões do Brasil recebeu o título de filósofo e a alcunha de Homem da Natureza. Publicou em 1834 a obra “Viagens e observações de um brasileiro que desejando ser útil à sua pátria se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus patrícios, os três reinos da natureza, em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas à nação brasileira” pela Tipografia Americana de I. P. da Costa e em 1843 o livro “Máximas e Pensamentos praticados por Antonio Moniz de Souza, o homem da natureza em suas viagens pelos sertões do Brasil desde 1812 até 1840 (Publicado por um amigo)”, pela Tipografia Niteroiense.

Em 1846, mais de dez anos depois da primeira publicação, a Revista do IHGB lançou o seu segundo tomo: “Descobertas curiosas (que nos Reinos Vegetal, Animal e Mineral, por sítios e sertões vários das Brasilícas Províncias: Bahia, Sergipe e Alagoas, fez o capitão Antonio Moniz de Souza e Oliveira, natural da primeira, com uma breve descrição primordial do lugar do nascimento, e princípios de sua educação”, escrito desde 1824 e oferecido ao Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil pelo Coronel Inácio Accioli de Cerqueira e Silva.

No título “Viagens e Observações de um Brasileiro” encontramos um Antonio Moniz de Souza crítico, politizado e denunciador. É a narrativa que mais detalha suas observações e expedições científicas. Compõe-se de uma parte autobiográfica, de relatos de viagens empreendidas pelo interior das capitanias de Alagoas, Sergipe, Bahia, região das Minas Novas

biografias elaboradas por Sacramento Blake (1883), Guaraná (1925) e Lima (1971, p. 229), as quais revelaram os nomes de seus progenitores.

⁸ O capitão Antonio Moniz de Souza passou a comandar no serviço militar jovens agricultores que recrutou na região. Em alguns documentos Antonio Moniz de Souza é tratado como capitão de ordenanças (SANTOS, 2008, p. 35).

⁹ Segundo Ubiratan Castro de Araújo (2000, p. 38), facinorosos eram “bandos armados que circulavam pelos sertões, atuando como criminosos de aluguel ou em causa própria”. Constituíam a mais dramática expressão da “violência privada nos sertões no século XVIII e nos começos do século XIX. São salteadores, ao mesmo tempo, salteadores de estradas e grupos armados a serviço de poderosos locais. São os antecessores dos cangaceiros e jagunços do século XX.”

(a partir de 1815) e província do Rio de Janeiro (Distrito de Campos), de uma representação à assembleia Geral do Império (em agosto de 1832), da apreciação das culturas brasileira e de um relato sobre a guerra da independência na Bahia, Sergipe e Alagoas.

Seu texto complementar, “Descobertas Curiosas”, além de trazer essa linha crítica, atende a um botânico preocupado com a compilação dos espécimes da natureza brasileira. Ela contém uma parte autobiográfica com detalhes sobre sua terra natal, considerações sobre os índios e habitantes dos sertões do Brasil e um catálogo de espécimes do reino vegetal, animal e mineral. Ao lado do título anterior, também tece um posicionamento crítico que ao em vez de denunciante agrega mais um gênio catalogador.

Já a obra “Máximas e Pensamentos”, apresenta um Antonio Moniz de Souza reflexivo e religioso. Ela detém algumas advertências e instruções de condutas para os viajantes, entendido não apenas como peregrino, mas também como vivente (cidadão) e faz um relato da sua viagem ao Rio de Janeiro em 1828. A obra divide-se em dois momentos: um argumentativo e outro interrogativo e é resultante das suas experiências de viajante público, vividas entre 1812 e 1840.

Tendo enfrentado muitas contrariedades, encerrou sua carreira de viajante público após 28 anos de viagens contínuas, embora existam registros que prolongam esse desfecho, passando a viver como naturalista no Rio de Janeiro, onde construiu família, adquiriu propriedade e escravos. Casou-se com Maria Fermina de Abreu Rangel, em 28 de fevereiro de 1840, a autora do “Catálogo das Madeiras das Cachoeiras de Macacu (Rio de Janeiro)” e faleceu em Niterói, na sua Chácara Santa Rosa, no dia 17 de setembro de 1857. Não deixou herdeiros diretos e seus bens foram destinados, ainda em testamento, a terceiros.

Essa preocupação com o meio natural de Antonio Moniz de Souza não é algo recente, ao longo da história, inúmeros curiosos, estudiosos e pensadores de diferentes campos do saber buscaram questionar e racionalizar a interação existente entre homem e natureza. No Brasil, as primeiras observações, racionalização e produção de conhecimentos sobre a natureza não partiram da governança, mas da iniciativa religiosa, sobretudo jesuíta e franciscana, muitas das vezes, de origem não portuguesa como é o caso do Frei André Thevet¹⁰ (1502-1592) que escreveu os dois primeiros livros ilustrados de viajantes franceses sobre o Brasil, “Las Singularitez de la France Antarctique” (1557) e “La Cosmographie Universalle” (1575). É a partir dele que a Europa conhece a mágica França Antártica,

¹⁰ Foi cosmógrafo real, representante da Igreja Católica Franciscana e esteve ao lado de Villegagnon, em 1555, na sua expedição rumo a Cabo Frio para fundar a colônia francesa França Antártica objetivando protegê-la dos indígenas e lusitanos que dominavam a região (BELLUZZO, 1994b, p. 9-21).

habitada por selvagens e canibalistas e bichos monstruosos e disformes. Ele catalogou mamíferos, reptéis, aves e plantas fazendo-lhes observações morfológicas e moralistas (BELLUZZO, 1994b, p. 9-21).

Outro religioso francês que contribuiu para esse mito do bom selvagem foi o calvinista Jean de Lery (1534-1611) que viveu entre os tupinambás e chegou a representá-los com significados e formas clássicas, diferenciando-os dos animais. Esse pastor escreveu em 1556 a “*Histoire d’un Voyage Fait em la Terre du Brésil*” deixando contribuições sobre a fauna e flora existente.

As primeiras iniciativas artísticas e científicas em terras brasileiras vigoraram na parte holandesa de seus domínios, durante o governo de Felipe de Nassau. A Missão Holandesa trouxe uma diversidade de sábios e artistas ao Brasil das áreas da astronomia, naturalismo e cartografia. Dentre os naturalistas, merece destaque Georg Marggraf (1610-1644) que permaneceu estabelecido na região no interstício de 1638 e 1644; participou de expedições ao longo do rio São Francisco, compilando plantas e animais e fazendo registros topográficos e etnográficos. Antes de retornar a Europa Marggraf faleceu, em 1644, deixando a obra inacabada. Coube a Nassau a tarefa de apresentar seus espécimes coletados, desenhos e manuscritos à Europa (BELLUZZO, 1999a, p. 34).

As investidas holandesas pelos sertões do Brasil originaram uma vasta coleção de espécimes suficiente para compor um museu de história natural, um jardim botânico e um zoológico no palácio de Nassau. O legado de Marggraf deu origem ao “*Herbarium Vivum Brasiliense*”, um dos mais antigos herbários do Novo Mundo. Essa herança foi aprimorada por outro holandês, o sábio Johannes de Laet, que em 1648 publicou-as em “*Histtoria Naturalis Brasiliae o Historiae Rerum Naturalium Brasiliae*”, contribuindo para a composição da história natural brasileira, trabalho que foi utilizado por Lineu, no “*Systema Naturae*” de 1758 (BELLUZZO, 1994b, p. 34-35).

Embora esquecidos pelos seus contemporâneos, os padres da Companhia de Jesus foram grandes observadores da natureza tropical. Um exemplo cabal desta realidade são as cartas de Padre José de Anchieta (1534-1597), produzidas em 1560, mas somente publicadas em 1799 em latim – “*Epistola quam Plurimarum Rerum Naturalium quae S. Vicenti (nunc S. Paulo) Provinciam, Incolunt Sistens Descriptionem*”. No seu texto é possível perceber um princípio de sistematização do conhecimento sobre as plantas e animais, fazendo analogias didáticas com espécimes do mundo europeu, como a comparação do peixe-boi ao boi, do tapir a mula e do tamanduá a vaca (HORTA, 2005, p. 60).

Outro jesuíta que detalhou a natureza do Brasil foi Fernão Cardim (1540-1625), que viveu neste país desde 1583. Em uma de suas idas a Portugal, em 1601, ele foi capturado por piratas ingleses, dentre eles Francis Cook que após a fuga do prisioneiro publicou seus escritos, em 1625, em língua inglesa, sob o título de “A treatise of Brazil written by a Portuguese who had long lived there”. Somente em 1847 sua produção foi traduzida para o português por Vanrhagen (Narrativa epistolar) e em 1927 por Capistrano de Abreu (Do Clima e da terra do Brasil e Do princípio e origem dos índios do Brasil) (HORTA, 2005, p. 60).

Além destes, padre Gaspar Afonso (1548c. -1618), Frei Chistovão de Lisboa (1583-1652) e Frei Antonio do Rosário, escrevendo, respectivamente, “Relação de Viagem”, “Historia dos Animaes e Arvores do Maranhão. Pelo Muito Reverendo Padre Fr. Chistovão de Lisboa, Calificador do Santo Offício e Fundador da Custodia do Maranhão da Recolecção de Santo Antonio de Lisboa” e “Frutos do Brasil” deram significativas contribuições para a história natural brasileira (BELLUZZO, 1994b, p. 44).

Os leigos também se interessavam pela natureza brasileira, dentre a literatura não portuguesa destaca-se o caso do alemão Hans Staden, dono da narrativa ambígua “Duas Viagens ao Brasil” de 1557. O texto de Staden é um dos primeiros registros sobre o convívio entre os tupinambás no Brasil, no seu relato ele apresenta uma visão exótica da fauna e da flora brasileira. Segundo atesta sua história, o mesmo teria sido confundido com os portugueses e feito prisioneiro indígenas, onde foi ameaçado de morte e canibalismo. Assim como a mentalidade de sua época, Staden apresentou o mundo natural com um olhar teológico cristão, sobre o qual interpretou a cosmologia e astronomia pagã para escapar do cativeiro (BELLUZZO, 1994a, p. 44-46).

Ainda no século XVI, as crônicas de Pero de Magalhaes Gandavo, “Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz”, ao lado da narrativa de Gabriel Soares de Souza, “Tratado descritivo do Brasil”, trouxeram relevantes contribuições a respeito da natureza brasileira. Segundo Horta (2005, p. 62), até o século XVIII, não houve uma ação portuguesa no sentido de sistematizar os conhecimentos sobre o mundo natural de sua colônia, excetuando algumas iniciativas isoladas e religiosas. Enquanto o Brasil Holandês, entre 1631 e 1654, adotando uma política diferenciada, “organizou a vinda de naturalistas, médicos, cartógrafos, astrônomos, desenhistas e pintores, empreendendo a construção – dentre várias outras obras urbanas – de um observatório astronômico, um jardim zoobotânico” e viveiro de mudas, produzindo inúmeros levantamentos cartográficos.

Outro nome religioso importante foi o de Frei José Mariano da Conceição Veloso¹¹, naturalista de formação autodidata, realizada na própria colônia em paralelo à religiosa. Ingressou no grupo de letrados da época, sobretudo, após ter atendido as solicitações do governo português, do Vice-Rei dom Luís de Vasconcelos, promovendo expedições científicas responsáveis por enviar espécies de vegetais ao Museu da Ajuda e inventariar grande parte da flora fluminense, ao lado do desenhista Frei Solano e do botânico Frei Anastácio de Santa Inês. Os resultados de suas expedições foram publicados em 1790 no livro intitulado “Flora Fluminense”.

Multiplicavam-se no Brasil estudos sobre a fauna e flora, sobretudo, enfatizando a aclimação dos espécimes e as utilidades medicinais das plantas. Do lado português, a primeira missão científica para conhecer e organizar a natureza brasileira foi realizada entre 1783 e 1793 por Alexandre Rodrigues Ferreira. Em sua “Viagem Philosophica”, ele desbravou o interior da região amazônica e estudou a geografia, a fauna e os habitantes das capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Seus escritos, embora não publicados em português, são revelados sem referendá-lo pelos franceses, passando a servir de base para os viajantes austríacos, franceses e alemães no século XIX. Mas antes mesmo deste baiano apresentar um Brasil por um olhar brasileiro, a América Portuguesa já havia sido retratada pelos geógrafos Diego Homem, Diogo Soares e Antonio Guiseppe e pelos engenheiros militares João Masse e Amédée Fraçois Frézierque, que atendendo aos desígnios da Coroa, contribuíram bastante para topografia nacional (BELLUZZO, 1994a, p.49).

Neste texto trabalharemos com Antonio Moniz de Souza, um viajante público que peregrinou pelos sertões do Brasil observando e registrando as potencialidades do reino vegetal, animal e mineral. Conforme apontamos, embora seus textos tenham sido escritos no século XIX, somente um século depois eles foram rerepresentados aos brasileiros pelo Instituto Histórico e Geográfico da Bahia que seguindo o modelo do IHGB desejava resgatar a história do Brasil e construir uma identidade nacional. Nesta tocante a biografia do pensamento do

¹¹ Nasceu em 14 de dezembro de 1741 na Freguesia de Santo Antônio da Vila de São José, comarca do Rio das Mortes, bispado de Mariana, antiga São José d’El Rei. Vestiu o hábito franciscano em 1761, consagrando-se a da botânica, chegou a classificar as plantas que ornamentavam o jardim do convento de São Boaventura do Macacu, em Nova Friburgo, onde professou em 1762. Frei Veloso ampliou seus conhecimentos em Filosofia no Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro e lá lecionou Geometria, Retórica e História Natural. Foi diretor tipográfico do Arco do Cego, em Lisboa, entre 1799 e 1801, por onde publicou em 11 volumes a obra “Fazendeiros do Brasil”, estudos sobre agricultura, navegação e medicina. Publicou também “Instruções para se transportar pelo mar as árvores, plantas vivas e outras curiosidades naturais”, “Anuário brasílico ou galeria ornitológica das aves do Brasil” e “Relação das moedas dos países estrangeiros”, traduzidas em espanhol, italiano, francês e inglês. Ingressou no grupo de letrados da época, foi sócio da academia de ciências de Lisboa e de outras sociedades e amigo pessoal de Bocage e do Príncipe Regente. Faleceu de hidropisia em 13 junho de 1811 no Convento Santo Antônio (RÖWER, 2008, p. 130-131).

viajante público brasileiro tem muito a contribuir, vejamos como foi desenvolvida a sua historiografia.

2.2. UMA HISTORIOGRAFIA DO HOMEM DA NATUREZA

Antes mesmo de visualizarmos como se deu a construção pessoal e coletiva do Homem da Natureza e a forma como ele viu os Outros, buscaremos perscrutar sobre a projeção desta representação na historiografia. Essa percepção inspira-se na tese de que os significados de uma trajetória são intangíveis e não se limitam ao nascer ou morrer, pois o pós-morte é tão significativo quanto a vida (DOSSE, 2015, p. 405).

Mesmo após mais de uma década da publicação da 3ª edição do livro “Viagens e Observações de um Brasileiro”, o personagem Antonio Moniz de Souza ainda se encontra relativamente desconhecido com profundidade. Poucos são os trabalhos que o utilizam enquanto testemunho e menor ainda é o número de pesquisadores que se dedicaram a esse sujeito em primeiro plano.

Uma das primeiras menções a Antonio Moniz de Souza é atribuída a Innocencio Francisco da Silva. Trata-se do “Diccionario Bibliographico Portuguez”, publicado em 1867. Ele não trouxe informações biográficas sobre o viajante público e restringiu-se, apenas, a citação da obra “Máximas e Pensamentos”.

Somente em 1883, é publicado o primeiro registro biográfico de Antonio Moniz de Souza, no “Dicionário Bibliográfico Brasileiro”, dedicando a D. Pedro II e escrito por Sacramento Blake. Apesar da imprecisão temporal, o texto fez menção ao nascimento e ao falecimento do autor, informando, para além das suas três obras mais significativas, que ele foi agricultor ou criador e possuía a alcunha de Homem da Natureza. Blake também foi um dos primeiros a observar que Antonio Moniz de Souza era o autor de “Descobertas Curiosas”, com o acréscimo de “e Oliveira” à sua denominação.

Após Blake, em 1906, Antonio Moniz de Souza foi retratado como um entusiasta da ciência pelo conterrâneo Sílvio Romero, o qual, descrevendo as grandezas da sua terra afirmou ser o viajante bisavô de Tobias Barreto¹². No seu dizer:

¹² Essa menção genealógica, questionada por Armindo Guaraná (1925), também foi criticada por Sebrão Sobrinho (1941, p. 6), para ele, Antonio Moniz de Souza era primo em quinto grau de Tobias Barreto e este era tetraneto do bisavô do botânico, o capitão Martinho de Freitas Garcês.

Dotados de gênio musical e de gênio lyrico, os sergipanos em todos os tempos deram bellas provas de talento e de optimas qualidades de espirito e de character. Na villa de Campos, desde fins do século passado o famoso Philosopho da natureza — Antônio Moniz de Souza, bis-avô de Tobias Barreto e parente do celebre repentista bahiano Francisco Moniz Barreto, entregou-se a curiosas viagens e investigações scientificas. No Lagarto, a illuminada intelligencia do padre José Alves Pitangueira figurava com brilho no foro, na politica, no jornalismo e na cathedra de latinidade (ROMERO, 1906, p. 22).

Em 1913, no Tomo I – “Sergipanos Illustres” – da obra “Brasileiros Illustres; em todos os ramos da actividade e do saber, de 1500 aos nossos dias”, Antonio Moniz de Souza foi incluído no inventário do Major Liberato Bitencourt, que tomou os escritos de Blake e a menção de Sílvio Romero como referência temporal, bibliográfica e genealógica, acrescentando que para além de naturalista e filósofo ele teria parentesco com Tobias Barreto.

Coube a Armindo Guaraná, em 21 de março de 1915, numa sessão de estudos do gênero, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a elaboração de uma biografia mais consistente, no seu entender, “resumida” e “incompleta”, sobre Antonio Moniz de Souza. A conferência proferida para o IHGS nos legou fontes e análises das mais completas sobre a bibliografia e biografia do viajante. Seu discurso de estreante, que encontrava afinidade e inspiração na trajetória de vida complexa do viajante público, foi responsável por perpetuar fontes e fazer um entendimento primoroso das obras de Antonio Moniz de Souza.

Armindo Guaraná (1915) chegou a transcrever textos importantes de Antonio Moniz de Souza, da imprensa e da Sociedade de Medicina da época. Ele forneceu detalhes sobre a naturalidade, filiação, formação e experiências de vida do autor, porque, certamente, teve contato com documentos importantes e leu as obras do viajante, que denunciavam suas passagens pelo universo campestre, comercial, militar, religioso e naturalista, os quais, posteriormente, foram condessados e publicados no seu “Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano”, em 1925.

Em 1944, por ocasião da reedição do título “Viagens e Observações de um Brasileiro”, na Revista do IGHB, nº 72, Frederico Edelweiss (1945) apresentou a primeira historiografia de Antonio Moniz de Souza, fazendo-a seguida de um estudo biográfico (assinado pelo editor, mas de caráter autobiográfico) e bibliográfico do autor com base na análise de suas obras e no legado historiográfico encontrado. Cumprindo sua função introdutória, o texto fez um resumo crítico da narrativa, inspirando-se muito no texto de Armindo Guaraná, tendo inclusive, adotado a mesma apresentação e inovação bibliográfica do seu antecessor. Para Edelweiss:

Antônio Moniz de Souza era patriota ardente, de ação, intransigente, franco e rude na defesa dos oprimidos e dos interesses nacionais. As suas acusações destemidas e candentes e tendo banzos empavonados lembram por vezes o feitio dos seus conterrâneos Tobias Barreto e Sílvio Romero. Pena é que lhe faltasse o preparo literário. O seu estilo é simples, não raro incorreto (SOUZA, 2000, p. 29).

Em 1974, Jackson da Silva Lima, bebendo do legado de Guaraná (1925), incluiu a vida e a obra de Antonio Moniz de Souza na “História da Literatura Sergipana”, acrescentando a discursão a informação de que ele fora muito amigo de Mons. Silveira. Lima citou a bibliografia do autor e alguns dos seus biógrafos.

Mais tarde, integrando uma série de publicações que rememorava o Descobrimento, essa obra foi republicada, novamente, pelo IGHB. Coube a Ubiratan Castro de Araújo (2000) à organização e inserção de notas explicativas no texto da edição anterior. Nesta apresentação, Antonio Moniz de Souza estreou enquanto agente e testemunha brasileira das mudanças políticas ocorridas no Brasil no período colonial português e imperial brasileiro, a saber: Mudança de sede do Império para o Brasil, Transferência da capital para o Rio de Janeiro, Abertura dos Portos as Nações Amigas e Independência do Brasil. Para ele, Antonio Moniz de Souza:

(...) buscou na observação da natureza e da sociedade do interior as potencialidades e as alternativas para a cura das doenças, para o desenvolvimento da economia e para a regeneração das sociedades, contribuições que julgava úteis para a construção da nova nação. Foi um viajante brasileiro pelo seu olhar brasileiro. (...) A análise dos seus relatos revela menos um naturalista e mais um geógrafo estatístico no seu sentido mais estrito, aquele que produz informações e análises socioeconômicas e políticas para o estado. (...) pretendeu também através desta estatística, sem números, fazer, ao transmitir ao centro do poder imperial, imperador e assembléia geral, as reivindicações dos povos da periferia, dos pequenos lavradores e da gente do interior. Sem ser bacharel, produziu um discurso vigoroso contra as injustiças e violências a que eram submetidos os povos dos sertões (SOUZA, 2000, p. 9-10).

Ubiratan Castro de Araújo dialogou em suas notas com estudiosos afins, apresentando uma versão atualizada do texto através das temáticas: sociedade do interior, escravidão, violência e desordem, economia do interior e guerra da Bahia. Sua análise revelou o olhar político e socioeconômico do viajante público Antonio Moniz de Souza, refletindo, em certa medida, o prisma interpretativo da narrativa do historiador.

Após essa reedição, a obra de Antonio Moniz de Souza atuou como testemunho nos estudos de Santos (2004), versando sobre escravidão em Lagarto no século XIX. Doravante, apareceram trabalhos mais aprofundados sobre o viajante, dando-lhe maior visibilidade, um dos pioneiros foi publicado em 2005 por Jorge Carvalho do Nascimento. O estudo concebeu

Antonio Moniz de Souza como um dos primeiros intelectuais e cientistas sergipanos, para ele, as publicações do viajante público, no campo da Botânica, foi a primeira manifestação científica do lugar.

Após as anotações sobre a botânica em Sergipe, a historiadora Laura Carvalho dos Santos (2006, 2008) publicou dois estudos sobre o conhecimento e as potencialidades terapêuticas da fauna brasileira, utilizando o exemplo de Antonio Moniz de Souza. Mais tarde, essa discussão ganhou fôlego (SOUZA, 2000) e através da trajetória, atividades e escritos do viajante, entendido como um disseminador dos saberes e dos usos das plantas medicinais, a pesquisadora apresentou como se deu a institucionalização das práticas de cura e a busca pelo conhecimento e exploração econômica das riquezas naturais do Brasil no início do século XIX. Esse trabalho, pode ser considerado como um dos mais completos textos que falam da vida de Antonio Moniz de Souza.

Em 2011, buscando encontrar abordagens socioculturais nos oitocentos, a partir dos relatos de viagens, João Azevedo Fernandes (2011, p. 141-148) produziu o título “O Olhar Interno: As Viagens de Antonio Moniz de Souza e a Civilização do interior do Brasil”, versando sobre a visão endógena do viajante com base em “Viagens e Observações de um Brasileiro” e nos escritos de Laura Santos e de Ubiratan Castro de Araújo. O texto contém uma introdução, uma parte biográfica e uma discussão que permeou os temas sociedades do interior, ociosidade, etnografia, costumes e questões agrícolas e manufatureiras no Brasil.

Com a terceira reedição do livro supracitado, Antonio Moniz de Souza ganhou uma certa visibilidade historiográfica, passando a servir de testemunho para historiografia local. Podemos observar esta evidência no estudo eco-histórico carioca de Soffiati Netto (2011) e na historiografia sobre o século XIX que passou a utilizá-lo como fonte. São exemplos desta tessitura os trabalhos de Marciel (2008), tratando da escravidão em Lagarto e de Antônio (2011), sobre o processo de construção da autonomia da Capitania de Sergipe. Soma-se a estes, as pesquisas sobre violência de Gois (2012) e Menezes (2015), respectivamente, dissertando sobre as mulheres transgressoras na Vila de Lagarto e Riachão e sobre a trajetória do sargento-mor Bento de Oliveira.

Recentemente, Fonseca (2016), bebendo do legado de Guaraná (1925) e Sebrão Sobrinho (1941), na publicação do primeiro volume da sua coletânea sobre a história de Lagarto, apresentou Antonio Moniz de Souza como um testemunho importante para o entendimento da formação do povo lagartense.

Estes parágrafos estão longe de pretender uma historiografia infalível sobre o viajante, certamente, outros textos não chegaram ao nosso conhecimento. Mesmo assim, buscou-se

levantar o máximo de estudos sobre o tema e construir uma história da historiografia a seu respeito. A intenção era aferir o quanto este personagem foi negligenciado, o quanto sua vida reverberou no seu pós-morte.

Até então, a ideia que se construiu de Antonio Moniz de Souza foi a de um testemunho dos oitocentos, de uma voz diferente dos luso-brasileiros, que anunciava as potencialidades da natureza e as sociedades dos sertões do Brasil. A secção a seguir procurou problematizar essas evidências, analisando como se deu este encontro entre Antonio Moniz de Souza, a natureza e o Outro.

2.3. AS ORIGENS E O MEIO NATURAL DE ANTONIO MONIZ DE SOUZA

Seria impossível compreender um sujeito sem antes conhecer suas origens, sua formação e os mundos em que ele viveu. Tudo isso agrega sentido a uma vida e faz toda uma diferença na construção da subjetividade humana. A fim de melhor perceber Antonio Moniz de Souza no seu contato com o diferente, fizemos nos parágrafos que se seguem um esforço para apresentar estas suas identidades e o seu encontro com a natureza e o Outro.

Esta foi uma empreitada difícil, porque já existe uma relativa carência de trabalhos voltados para a história da historiografia sergipana, restringindo-se ao legado de José Calazans (1992), aos esforços de Itamar Freitas (2007), às contribuições de Antônio Lindvaldo Sousa (2013) e aos capítulos de história da historiografia de Fernando Sá (2013). Maior escassez evidenciamos quando atinamos para a sistematização da história do meio natural na primeira metade dos oitocentos.

O que encontramos foram escassos textos que mencionaram o conteúdo do universo temático, muitos deles, inclusive, indiretos, de difícil acesso ou indisponíveis. De um conjunto desses, inventariado por Itamar Freitas (2007), permitiu-se analisar parte dos documentos disponíveis da primeira metade do século XIX. Estreitando-se àqueles que se referiram à natureza, ao texto de Marco Antonio de Souza¹³ (1808) e de Antonio Moniz de Souza (1834, 1846).

¹³ Dom Marcos Antonio de Souza viveu em Sergipe e foi vigário na Freguesia de Jesus, Maria, José e São Gonçalo do Pé do Banco, atual Siriri. Ele é uma testemunha da transição entre a velha Capitania e a nova Província emancipada.

Principiamos nossa empreitada com o testemunho de Marco Antonio de Sousa que, no ano de 1808, escreveu “Memórias sobre a Capitania de Sergipe” um importante documento para se perscrutar sobre a natureza sergipana contida nas informações sobre sua localização, população e economia. O texto foi dividido em nove seções correspondente à introdução e à descrição da sede da Capitania de Sergipe e de suas sete vilas.

Na parte introdutória, apresentou a Capitania de Sergipe d’El-Rey, sua colonização e composição étnica, formada por europeus, africanos, “poucos índios aldeados e dispersos” e mestiços (mozambos, mamelucos, mulatos, caboclos, crioulos e descendentes de holandeses). Após elogiar o auxílio religioso, empregado pela Igreja Católica na colonização da América Portuguesa, Marco Antonio de Souza apresentou as sete vilas que formavam a Capitania de Sergipe: Santa Luzia de Piagui, Nossa Senhora do Socorro de Thomar, Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, Santo Antonio e Almas de Itabaiana, Santo Amaro das Grotas, Vila Nova Real do Rio de São Francisco e Vila de Propriá¹⁴.

Doravante, antes mesmo de descrever cada uma delas, Marco Antonio de Souza abriu um capítulo para falar da capital sergipana, de sua fundação em 1590 e de sua migração, perpassando pelas proximidades dos rios Sergipe e Poxim até se fixar nas imediações do Vaza-barris. Ao tratar da religiosidade informou que toda a Capitania de Sergipe, com exceção do termo de Campos e da Vila do Thomar, obedecia a um único vicariato geral. Disse que a sede contava com uma Igreja de Nossa Senhora da Vitória, dois conventos (do Carmo e de São Francisco), uma casa de Misericórdia, três capelas (do Rosário, do Amparo e de São Gonçalo) e uma ermida do Senhor da Misericórdia.

No que se refere aos seus habitantes, informou contar com 400 moradores e todo o distrito com 6000 habitantes, dente os quais, 1500 eram descendentes de europeus. Em seguida, deu copiosas informações sobre o meio natural, dizendo que nos mangues da capital havia diversos tipos de mariscos e em seus rios pescados como “robalos, carapoebas, piaus, tainhas e gostosas curimans”; argumentou que destes rios também se extraia o sal.

No tocante aos seus campos, indicou serem próprios para a criação de gado *vacum* e *cavalar*, exaltou a fertilidade do massapê, onde se plantava feijões e mandioca, além de milho e algodão. Dentre as culturas desenvolvidas pela capital destacou a cana de açúcar nas margens do Vaza-barris que contando com 10 engenhos e uma escravaria bem cuidada, chegavam a produzir com menos escravos mais que o recôncavo baiano.

¹⁴ Não fizemos uma atualização destas denominações, reproduzimos a forma descrita pelo autor.

Como alternativa para incrementar a economia de São Cristóvão, Marco Antonio de Sousa recomendou explorar o leite e seus derivados (queijo e manteiga), expandir o cultivo de mandioca, milho e feijão e incluir a cultura do trigo e do fumo. Ao informar sobre seus termos, registrou a aldeia de índios domesticados “Água Azeda”, chamando seus habitantes de “indolente” e o populoso termo de Laranjeiras. Encerrou a seção descrevendo quão violenta era a capital, registrando por ano cerca de 100 assassinatos. Falou também da impunidade, da desobediência e da ausência de cadeia pública.

A primeira vila a ser descrita foi a de Santa Luzia de Piagui, povoada por 10000 habitantes (3000 de cor branca, 3000 preta e 4000 de diversas etnias). Ao apresentar o termo de Estância, deu grandiosos detalhes sobre a hidrografia sergipana, dizendo que os rios Piagui, Piapetinga, Cassengué, Arauá, Beriba, Mocunanduba, Rio-Fundo, Aritiquiba, Guarema, Mussununga e Sagui tornam-se ao longo de seu desenvolvimento afluentes do rio Real. Destacou nesta povoação o cultivo da mandioca: “são conhecidas muitas variedades desta planta: olho rôzo de qualidade, saracura, milagrosa, branquinha, mulatinha, mangue, mata-negro, monica, S. Ignez, S. Pedro, alagôa, Catharina e Itapicurú”. Tratando da sua produção, informou que o método mais adequado para seu cultivo era “derrubar as matas em novembro e dezembro ou janeiro e largar fogo depois de um mez; roçar e coivar em fevereiro ou março as capoeiras que são pequenas matas”; o que restava desta se queimava nas coivaras, acreditando servir de adubo para a terra (SOUSA, 1808, p. 26-27).

Mais adiante chegou ao denunciar o desmatamento e o desperdício das árvores encerradas na Vila de Santa Luzia.

Poucas matas restam ao ferro assolador dos agricultores, porém, ainda hoje se podiam aproveitar muitas madeiras de construção, que serviriam a marinha real e mercantil, sendo muito fácil a exportação pelos rios, que banham este território. Podiam ser embarcadas para o arsenal da Bahia tantas curvas, cavernas e braços, que são consumidos pelas devoraduras chamadas sem que as cinzas destes lenhos sejam precisas ao terreno, que é muito fértil e produz bem sem o socorro deste estrume (...). Que seguros interesses, pois, teria a marinha no aproveitamento de tantos putumujús, páos-d’arco, arapiracas, páos d’oleo, jequitibás, mocuris, sapucatas, jehahys, e sicopiras, que inutilmente se consome (SOUSA, 1808, p. 28).

Sua narrativa é minuciosa. Após tratar do plantio e da colheita da mandioca, base da fabricação da farinha, que era exportada no porto de Estância e Santa Luzia para Bahia e Pernambuco, falou das estiagens e do cultivo do milho, do arroz e do feijão, enfatizando a grande produtividade dos dois primeiros. Para além destas, indagou que cultivavam a cana de açúcar da variedade ticum, que apesar da improbidade do solo arenoso, trabalhada em seus

vinte engenhos, garantia uma produção significativa de açúcar para a Bahia. Incrementando o comércio estanciano, sugeriu para o lugar o cultivo de “canéla, pimenta da Índia, café e cacáo” (SOUSA, 1808, p. 29).

A segunda vila contemplada foi a Vila de Nossa Senhora do Socorro de Thomar, antiga missão jesuítica, composta por poucos brancos e dedicada a uma parca criação de gado. Na sua circunvizinhança viviam lavradores e fazendeiros de Campos, Itapicuru e Abbadia, contava com 633 habitantes, em sua maioria índios e mestiços.

Chamamos a atenção para a descrição da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto por ser ela o local de nascimento de Antonio Moniz de Souza. Esta vila, habitada por 6000 indivíduos, dentre os quais 2000 eram brancos, dedicava-se a devoção a Nossa Senhora da Piedade e a agricultura de subsistência da mandioca, do feijão e do milho. Destacou o termo de Simão Dias como um importante produtor de farinha e algodão, com os quais comercializavam em Laranjeiras, e a criação de gado *vacum* e *cavallar* que, apesar das secas, sustentavam o comércio, abastecendo os engenhos da Cotinguiba e da Bahia.

Informou que com os lucros de seu comércio, os lagartenses compravam “chitas, fustões, panos finos e galões com que se apresentam nos dias festivos na villa e na matriz e com este aparato fazem ostentação de sua grandeza” (SOUSA, 1808, p. 31).

Na pecuária destacou o protagonismo das doze fazendas dos religiosos carmelitas dizendo ser “optimas fazendas de gado com a denominação de Palmares, cujos passos são excelentes pra sustentar vaccas, bestas, ovelhas e cabras” (SOUSA, 1808, p. 30) ao lado do termo de Campos, contendo uma população de 1618 pessoas (1000 brancos, 500 pretos e os demais mestiços), possuía uma agricultura de subsistência baseada no plantio de mandioca e legumes e um considerável rebanho e vocação para a “creação de gado, que muito engorda em suas vastíssimas campinas e catingas (...) além do gado vaccum e cavallar possui cinco mil ovelhas” (SOUSA, 1808, p. 32),

Dentre as recomendações para esta Vila deixou a utilização da lã das ovelhas e o aumento da produção de algodão nas matas de Itabaianinha. No termo de Campos, a propagação da criação de muarens nas posses carmelitas (animal considerando resistente e próprio para longas viagens) e a necessidade de um mestre público para instrução das primeiras letras na sede da Vila de Lagarto.

Segundo este memorialista, a Vila de Santo Antonio e Almas de Itabaiana, carente de fontes perenes, era a mais pobre da Capitania, apesar de contar com 14 engenhos. Possuía uma população de 999 habitantes de diversas etnias, seu gado, plantio de mandioca e legumes eram insuficientes para alimentar essa população que achava complemento na criação e

consumo de ovelhas. Destacou a fertilidade das mulheres de Itabaiana e seus trabalhos na manufatura de tecidos, recomendando expandir nas matas o cultivo de fumo e algodão e propagar a mineração nas serras de Cahyba e Miaba.

Marco Antonio deu ênfase a Vila de Santo Amaro das Grotas, considerando-a a mais rica da Capitania. Ela possuía uma população composta de 5500 habitantes (2000 brancos, 1500 pretos e demais de diversas etnias). Destacou o talento para costura de suas mulheres, o bom trato da escravaria e a significativa produção de algodão, feijão, milho e outros legumes, para além da criação de gado e da afortunada produção de cana de açúcar.

Além disso, apresentou a freguesia de Nossa Senhora do Socorro como grande produtora de cana e exportadora de açúcar para Bahia, enfatizando também sua significativa produção de feijão, porcos, galinhas e perus. Da freguesia do Pé do Banco, destacou a abundância das águas e dos solos massapê, a expressiva produção de cana de açúcar e do algodão. Discriminou também a carmelitana Missão de Nossa Senhora do Carmo da Japarutuba, o potencial medicinal de sua árvore do Perú e o insuficiente regimento de milícia de cavalaria da Capitania de Sergipe.

Sobre a Vila Nova, formada por 1309 casas e 4154 pessoas (1000 brancos e pretos e demais mestiços), acusou sofrer de “febres intermitentes e podres” e da ausência de “medico, cirurgião ou boticário”. Criticou as pessoas que praticavam a medicina alternativa na época, a quem chamou de “charlatães e curadores que causam mais estragos do que os ares empestados” (SOUSA, 1808, p. 42). Denunciou a falta de conhecimentos literários e dos meios de subsistência, informando ser pequena a produção de mandioca, legumes e gado, com exceção do grande rebanho da fazenda Santa Izabel dos carmelitas.

Recomendou implementar a maquinofatura do algodão que poderia ser cultivado nas margens do rio São Francisco, o aproveitamento das árvores da grande mata de Jaboatão, “cabureibas”, “páos d’arco, marias-prêtas, braúna, angirco, putu-mujus, sapucaias e singulares aroeiras” para a construção naval e exploração de ouro no lugar denominado Ladeira. Nesta vila, situou a Missão do Pacatuba.

Por último descreveu a Vila de Propriá, que situada às margens do São Francisco, voltou-se para a pesca e para a fraca produção de algodão. Esta vila contava com 4500 habitantes (600 brancos, 1200 pretos e os demais mestiços) e era uma grande criadora de gado, em 1801 possuía duzentas fazendas de “gado Vaccum e Cavallar”. Lá, encontrava-se a Missão de São Pedro, onde viviam “índios muito indolentes, os quaes vivem da pesca e muito pouca mandioca” (SOUSA, 1808, p. 45).

O testemunho de Marco Antonio de Souza pode nos dizer muito a respeito do meio natural sergipano, de como em benefício da agricultura e da pecuária a Colônia desfazia-se de suas florestas, tidas como sinônimo de subdesenvolvimento. Da leitura de seu texto, podemos depreender sobre os recursos hídricos, solos, metais, etnias e plantas da Capitania de Sergipe, evidenciando a derrubada de suas matas e o desperdício de sua nobre madeira. Marco Antonio de Souza já denunciava a exploração da natureza e provavelmente a viu menos modificada em relação a Antonio Moniz de Souza.

Podemos considerar que a respeito da história do meio natural em Sergipe Antonio Moniz de Souza foi um dos poucos contribuintes diretos. Seu olhar assemelhava-se ao de Marco Antonio de Souza no sentido de apontar caminhos para o desenvolvimento de sua região, mas diferenciava-se na perspectiva da profundidade do observador, ele fitou na natureza, entendendo-a como a mais importante fortuna brasileira. Antonio Moniz de Souza e o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira são raríssimos exemplos de cronistas de viagens nascidos no Brasil, dentre inúmeros casos de brasilianistas, mas diferenciou-se do segundo pela origem, temática, profundidade e reconhecimento de sua narrativa.

O Homem da Natureza nasceu na Capitania de Sergipe d'El Rey, no termo de Campos, da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, ele descreveu sobre o interior de Sergipe, Alagoas, Bahia, Minas Novas e Rio de Janeiro a margem da academia e teve todas as suas obras publicadas no Brasil, embora com dificuldades, na primeira metade do século XIX. Os resultados de suas expedições científicas extrapolaram os limites da historiografia de viagem porque ele tinha um olhar crítico, político e nacionalista, denunciando os devaneios de um Brasil em construção.

Já Alexandre Rodrigues Ferreira, oriundo da sede da Capitania da Bahia, da cidade de Salvador, falava da academia e foi indicado por Vandelli e nomeado pela rainha D. Maria I para chefiar as comissões científicas rumo as Capitanias do Grão-Para, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, deixando um legado quantitativamente maior e mais empírico que o anterior, para além de ter sido melhor assistido pela governança.

Faremos aqui um recorte temático das obras de Antonio Moniz de Souza, interessa-nos os lugares percorridos por ele enquanto viajante público. Essas notícias encontram-se fragmentadas nas obras “Descobertas Curiosas” e “Máximas e Pensamentos” e povoadas no texto “Viagens e Observações de um Brasileiro”. Neste mapeamento, mostraremos a forma como ele enxergou a natureza, seu itinerário, resultados e publicações.

Antonio Moniz de Souza peregrinou pelos sertões brasileiros entre 1812 e 1840. Sua primeira viagem se deu seis dias após a sua saída do Convento de Santo Antônio no Rio de

Janeiro, lugar onde viveu por três anos, após o fatídico acidente na costa pernambucana¹⁵, até o dia 25 de maio de 1812.

Ao chegar na Capitania da Bahia, pobre e sem meios de subsistência, ele resolveu explorar suas qualidades de raizeiro e sozinho adentrou nas matas do recôncavo para fazer observações sobre os produtos da natureza e colher “Ipicacoanha” para apresentar e vender aos médicos e farmacêuticos da capital. Essa planta, ilustrada abaixo, foi bastante utilizada na época pelo seu valor medicinal e qualidade expectorante.



Figura 1: *Cephaelis Ipecacuanha*.¹⁶

Assim, influenciado pela nova atividade, tendo adquirido conhecimentos e amizades, chegou a requer ao Conde de Arcos autorização para viajar pelos sertões e fazer novas descobertas sobre o reino vegetal, animal e mineral. Tendo alcançado passaporte, passou a ser viajante público e financiado pelo Governo. Sua primeira expedição científica foi realizada em 1817, seguia rumo aos sertões baianos por Cachoeira de S. Estevão de Jacuípe, Comissão, Orobó e Jacobina, de onde regressou com copiosas coletas e observações que apresentou ao Conde de Arcos e ao perito médico Dr. Sebastião Navarro d’Andrade, dos quais adquiriu notável reconhecimento.

Navarro, sabendo da sua pouca instrução e surpreso com o talento autodidata do viajante, recomendou-lhe ao Conde de Arcos que lhe ofereceu auxílio para estudar História Natural nos jardins botânicos da Europa. Porém ele recusou, acusando não ter idade suficiente para os estudos, pois já contava com mais de trinta anos e tinha uma saúde pouco resistente ao frio, fato constatado na sua passagem pela Província de São Paulo. O fato é que desta

¹⁵ Esses acontecimentos serão trabalhados na próxima secção.

aproximação e reconhecimento para com o que poderia ser feito pelos avanços da medicina no Brasil, o Conde de Arcos concedeu-lhe uma subscrição que somada as contribuições de outros cidadãos permitiram-lhe montar outra expedição científica.

No ano seguinte, em 1818, Antonio Moniz de Souza retornou aos sertões da Bahia e a Sergipe em expedição, ao lado de dois ajudantes pagos por ele mesmo, agora, autorizado pelo Conde de Palma. Destas viagens trouxe copiosas coletas e as apresentou ao citado conde e a doutores, professores, médicos, cirurgiões e farmacêuticos da época, letrados como Sr. Dr. José Lino Coutinho, Sebastião Navarro de Andrade, João Ramos, Antônio Ferreira França, Silveira Lopes e ao Dr. Paiva, perito médico indicado para avaliar seus produtos, pelo qual criou notável revolta, acusando-o de conhecer bem o seu trabalho, beneficiar-se dele e lhe tratar com indiferença.¹⁷

Sua terceira investida, sofreu um atraso de um ano e dois meses devido a negligência de Dr. Paiva na análise dos seus produtos. Descontente, Antonio Moniz de Souza pensou em parar, mas foi incentivado por amigos como Dr. Lino Coutinho, pelo inglês Guilherme Penn e pelo francês Carlos Augusto Tounay que o fizeram continuar¹⁸. Assim, contando com o apoio e a subscrição do Conde de Palma, ele voltou a peregrinar em 1820, com intenção percorrer toda a Província do Pará e retornar pelo centro para o Rio de Janeiro. Mas, em julho de 1822, ainda no interior pernambucano, na província de Alagoas, foi interrompido pelo clima de insegurança da Independência, tendo sido atacado, violentado e roubado. No seu dizer:

Eu era a cada passo atacado, violentado, e roubado; de sorte que me deixaram limpo de todo meu fato, preciosidades e até da notícia estatística, que muito senti, não pelas fadigas e suores, que me tinha custado, como pelas esperança, que me produzisse algum efeito favorável ao Brasil depois que fosse vista e concertada por homens de maiores estudos e capacidade (SOUZA, 2000, p. 46).

Talvez o desencontro com os alagoanos tenha sido decorrente do seu posicionamento político, mesmo assim, contou neste termo com o apoio de pessoas que lhe deram

¹⁶ Disponível em: <http://plantillustrations.org/species.php?id_species=1112974>. Acessado em 10 fev. 2017.

¹⁷ Dr. Paiva e Dr. Navarro eram encarregados de avaliarm as coletas dos viajantes. Este havia feito uma boa avaliação das coletas da primeira expedição de Antonio Moniz de Souza, ao do contrário daquele, que fazendo oposição ao segundo perito médico local, foi negligente com o viajante sergipano, fazendo pouco caso dos espécimes coletados por ele na sua segunda expedição, razão pela qual o viajante público passou a alimentar certa antipatia pelo indiferentismo de Dr. Paiva, acusando-o até da ruptura com as subscrições do Conde de Palmas (EDELWEIS, 2000, p. 45). O testemunho do viajante leva-nos a entender que Paiva fazia oposição a Navarro e tendo estabelecido esta contenda com Antonio Moniz de Souza buscava firmar seu espaço, em face da institucionalização das práticas de cura no período, possivelmente, nesta perspectiva, o trabalho de Antonio Moniz de Souza tenha ganhado outra conotação (SANTOS, 2008).

¹⁸ Segundo o autor, os estrangeiros admiravam suas viagens, assim como os fluminenses, que sempre lhe forneceram apoio e recursos para continuar (SOUZA, 1843, p. 54).

hospitalidade¹⁹. Mais adiante, na sua primeira publicação, acusou uma classe ociosa pelo ocorrido. Diante do inesperado, retornou ao seu lugar de origem, Sergipe d'El Rey, no intuito de ingressar no exército pacificador, em março 1823, reforçando o Batalhão do Imperador.

Todavia, Antonio Moniz de Souza foi recusado nas tropas de Felisbello Gomes, no Ponto da Armação de Francisco Lourenço da Costa Lima e no contingente do general Labatut, em Cangurugu, onde, respectivamente, ele desejava servir como enfermeiro-mor e prestar serviços nos hospitais, minorando os sofrimentos dos feridos. Entre uma apresentação e outra, chegou a ser preso por um período no ponto da Armação, acusado por um alferes.

Segundo consta em seus registros, ele embarcou junto ao exército no Porto da Rede e desembarcou no Porto da Torre, seguindo em marcha até o engenho do Conde da Ponte, na Mata de São João, onde ficou, por conta de uma enfermidade adquirida e dessas consequentes rejeições. Lá passou a apanhar plantas medicinais, comprar mantimentos para o exército e fabricar tintas para escrever. Seguindo com o exército, o general Labatut adentrou na cidade de Salvador em 2 de julho de 1823.

Antonio Moniz de Souza permaneceu na Bahia tratando de sua saúde por 13 meses, retornando as suas expedições somente em 25 de março de 1825, desta vez com destino ao Rio de Janeiro pelo litoral, com o apoio dos letrados José Lino Coutinho, Joaquim Antônio Moitinho, Antonio Joaquim Moreira de Pinho e outros que tentaram relembrá-lo dos perigos das viagens, dos incômodos e enfermidades. Mas, resoluto, seguiu viagem, em fevereiro de 1826, deu notícias que estava em Jequitinhonha.

Entre 1827 e 1828 esteve desbravando os Campos de Goitacases, chegando ao seu destino em 27 de abril de 1828, tempo em que se apresentou ao Ministro do Império, em maio do mesmo ano, mas atacado pelo tratamento indiferente do Ministro do Império horrorizou-se com o encontrado²⁰. Este fato reverberou no cessar das suas expedições que somando o contar da sua idade e a necessidade de se dedicar mais ao casamento fizeram-no encerrar sua peleja de viajante público.

Acredita-se que Antonio Moniz de Souza ainda realizou outras incursões rumo aos sertões do Norte, nas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, em 1850. Se em “Viagens e Observações de um Brasileiro” Antonio Moniz de Souza já se queixava do desprezo estatal, para além de “repetidas secas, revoluções, roubos, e diversas enfermidades, e

¹⁹ Durante suas viagens, Antonio Moniz de Souza, pedia hospitalidade em distintos lugares, descansou em fazendas, viveu em casa de professor e entre os índios. Contou com a ajuda de guias e línguas.

²⁰ Este episódio será detalhado na quarta secção.

naufrágios de rios, bem como no de S. Francisco, e Jequitinhonha” (SOUZA, 1843: 48), em “Máximas e Pensamentos”, ele confirma sua revolta.

De todas as observações registradas ao longo dos seus textos a que ele mais detalhou foi a viagem a Campos, narrada em seu primeiro livro, onde descreveu os aspectos naturais, econômicos, sociais, culturais e políticos das regiões da Vila de S. João da Barra, Vila de S. Salvador dos Campos dos Goitacases e do distrito do Sertão de Nogueira. Nesta descrição, criticou as precariedades das ruas, residências e engenhos, a imprecisão dos censos populacionais, os prejuízos gerados pelo serviço miliciano na lavoura, os abusos cometidos no serviço e desligamento do corpo militar e outras injustiças, a pouca tecnologia empregada na maior parte dos engenhos de aguardente, a má produção e armazenamento do açúcar, o desperdício do couro e as arbitrariedades da escravidão e dos negociantes.

Dedicou parte da narrativa para tratar das produções da Vila de Campos, de sua diversificada criação e dos problemas no manejo do gado *vacum*. Informou sobre as produções das suas olarias, do azeite de mamona ou resina e do aproveitamento das madeiras na construção. Deteve-se ao comércio, descriminando os gêneros de importação e exportação da mesma.

Posteriormente, fez uma minuciosa descrição do rio Muriaé e região, apresentando sua natureza (flora, fauna, relevo, recursos hídricos e minerais), seus problemas e potencialidades econômicas, considerando sobre sua convivência entre indígenas Puri e observando os Botocudos. Finalizou a narrativa, refletindo sobre a indústria e o tratamento dado aos escravos na Vila, dando exemplos de bons senhores e uma descrição da Lagoa de Cima.



Figura 2: Os Puri na Sua Floresta de August Seyffer e G. Rist e Maximilian Wied-Neuwied.²¹

²¹ Ver: BELLUZZO (1994b, p. 101).

Na obra “Descobertas Curiosas” Antonio Moniz de Souza também fez uma descrição detalhada da sua passagem pelas terras sergipana, buscando informar sobre os lugares onde se poderia achar ouro. Disse que o metal poderia ser encontrado no Sertão do Orobó da província da Bahia e nas terras de Garcia²² na Comarca de Sergipe. Antonio Moniz de Souza acusou ter sido impedido pela seca de fazer grandes indagações sobre esta última e passou a caracterizar a Serra do Orobó, detalhando sua localização e a devastação das matas da região da serra de Andarahi.

Antonio Moniz de Souza registrou a modificação do meio natural pela ocupação humana através do estabelecimento de sesmarias nas margens destas matas, da agricultura (plantação de cana, mandioca e algodão) e de habitações no seu interior. No dizer do viajante, a região do Orobó era muito próspera, possuía terras férteis, muitos campos nutritivos para o gado e abundância de ervas medicinais e frutas. Ainda na região, entre a Vila de Jeremoabo e Propriá, disse que encontrou ouro com facilidade nas terras ricas em mananciais da Serra da Curitiba. Afirmou que um vulcão fez um estrago horrendo a estas terras e como prova coletou uma pedra, que posteriormente foi considerada de vulcão em Alagoas.

Na Vila de Itabaiana encontrou e retirou ouro na Serra Grande (Serra das Minas), posteriormente, dirigiu-se para Serras da Cajaíba e Itabaiana constatando suas propensões a existência do metal, mas sem fazer nenhuma prospecção devido ao cansaço. Disse que a região possuía uma vegetação baixa e que estava revestida de relva do agreste e de escassos arbustos, cajueiros e samambaias e também indagou que achou nelas diversas pedras e barros.

Para além destas informações contidas na obra “Descobertas Curiosas” e nos requerimentos encaminhados ao Ministério do Império constam que Antonio Moniz de Souza também atuou como colaborador e responsável por expedições que procuravam pedras preciosas nas regiões de Minas Novas e Rio de Janeiro, entre 1827 e 1841. Em algumas expedições ele atuou como intérprete (nas regiões dos Botocudos e expedição de Francisco Moniz Cordeiro, no Rio de Janeiro) e em outras como explorador do reino mineral (na Vila de Maricá e de Porto Seguro).²³

²² A respeito desta localização Antonio Moniz de Souza duvidou de seu guia, concordando estar entre as regiões de Sergipe e Bahia.

²³ Ver: Antônio Muniz de Souza. Requerimentos Encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos). C-0008, 025. (FBN). s.d.

Auxiliou em expedições patrocinadas por pessoas como o Major Francisco Luiz da Matta²⁴ e José Muniz Cordeiro Gitahy²⁵, mas também foi protagonista de inúmeras outras, tendo inclusive solicitado ao rei o privilégio exclusivo de explorar as minas da Comarca de Porto Seguro em 11 de agosto de 1841.

Curioso por conhecer o rio São Francisco e a Cachoeira de Paulo Afonso, Antonio Moniz de Souza aproveitou a proximidade para admirá-los pessoalmente. Segue abaixo o seu encontro espantoso com o Velho Chico:

Com efeito é muito menor a fama que a realidade! Que fenômeno! Que horror! As águas deste famoso rio, que paga caudaloso fendo ao Oceano, espraçadas quase comumente uma, meia e (quando muito menos) um quarto de légua estreitadas nestes lugares na escassa garganta de duas gigantescas, e pavorosas Serras, que as entalam, negando-lhes trânsito por outra parte com horríssimo rouco, e rapidez pasmosa, como enraivadas da opressão se precipitam daquela desmedida altura, e na profundidade das rochas, é tão estrepitosa que por mais que se grite, é, menos que querem surgir de novo à procurar o desforço do seu mal sofrido despenho, levantando aos ares úmida poeira, que molha em grande espaço aqueles contornos: a queixa, que na queda formão do obstáculo das rochas, é tão estrepitosa que por mais que se grite, é menos que esse estrondo a voz mais trovadora, e reforçada, de sorte que ainda mesmo o brado fragoroso das brônzeas bocas de Morte sucumbindo-se, ou misturando-se com a bulha das águas, se não distinguirá: dali esbravejando no mal espraído, e espumante leito despendem pelo Rio abaixo, ainda em acanhado encanamento., com tamanha velocidade, que saltando e referendo em outras obstantes rochas na distância de quatorze léguas se fez inavegável o Rio; o que acontece também da parte de cima quase na mesma distância, pelo pendor, e desenfreado arreatante; que, já encanado vem trazendo o Rio desde que principia a comprimir-se. Ai do escamoso vivente, que incauto afoita o nado além do marcado limite. De nada lhe aproveita o conhecido Reino, de nada arpada destreza com que vence as ondas, pelas quais arrebatado lá vai despedaçar-se no inevitável precipício delas. Inúmeras canoas também as furta o Rio, e levando-as consigo folga despedaça-las suas próprias ruínas: pela flumínea violência com que no limitado acanço da Cachoeira partem, e se desfilam as águas chamando, e trazendo a si como em remoinho o ar bem que em distância tão apertada, em que apenas de um a outro mediarão cinco braças, não pode vencê-las diminuta pedra, ainda impelida pelo mais destro, e alentado braço, e mal vai chegando ao meio esmorece, e cai, e se confunde com as desfechadas ondas. Daqui o povo supersticioso, e rude mais se confirmam na herdada crença de ser (como eles dizem) encantado aquele sítio. Horrores sobre horrores acumulam as denegridas pedras de grandeza enorme e enoitadas furnas que ladeado o Rio, e pelo meio dele avultam, e se empinam, tais, que cada uma por si só é longo será, vasta rocha impraticável. Dentro destas quatorze léguas inavegáveis se encontram outras catadupas, que se estivessem em outros rios, e mesmo neste, não havendo aquela, merecerão atenção, e que descritas fossem porem como todas são nada a vista medonho quadro contrastes encantador não fazem as margens de tão

²⁴ A descoberta de pedras preciosas no Engenho Pelões, pertencente ao Major Francisco Luiz da Matta, foi motivo de contenda entre este e Antonio Moniz de Souza, pois aquele sentia-se proprietário das descobertas, por ser proprietário do lugar e ter emprestado seus trabalhadores a Antonio Moniz de Souza na expedição. Então, o referido major, recusou-se a encaminhar os produtos para o Museu Imperial e Nacional e Antonio Moniz de Souza recorreu a Secretaria do Estado dos Negócios do Império e a Sua Majestade Imperial para requerer o que lhe era de direito.

²⁵ Essa missão contava com força de 21 homens e foi comandada por Francisco Moniz Cordeiro, irmão do financiador. A região era ocupada pelos temidos Botocudos que muitas das vezes atacavam os colonizadores. Caberia a Antonio Moniz de Souza, caso encontrassem os temidos indígenas, manter o diálogo e garantir a paz.

amplo Rio desde Piranhas, donde é navegável, até misturar com as do oceano as suas águas! ²⁶ (OLIVEIRA, 1946, p. 161).

Como vimos, o encontro com o rio São Francisco não foi amistoso, Antonio Moniz de Souza ficou espantado com a sua força e periculosidade, atribuindo a isso a crença popular no seu encantamento. Na imagem abaixo E. F. Schute ilustra a paisagem vista pelo viajante.

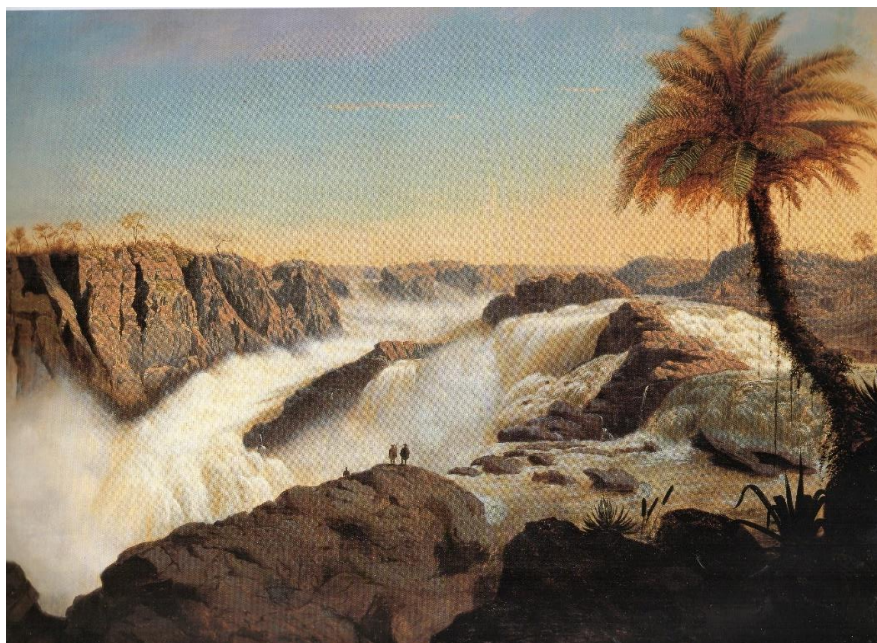


Figura 3: Cachoeira de Paulo Afonso, Pernambuco, (1850) de E. F. Schute.²⁷

Ainda narrando este encontro falou que na região, apenas Penedo, Propriá e Vila Nova eram acessíveis e possuíam grandes fazendas gado, plantações e arquitetura pomposa. Referindo-se à população da região, destacou a de Capela, informando ainda existir duas freguesias (São Pedro e Brejo Grande) e muitas ilhas pelo meio do rio.

Fez questão de evidenciar que dentre todas as povoações a mais agradável que conheceu foi a de São Pedro, onde afirmou existir índios civilizados e brasileiras dedicadas a lucrativa fabricação de louças de barro. Destacou também Brejo Grande pela sua exuberância e por apresentar muitos engenhos, lindos pomares, preciosos vegetais e uvas de qualidade em abundância. Todavia, denunciou a ociosidade e o desconhecimento da maioria da população por não aproveitar desta natureza benéfica e indústria fértil.

Seu espanto não se deu apenas no encontro com o rio São Francisco, em Brejo Grande ele admirou-se com as piranhas:

²⁶ Para facilitar a compreensão do texto fizemos algumas correções ortográficas, sem alterar sua pontuação.

²⁷ Ver: BELLUZZO (1994b, p. 159).

(...) Dista do mar está famosa ilha duas léguas. É o rio profusamente, piscoso em toda parte, e muito mais lhe povoam as águas as Piranhas, peixe digno de analisar-se: nas maiores não passa de dois palmos o comprimento, e a um excede a largura, são escamosas, lombadas, e de cabeça breve: comem-se, e tem ótimo sabor, mas no que se faz celebres, respeitáveis, e temidas é os navalhados dentes de tal sorte disposto, e encontrados, que movendo-se apenas contra qualquer preza, ainda de consistência rija (como se dê jeito apanham) o próprio ferro dos anzóis, tudo instatanamente cessam com voracidade tal que se lhes cair um boi em breve o deslaçeram, e consome: redes para elas são divertidos brincos, somente por tarrafa se apanham, se muito rápidas se lançam, e recolhem, em tapagens, e em bem fornidos anzóis: andam sempre em cardume embastecidos, e são realmente o inimigo mais terrível, que naquele Rio se encontra (OLIVEIRA, 1846, p. 162-163).

Ainda na busca pelo ouro em Sergipe o encontrou com facilidade em Itaperá, Sipó e na Cabeça do Negro, também achou evidências em Lamarão de Cima e em Xingó, mas não fez maiores indagações por conta da seca. De igual modo, apontou existir nas denominações Canindé Velho, Canindé Novo, Lamarão (abaixo), Furado e Geremum.

Ainda na descrição de Sipó destacou a beleza de suas fazendas de gado, onde se tem muitos Crautá, Chique-Chique e Cabeça de Frade que são muito úteis na seca. Em Alagoas também achou evidências de ouro na Serra Preáca, mas não pode conferir por conta das suas fadigas. Em outra serra da região encontrou Pedra Sabão.

O mesmo Antonio Moniz de Souza que se espantou com a natureza também estava preocupado com ela. Ele chegou a discorrer sobre a destruição das matas e florestas do Brasil, denunciando as queimadas, a caça e a péssima extração do mel, pois para ele, plantar era cuidar de si mesmo e do Outro. Desse modo, não só recomendou plantar sementes como acusou ter semeado mais de um milhão de plantas entre indígenas e exóticas.

Não posso deixar em silecio a utilidade das plantas, e a consideração, que á ellas deve ter não só o viajante, como todos os racionaes; visto que sem o reino vegtal nada existiria sobre a terra! Um campo sem plantação não tem beleza, chama-se estéril, e para nada presta? Todos os bens de que goza são devidos ao reino vegetal, o mais rico dos reinos, e criador do animal. Por esta consideração cumpre que o viajante traga sempre nas algibeiras os germens dellas para quando achar terreno, e estação propria semear em proveito do paiz onde se achar, e do seu proprio (SOUZA, 1843, p. 8).

Não faço caso de recompensas momentaneas, taes são as dos homens: destes só, quero a amizade; e quando acaso fizesse, estou mais que remunerado, tanto de meus Concidadãos; como de generosos estrangeiros; e tenho, procurado remunerar-me mesmo, talvez com mais de um milhão de plantas, entre indigenas e exoticas que por mens esforços tenho feito plantar no novo, e velho mundo, entre muitas Nações, onde existem em seus Museus ricos productos por mim collidos, bem como nos do Brasil, Estados-Unidos, França, Gran-Bretenha, Portugal, Alemanha, assim como tenho coadjuvado a Medicina (SOUZA, 1843, p. 28-29).

Os espécimes coletados por ele acabaram não só povoando as matas do Brasil e do mundo como passaram a compor os acervos de grandes museus de história natural na América e na Europa. Mas, sua importância não ficou restrita a esta dimensão prática, ele também contribuiu para a literatura do meio natural, publicando o texto “Descobertas Curiosas”, onde catalogou, em ordem alfabética, um volume de 166 plantas, entre árvores, arbustos e cipós.

Além de indicar sua localização e denominação, na maior parte das descrições, informou quais partes das plantas deveriam ser utilizadas (raiz, folhas, resinas, extratos, látex, casca ou entrecasca), seu modo de uso (chá, banhos, sucos, bebidas ou bagaços) e as suas qualidades (adstringente, aromáticas, amargosa, frutíferas ou picantes). Afora isso, trazia indicação de tratamento para as doenças da época (dores no corpo, nos ossos e nos dentes, moléstias dos olhos, dos ouvidos e da cabeça, febres, sesões, inflamações, flatos, ventosidades, feridas, epostêmias, malignas, estopor, hemorragias, cansaço, opilações, caquexia, pancadas, contusões, cólicas, indigestões, emplastos, hidropesias, problemas matronais, quebrasuras, veneno de cobras, fastio, defluxo no peito, doenças venéreas e pulmonares) e as suas devidas precauções quanto a ingestão de outros tratamentos e seus respectivos resguardos (OLIVEIRA, 1846).

Neste texto, informou a respeito dos tipos de solos adequados a estas plantas e sua adaptabilidade. Para além disso, destacou outras serventias e observações: havia plantas que serviam para pastagem, outras faziam mal ao gado e envenenavam os peixes, algumas serviam para curtir couros, fabricar verniz, vinhos, azeites, óleos, balsamos, tintas e sabão. Existiam as que serviam de enchimento para travesseiros, selas e colchões, as que eram utilizadas para tingir redes e as que serviam para fazer doces, temperos, manteigas e refrescos.

Do reino animal, registrou 11 espécimes: Anta, Urubú, Giboia, Tamanduá Bandeira, Cacholinha, Gazulos de Seda, Capivara, Caçarema, Acaúá, Glilo e Sanharó (Arapoá), descrevendo-as quanto a sua aparência (geralmente associando-as a um animal conhecido), habitat, caráter, uso alimentício (comestível ou não) e medicinal (a exemplo do segundo e do terceiro que serviam para fazer banhas e do quinto e do sétimo que serviam para males venéreos) (OLIVEIRA, 1846).

No reino mineral, situou as províncias, lugares e tipos de solos onde se poderia encontrar metais como ferro, ouro e salitre, muita das vezes, descrevendo sobre a pecuária, a agricultura e tipo de vegetação desses locais. Destacou a localização e serventia de algumas pedras (pedras de afiar, pedras de fazer imagens, pedras de areia para escrita, pedras

metálicas, pedras cristalinas, pedras de fogo, pedras de arapoá, pedras que parecem ter metal), solos (barros e taua) e dos sais dos sertões (OLIVEIRA, 1846).

Como vimos, Antonio Moniz de Souza tem uma importância singular no pensamento sobre o meio natural porque foi testemunha de como a natureza foi modificada e como ela pode ser útil a humanidade. Atingindo alcance internacional tornava-se imprescindível para a construção das instituições disseminadoras das ciências naturais. Por tudo isso, seu cabedal literário é fundamental para qualquer estudo que trate sobre o meio natural no Brasil oitocentista.

Tendo traçado esse mapa, estabelecido no trânsito deste sujeito, entre o sair do convento e o findar da sua vida de viajante público, agora vamos perscrutar sobre os momentos que antecedem essa experiência. Evidenciando que desbravar os sertões, antes de ser um ofício, era a vida de Antonio Moniz de Souza.

2.4. A PELEJA DO CAPITÃO DE FORASTEIROS DA VILA DE LAGARTO

Da sistematização das memórias de Antonio Moniz de Souza foi possível identificar o plano de sua observação e compreender o quanto ele estava emerso no seu universo sertanejo. Buscamos aqui organizar esse entendimento, percebendo o quanto os espaços de sociabilidade influenciaram-no na escrita e na sua visão do mundo. A sensibilidade sobre o meio natural, contida neste viajante público, não é algo ocasional, forjada apenas na sua experiência com a botânica, muito pelo contrário, essa orientação é um reflexo de outras experiências pretéritas, ela é uma construção que permeou e orientou toda sua trajetória.

Conforme vimos, os primeiros contatos de Antonio Moniz de Souza com o mundo natural se deram às margens do rio Real, na Freguesia de Nossa Senhora dos Campos, situada na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, nos limites da Capitania de Sergipe d'El Rey. Região que se destacava na criação de gado e na cultura da mandioca, do feijão e do milho, mas também no plantio do algodão e da laranja. Campos e seu vizinho Riachão tinham uma verdadeira vocação para a pecuária, o primeiro, especificamente, possuía um dos maiores rebanhos bovinos, equinos e ovinos da sua Capitania, os quais, certamente, abasteciam a

população local e os engenhos da Cotinguiba sergipana e da Capitania da Bahia (SOUSA, 1808:30-31)²⁸.

Dotado de campos férteis, cuja denominação sugere esta potencialidade, o termo de Campos era um lugar ideal para engordar os rebanhos, mas também para se cultivar a subsistência, plantar mandioca e alguns legumes. Em 1808, Marco Antonio de Souza (1808, p. 30-31) referindo-se ao povoamento afirmou que ele possuía número de 1618 pessoas, das quais 1000 eram brancos, 500 negros e 118 mestiços. Nesta época, Antonio Moniz de Souza não residia na região pois havia a deixado em 1807, diante das ameaças napoleônicas a Portugal, para se juntar ao exército de Junot em defesa da Coroa.

Antonio Moniz de Souza é um exemplo de como o sentimento de pertencimento local e nacional nascia nos brasileiros durante o Império.²⁹ Ao longo dos seus textos essa evidência foi se confirmando e modificando o olhar do viajante sobre o Estado. Em suas obras, é comum o uso dos pronomes “meu” e “minha”, em menções como: “meu pais”, “minha pátria”, “minha província” e “minha terra”. Curiosamente ele se referiu ao termo de Campos como “minha terra”, “minha casa”, e a Vila de Lagarto como “minha pátria”. Também utilizou “minha pátria” para se reportar ao Brasil em outras passagens (SOUSA, 2000, p. 65-198).

No jornal “O Nacional”, em 20 de fevereiro de 1833, ele se afirmou “brasileiro”, dizendo “São estes sentimentos que me animão, que continuarei a ter, enquanto me lembrar que sou Brasileiro”. Quando se dirigiu a Sergipe e a Bahia utilizou o termo província, tratando essa última por “objeto de minha paixão” (SOUSA, 2010, p. 43). Vale acrescentar que, neste último uso do possessivo, ele se referia a sua saída do convento e ao lugar onde foi acolhido pelo governo do Conde da Ponte e de Palmas.

Esse pertencimento fez o Antonio Moniz de Souza se mover enquanto agente político-social, encontramos com os mesmos pronomes possessivos menções como “meu dever”, “meus semelhantes” e “meus concidadãos”, abraçando a causa das mulheres, dos escravos e da gente do interior. Respectivamente, denunciando a exclusão, os maus tratos e os abusos cometidos pelo clero (SOUSA, 2000, p. 38-106).

Criticou o mal método expansivo da criação de gado em sua terra (onde cresciam soltos e misturados, distinguindo-os apenas pela marca ou sinal das orelhas) e a falta de técnica na extração do mel de abelha, prejudicando potencialmente as colmeias. Denunciou a violência e

²⁸ Marco Antonio de Sousa, na apreciação mencionada, recomendou a utilização da lã das ovelhas e o aumento da produção de algodão nas matas de Itabaianinha de Campos. Afora isso, informou sobre a carência de mestres de primeiras letras na Vila de Lagarto (SOUSA, 1808, p. 32).

a atuação dos facinorosos e os abusos dos comerciantes que se investiam dos cargos públicos para explorarem os interioranos (SOUZA, 2000, p. 65-99).

As primeiras lentes de observação de Antonio Moniz de Souza pertenceram ao seu mundo de criador e agricultor, experimentado na sua mocidade. Nascido de Domingos de Souza e Oliveira e Vitorina Francisca Abreu Leite, pecuaristas e agricultores de Campos, teve por quase duas décadas a mesma vida rústica de seus pais, tempo em que se deu seus primeiros contatos com a natureza. Com base em suas observações, pedimos licença para imaginar como teria sido esta fase.

Em Campos ele aprendeu a andar, a falar e a pelejar com a plantação e com a criação. Possivelmente se banhava nas águas do rio Real e ali aprendeu a nadar e a pescar, por isso sobreviveu a todos os seus naufrágios. O menino Antonio Moniz de Souza conheceu primeiro a natureza e suas utilidades dos campos de sua freguesia.³⁰ É bem provável que ele tenha descansado num travesseiro de lã de Barriguda e desfrutado do fresco colchão de Tabua, é possível que tenha comido doce de Araçá-Mirim, Maçaneira, Olho de Boi, Umbu e Cabeça de Frade, produtos feitos das plantas que registrou e que eram típicas de sua região.

Como todo comum, saboreou um refresco de Cabeça de Frade, de Marianinha, dos Cipós dos Tabuleiros do Agrestes e da Pitanga, experimentou o mel de Mancambira e do Gravatá de Enrolar, o açúcar deste último, do Pau D'alho e da Quixaba. É possível que tenha utilizado azeites de Gendiroba, Pião Bravo, Quixaba, Tapicura e Valame, da manteiga de Muquiabeira, óleo de Copaíba e tempero da Pindaíba, do Pau D'alho e do Cipó D'alho. Muitas das plantas, inventariadas na obra "Descobertas Curiosas", podem ter sido registradas pelo viajante com base nas experiências de sua mocidade, no ofício de vaqueiro e de lavrador.

Reconhecendo-se limitado com o chapéu de vaqueiro, Antonio Moniz de Souza buscou por conta própria aprender as primeiras letras, contando, apenas, com as limitadas instruções de seu pai. No período, não existia mestres na Vila de Lagarto e o fato de o senhor Domingos de Souza e Oliveira ter uma instrução mínima revela que o berço de Antonio Moniz de Souza era privilegiado, fato retificado na posse de consideráveis terras e escravaria³¹. Todavia, antes mesmo dele terminar o terceiro lustro de instrução, seu pai lhe encarregou de cuidar de uma

²⁹ Percepção apontada por Antonio (2011) e Santos (2015).

³⁰ Antonio Moniz de Souza registrou que a Aroeira servia para lavar e tingir redes de pesca (OLIVEIRA, 1946, p. 138) e o Tingui e cipó de Cururu para pescar (SOUZA, 2000, p. 50). Acreditamos que essas memórias poderiam ter sido de sua infância.

³¹ Felipe Neto (2010, p. 8) afirmou que Antonio Moniz de Souza descendia de uma família influente na política local, segundo o mesmo, o botânico era irmão do Tenente-Coronel Salvador de Góis e Souza, representante do Partido Liberal em Campos, e ambos eram primos de Pedro Barreto de Menezes, pai de Tobias Barreto.

fazenda de gado, privando-o das artes e da literatura. Era uma propriedade que lhes pertencia há uns quatro ou cinco anos, mas que apresentava pouca lucratividade.

Foi tangendo gado que Antonio Moniz de Souza consumiu sua juventude, na responsabilidade de cuidar e fazer prosperar uma fazenda que seu pai lhe cofiou, terras que tinha sido mal administrada por vaqueiros livres e escravos da família. Certamente, Antonio Moniz de Souza, nesta época, apresentava maturidade necessária para cumprir tal incumbência, que, diga-se de passagem, desempenhou-a com grande esmero, haja vista que só no primeiro ano de sua gestão a propriedade chegou a dobrar o rendimento.

Durante este tempo Antonio Moniz de Souza conviveu entre escravos e alguns homens livres, aprendendo, com eles e seus pais, a serventia da natureza e sua importância. Longe do mundo urbano e da ciência, o jovem vaqueiro transformou-se num legítimo homem do campo, no herdeiro e sucessor do bom senhor seu pai.

Antonio Moniz de Souza aprendeu com seus pais e com a escravaria que do Embiruçu fazia-se chapéus e que do Subare podia-se ilustrar suas botas de couro. Como um homem do seu lugar, Antonio Moniz de Souza experimentou um licor de Maçaneira e o vinho de Jurema. Aprendeu que da Coroá podia construir as cordas para apear o gado, que da Aroeira se extraía as estacas para levantar as cercas e currais³², que do Cedro e do Pau Ferro se obtinha a madeira para obras, para casas e alvenaria; que da Sucurpira se podia confeccionar os carros de bois, tão úteis como transporte no período. Registrou também que a madeira do Vinhatico era útil para a construção Naval e que o Pau Pombo e o Embiruçu eram bons ilustradores (OLIVEIRA, 1946). É certo que, algumas destas plantas e serventias ele conheceu, apenas, durante sua vida de viajante público.

Para além destas plantas e suas serventias mencionadas, informou que as cuias e louças da época eram coloridas com verniz da Mucunã, Mangabeira Brava, Murta, Subare e Cipó Lustroso. Estas serviam para cozinhar e armazenar água e mantimentos, em seus diversos formatos, panelas e potes, entre outros, já aquelas, eram utilizadas para a apanhar a água nas suas diversas utilidades cotidianas, para lavar a louça, tomar banho ou carregar água. Ele aprendeu em casa que a Aroeira, o Pau D'alho, o Sabão e o Sabonete poderiam servir de enxaguante natural (OLIVEIRA, 1946).

Como um bom homem do sertão, Antonio Moniz de Souza sabia que na seca o Mandacaru de Boi, o Cipó de Chumbo e o Xique-xique serviam de pasto e que não havia capim melhor para a engorda que a Marianinha. Antonio Moniz de Souza teve que aprender a

³² Disse que todos os proprietários da província da Bahia faziam cercas de mourões de cerne com varas fortes, atadas com piaçaba (SOUZA, 2010, p. 137)

sobreviver na seca, também sabia que da natureza se retirava o remédio para matar as bicheiras (cama de Luna) e os piolhos da criação (Pao Pereira ou Pao de Pente), que a Coeraneira podia matar o gado e outras ervas como Cebola Brava e Jaborandí podiam se revelar venenosas (OLIVEIRA, 1946).

Antonio Moniz de Souza, no ofício de vaqueiro, precisou dominar todo o processo da criação: curar umbigo, controlar pragas, ordenhar vacas, marcar o gado, assistir no parto, afugentando os ágeis empregados da limpeza e preparar o abate. Não podemos dizer o que ele cantava ou aboiava, mas sabemos que ele precisava chamar e conduzir o gado.

As plantas mencionadas na obra descobertas curiosas revelam um pouco deste aprendizado, que Junco servia contra o ataque de viperinas e o Pau D’alho das serpentes. Já Assa-Peixe, Angelica Cheirosa, Batata de Teiú, Contra-Erva, Consolação, Emboirana, Gendiroba, Cambota, Jarrinha e Junca serviam para combater o veneno de cobra (OLIVEIRA, 1946).

Antonio Moniz de Souza era conhecedor dos segredos do homem do sertão. Uma vasta literatura sobre a época defende o sertanejo como um ser espiritualizado e conhecedor das qualidades medicinais da natureza. Esse sertanejo, soube ressignificar e encontrar esse seu passado na vida de viajante público, encontrando-se consigo mesmo.

Após ter deixado a fazenda, onde somente tinha contato com vizinhos de cerca, vaqueiros e escravos, Antonio Moniz de Souza encontrou arrimo e esperança de prosperidade no ofício de comerciante, mesmo que por pouco tempo. Essa era uma alternativa que aliviava as limitações e fadigas do campo e que fortalecia sua propensão a indignação, a justiça e a liberdade. Assim, contando quatro ou cinco anos no comércio, resolveu sacrificar sua tranquilidade e fortuna adquirida na atividade em favor do sertanejo, enfrentando o bando do sargento-mor Bento José de Oliveira, a quem chamou de “facinorosos”.

Valendo-se de sua patente e licença para morar em Sergipe, o sargento-mor Bento de Oliveira passou a comandar uma milícia de “facinorosos” que percorria as comarcas de Alagoas, Sergipe e Bahia cometendo diversos crimes de corrupção, abuso de poder, assassinios, raptos, estupros, roubos e furtos. Segundo Antonio Moniz de Souza este grupo de “ladrões”, “vagabundos” e “criminosos” era uma ameaça à ordem pública e quando nomeado capitão de forasteiros do lugar, decidido a proteger sua Vila, recrutou muitos jovens e passou a enfrentá-lo.

Após vários confrontos, Bento de Oliveira³³ passou a evitar a Vila de Lagarto e respeitar as ordenanças de Antonio Moniz de Souza. Vendo-o como um problema para a suas investidas, ele tentou subornar testemunhas, juízes ordinários e o próprio ouvidor-mor contra seu principal antagonista, colocando-o na responsabilidade dos crimes cometidos por ele mesmo. Mas Antonio Moniz de Souza soube desfazer a calúnia e a mando do Conde da Ponte prendeu o transgressor.

Conforme vimos, o sujeito e a narrativa do Homem da Natureza é um produto das trajetórias do sertanejo Antonio Moniz de Souza, que mesmo buscando saída na vida comercial e militar, negando a vida campestre, encontra e reconcilia-se com seu passado na experiência de viajante. Agora, passaremos a perscrutar sobre a vivência religiosa do capitão, como ele foi para num convento?

³³ Bento José de Oliveira foi senhor de engenho da Cotinguiba e sargento-mor de ordenanças, liderou um grupo de facínoras responsáveis por perturbar a ordem e as autoridades da Capitania de Sergipe D'El Rei em fins do século XVIII e início do século XIX, foi preso a mando do príncipe regente D. João no cárcere do Castelo de São Jorge, em Lisboa, onde faleceu, em 1808. Ver: Menezes (2015).

3. ANTONIO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS E O MANUAL DOS VIAJANTES

3.1. O CAPELO FRADESCO DO CAPITÃO

“Enfim fiz-me Donato³⁴ do Convento de Santo Antônio e quão melancólica foi a cena, quando me vi com o hábito!! Resignei-me com tudo, e me dispus ao serviço do Convento” (SOUZA, 2000, p. 41). Assim, revisitava um homem, em idade madura, as lembranças de sua mocidade, rememorando o dia em que o capelo³⁵ franciscano cobriu sua cabeça. Esse testemunho voluntário dá conta da chegada de um noviço no Convento de Santo Antônio³⁶ no Rio de Janeiro, no alvorecer do século XIX.



Figura 4: Largo da Carioca em 1816 - Vista tomada do Morro de Santo Antônio de Nicolas Antoine Taunay.³⁷

Decerto, as impressões expressas não pertenciam a um vocacionado, pois o sentimento de melancolia pintava um autorretrato com estranheza, denunciando um certo distanciamento e a apatia do ingresso. O típico traje franciscano deixava de ser uma indumentária desejada, símbolo da ordem religiosa, para se transformar em um fardo, um peso, uma prisão. O capelo

³⁴ “Do latim *donatus*, doado, que se deu”. Denominação atribuída aos leigos que se dedicavam voluntariamente aos serviços do convento e que muitas das vezes, em serviço, usavam o hábito religioso (RÖWER, 2008, p. 303).

³⁵ É a parte superior do hábito religioso franciscano, uma espécie de capuz, que serve para cobrir a cabeça.

³⁶ Uma das instituições eclesiástica mais antigas do Brasil, responsável por gestar importantes nomes da história nacional a exemplo de Frei Vicente do Salvador. Ver: Röwer (2008)

³⁷ Ver: BELLUZZO (1994b, p. 120).

fradesco tornava-se uma ameaça à liberdade, ele cobria a ambição, os sonhos e as lutas de outrora, fazendo arrefecer o anseio por engrandecimento intelectual e social do indivíduo, protegendo, confortando e comprimindo.

O que teria levado esse personagem não intencionado a adentrar na Ordem Franciscana? De que forma o hábito e o capelo coube neste homem? Como poderíamos explicar essa inquietação? O relato do neófito expõe as dificuldades de se acomodar em uma nova condição, cheia de privações e longe da liberdade que tivera outrora. Ao que nos parece, um acontecimento havia mudado a sua sorte e desarranjado seus planos, somente seu pretérito pode nos esclarecer isto com riqueza de detalhes, fitemo-nos em sua viagem, nos dias que antecedem sua chegada ao convento. De onde ele veio? O que pretendia no convento? Esse traslado tem muito a nos contar. Avisamos ao leitor que para formular essa explicação historiográfica, utilizaremos das fontes e de um recurso metafórico e imagético para facilitar a construção da compreensão.

Embarquemos em uma nau de notáveis soldados luso-brasileiros rumo a Portugal, em defesa do Reino invadido pelos franceses em 1807. Acompanhemos de perto o exemplo do afamado Capitão Antonio Moniz de Souza que, após ter conduzido as Ordenanças da Vila de Lagarto e expulsado o considerado banditismo da região, dedicava-se agora a uma empreitada ainda mais difícil: enfrentar as tropas napoleônicas. Todavia, surpreendidos pelas intempéries do tempo, suas rotas foram alteradas.

Ventava muito, o mar estava agitado. Uma atmosfera de incertezas e desespero escurecia o horizonte e atacados por uma terrível tempestade vieram a sucumbir, naufragando na costa de Itamaracá. Dada as condições de isolamento e a consequente carência de socorro em tempo hábil, os tripulantes foram abandonados à própria sorte. Entre os sobreviventes, lá estava o Capitão Antonio Moniz de Souza, carregando consigo o silêncio da tragédia, ele havia ficado muito enfermo e surdo, razões pelas quais fora dispensado do sonhado serviço militar e tivera que interromper os mais ambiciosos e considerados sonhos patrióticos³⁸.

Num destes momentos, diante do medo da morte, nosso capitão de forasteiros se aproximou do sagrado, não sabemos se durante o desespero do naufrágio ou se em gratidão aos céus pela nova oportunidade, ou ainda, como alternativa de sobrevivência, já que estava desamparado, pobre e doente. O fato é que ele recorre ao mundo espiritual, mais precisamente, a invocação de São Francisco de Assis, fazendo promessa de ficar três anos sob sua proteção na ordem franciscana. Certamente, se houve, seu pedido foi alcançado, pois em

³⁸ Esta passagem está embasada na biografia de Antonio Moniz de Souza (SOUZA, 2000, p. 41) e em consensos mínimos (atitudes humanas esperadas) frente a uma tempestade e um naufrágio.

1809 Antonio Moniz de Souza adentrou na ordem religiosa e cumprindo os “habitus” do lugar, precisou reinventar-se, abandonar seu passado, seu nome e sua história para renascer na espiritualidade, como acredita os religiosos.

Agora poderemos ousar a compreender melhor essa sua dimensão e contrariar os pesquisadores que defendiam o silêncio do Homem da Natureza, a exemplo do argumento expresso na apresentação da recém republicada obra “Viagens e Observações de um Brasileiro”.

Além do que disse, o seu silêncio é também revelador. A Igreja é a grande ausente no seu relato. Em um só trecho de suas observações, dedicado aos juízes e curadores de órfãos, faz menção a eclesiásticos fanáticos. Não vê os padres na política, nada informa sobre a presença da Igreja no interior. Talvez a disciplina de ex-donato do convento de Santo Antônio explique este silêncio (ARAÚJO, 2000, p. 10).

Embora a obra apresentada por Ubiratan Castro, de fato, pouco fale da religiosidade na vida de Antonio Moniz de Souza, restringindo-se a duas menções em que criticou os métodos adotados pelos viajantes religiosos³⁹, outros documentos aqui apresentados comprovam exatamente o contrário, revelando um sujeito muito influenciado pela sua experiência eclesiástica. Uma prova cabal desta evidência reside no desejo do capitão de permanecer sendo chamado pelo seu nome religioso, Antonio de São Francisco de Assis, observação até então desconhecida pelos seus biógrafos e estudiosos.

Talvez os meses que antecedem e perduram seu internato possam explicar esse desejo com mais detalhe. Teria a hagiografia de São Francisco de Assis uma ligação com a construção do Homem da Natureza? Certamente, este Santo é considerado o padroeiro da ecologia, ganhou esta significação porque costumava cuidar dos animais e plantar árvores.

Assim, em requerimento encaminhado ao príncipe regente D. João, Antonio Muniz de Souza e Oliveira, como também se registrava, tendo permanecido na Ordem de São Francisco por três anos, apresentando-se enquanto donato do Convento de Santo Antônio, solicitou a sua Alteza Real a confirmação da permuta de seus sobrenomes, de Muniz Souza e Oliveira para São Francisco de Assis, em honra a sua devoção e fidelidade ao seu amor pela denominação recebida.⁴⁰

Senhor

³⁹ Nota-se que mesmo tendo uma veia religiosa, em sua obra denúncia, ele condena os religiosos viajantes. As razões deste posicionamento serão discutidas na próxima secção.

⁴⁰ Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Sergipe (1619-1822) - Caixa 09, doc. 31 – Século XVIII.

Diz Antonio de São Francisco de Assis, Donato do Convento de Santo Antônio desta Corte que sendo elle suplicante Capitão actual dos Forasteiros pertencente às Ordenanças da Villa do Lagarto Commarca da Cidade de Sam Cristovão de Serzipte del-Rey, Capitania da Bahia; e dirigindo-se a esta Corte a varias dependências, lhe foi necessário cumprir huma promessa de recolher-se por determinado tempo debaixo dos Estandartes; e proteção do Grande Patriarca Sam Francisco, onde tem me litado por espasso de trez annos onde tocam bem o Ministro Provincial conforme os religiosos costumes lhe madam e sobre nome que tinha Munis de Souza e Oliveira chamado-o Antonio de S. Francisco de Assis; e cumprindo o suplicante já o voto, (ai) promessa tem necessidade de voltar a sua caza, Patria a prehencher as obrigaçoens graves de justiça, a que está pessoalmente responsável: mas fica inexplicável o amor, e sartisfação, que tem do novo sobrenome pela veneração, e lembrança de seu Grande Protetor, e novo Pai e serafim chegado, a quem tanto bens deve, quantos a sua lembrança o suplicante refere ter recebido. He apreessivo o desejo que tem de conservar este novo sobre-nome igualmente devoto; e de especial proteção. Portanto.

P. as. A. R. com o maior rendimento, e submissão seja deferido pelo amor de Nosso Senhor Jezus Chisto mandar confirmar ao suplicante o nome de Antonio de São Francisco de Assis pelo qual ainda rogará efficáz ao Senhor pela estimável vida, saude de N. A R. e de toda a Real Família.

Antonio de São Francisco de Assis

Esta evidência esclarecedora muito pode dizer sobre o universo do sagrado na vida deste homem. Este fato situado no meio de sua trajetória decide os rumos da história do personagem, demarcando a saída de uma vida comercial, camponesa e militar para uma experiência religiosa e posteriormente naturalista. Deste modo, um passado rude, como ele considerava a vida campestre, dava lugar ao fardo de um presente que encontrava na natureza, na botânica; uma reconciliação, uma utilidade para sua experiência de vaqueiro e donato. Uma fatalidade não só teria o levado para o convento, mas o convento teria o acompanhado pelos restos dos seus dias. Evidência esta perceptível nos relatos publicados, já em idade amadurecida, no texto “Maximas e Pensamentos praticados por Antonio Muniz de Souza, o Homem da Natureza, natural da província de Sergipe D’El-Rei, em suas viagens pelos sertões do Brasil desde 1812 até 1840”.

Após o incidente na ilha de Itamaracá, temos um espaço de aproximadamente um ano sem precisar a localização de Antonio Moniz de Souza. Conforme ele mesmo mencionou, tendo saído do Convento em 25 de maio de 1812 e feito promessa de passar três anos no ministério, deduzimos que ele teria chegado ao convento por volta de 25 de maio de 1809. Neste espaço é possível que o viajante público tenha ficado na Capitania de Pernambuco, recuperando-se do acidente no Rio de Janeiro ou a caminho dele, já que não registrou o dia em que ele sarpou de Itamaracá.

Após ter saído de Lagarto, o capitão já havia gastado muito dos seus cabedais na peleja contra o bando de Bento de Oliveira, somente alguns recursos e dois fiéis escravos o acompanharam rumo a Recife para se juntar ao exército imperial. Não sabemos do paradeiro

desses indivíduos, o viajante não dá conta destes após o acidente, adentrando sozinho no convento. Certamente, os escravos seguiram viagem com as tropas luso-brasileiras, foram vendidos para levantar recursos, libertos ou cessaram ali mesmo suas trajetórias.

Agora que sabemos como o donato Antonio de São Francisco Assis chegou ao convento, vamos perscrutar sobre a influência deste lugar no seu pensamento e comportamento. Fitemos na sua vivência de religioso e naturalista e no modo como estas realidades puderam descortinar seus mundos, procurando encontrar um diálogo entre o contexto, a narrativa e a vida do Homem da Natureza, como ficou conhecido após suas publicações.

Conforme exposto, após o naufrágio e tendo sido dispensado do serviço militar, Antonio Moniz de Souza seguiu viagem numa outra vela para o Rio de Janeiro, ingressando como leigo no convento dos franciscanos. Lá, colocou-se à disposição dos religiosos, uma de suas primeiras atividades foi ao lado do Provincial Fr. Antonio de S. Ursul Rodavalho, com quem passou nove meses em visita à São Paulo. Nesta expedição adquiriu um reumatismo que o deixou muito enfermo e, ao regressar, fora encaminhado à enfermaria, passando três meses sob cuidados médicos.

Frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho era natural de Taubaté, foi considerado um dos mais sábios religiosos da Província Franciscana da Imaculada Conceição, sediada no Convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro, entre 1675 e 1901. Fez tirocínio no Convento de São Paulo e ordenou-se sacerdote no Rio de Janeiro, ensinou Filosofia na primeira e Teologia na segunda. Foi eleito Custódio da Província em 1805, nomeado pregador régio, Examinador da Mesa da Consciência e provincial em 1808. Recebeu do príncipe regente bispado de Angola em 1810, mas por motivo de saúde renunciou ao cargo em 1811, inclusive ao anterior, de provincial, em 1814, falecendo no ano de 1817 (RÖWER, 2008, p. 157-159)

Como sua enfermidade não havia lhe deixado acamado, durante o tratamento, passou a exercitar a caridade, prestando aos mais necessitados o serviço de enfermeiro. O tempo que lhe restava era ocupado na botica, colhendo alguns extratos e fazendo cozimentos. Longe de ser esta uma ocupação, tendo encontrado na botânica uma saída e o entretenimento, Antonio de Francisco de Assis passou a saciar sua curiosidade e a ocupar suas horas vagas com leituras não religiosas. Neste ínterim, recebia lições de botânica concedidas pelo Fr. José Mariano da Conceição Veloso⁴¹, que lhe emprestava livros específicos e proibidos. Muitas das vezes, deleitando-se nestas leituras, foi repreendido por outros religiosos que as tomavam

⁴¹ Já apresentado em seção anterior.

de suas mãos, dizendo-lhe não ser as obras de botânica indicadas a sua leitura, em substituição, davam-lhe livros místicos.

Passado algum tempo, tendo conquistado a confiança da irmandade e do público, o aprendiz de botânica foi designado aos cuidados da dispensa. Lá, recebia generosas doações de ricos virtuosos para serem repartidas com os pobres ou com quem lhe agradasse. Mas, tido como honesto, o donato honrou seus compromissos com muita seriedade, transparência e justiça, resistindo a todo custo a tentação da corrupção. Todavia, se a sua consciência não fosse limpa, poderia fazer fortuna, no seu dizer, “o menos que eu poderia lucrar seriam quarenta mil cruzados para mais” (SOUZA, 2000, p. 42). Essa foi uma de suas últimas atribuições no Convento de Santo Antônio, mas entre as já apresentadas também exerceu a função de porteiro (SOUZA, 2000, p. 95).

Apesar da sua negação para com a vida franciscana, Antonio de São Francisco de Assis era muito grato aos religiosos por terem lhe acolhido em momento oportuno, de enfermidade, fragilidade espiritual e miserabilidade. A patente de um afamado capitão, despido de patrimônio e debilitado pela cólera da rejeição cedia lugar, paulatinamente, ao capelo franciscano e ao poder do conhecimento e da manipulação das ervas medicinais. O convento concedeu ensinamentos valiosos que lhe permitiu retomar a vida e reinventá-la. Assim ele expressou sua gratidão:

Apesar da minha negação fradesca não posso ser injusto, e não há termos com que expresse a força da minha gratidão para com a bondade destes religiosos, que me encheram de benefícios e provas de interesse. (...) Apesar da amizade, e apreço, que tributava toda a comunidade, eu cada vez mais fomentava a vontade de ser alguma coisa útil e profícua a Pátria, e conhecia cada vez mais que sendo Donato não excedia de um membro inútil ao corpo social, deliberei-me a pedir licença para retirar-me; ao que obstaram por meio de conselhos, com os quais me fizeram ver os prestígios do século, porém eu era contumaz contava pela maior infelicidade consumir meus dias na apatia da vida fradesca, e inutilmente (SOUZA, 2000, p. 42).

Pelo que vimos, o espírito patriótico, aventureiro e inquieto do capitão de forasteiros de Lagarto não cabia no hábito e no capelo do donato. Tendo cumprido sua promessa, apesar de todos os aconselhamentos, o jovem interno resolve abandonar os votos, colocar seus aprendizados na algibeira e retornar à Capitania da Bahia. Na bolsa de viajante trouxe a experiência de auxiliar de viagem, enfermeiro, boticário e administrador de dispensa; veio também a saudade, o internato não foi tão ruim assim. Nas suas palavras: “Extraordinário foi o constrangimento, saudades que senti ao sair, pois prescindindo da amizade e consideração que mutualmente nos prestávamos, o costume de três anos que ali morrei, produziria em mim

uma segunda natureza” (SOUZA, 2000, p. 42-43). O capelo havia abrandado os pensamentos do capitão, dotando-o de sensibilidade.

No requerimento outrora citado, que solicita a permanência do sobrenome eclesiástico de Antonio de São Francisco de Assis, registra também o seu desejo de retornar às suas origens e ao seu antigo posto, aos serviços de Capitão dos Forasteiros das Ordenanças da Vila de Lagarto na Comarca de São Cristóvão de Sergipe d’El Rey. Não sabemos ao certo se o emitente tenha recebido do rei uma resposta favorável, mas o título concedido continuou em vigor, haja vista que, em documentos encaminhados ao Ministério do Império, foi inúmeras vezes chamado pela patente citada⁴².

Pelos indícios narrativos, evidenciamos que ele teria dedicado o resto dos seus dias a vida de raizeiro ou mateiro, vivendo da coleta de raízes e plantas medicinais no interior da província baiana para ser vendida a boticários da antiga sede do Reino. Quanto ao nome, a letrada juventude fluminense teriam lhe dado outro, o título de Homem da Natureza. Antonio Moniz de Souza teria reinventado sua vida, retornando à sua província para construir uma nova história, desta vez, trocando as alfaías pela algibeira e em seus compartimentos, trazia as experiências do convento e, sobretudo, o pensamento religioso.

Nosso percurso junto ao tripulante nesta secção termina aqui, neste interstício de memória. Os momentos que antecedem o naufrágio e estreiam sua saída no convento já foram contemplados ao longo da narrativa. Voltemos nossa concentração para esta vida religiosa, percebendo como este personagem narrou sua experiência e projetou suas expectativas.

3.2. A CONSTRUÇÃO DO MANUAL DOS VIAJANTES

Tentou-se com estes parágrafos compreender um fragmento do comportamento temporal do viajante público Antonio Moniz de Souza. Focamos aqui nas suas experiências no convento franciscano, no seu convívio com a natureza e com os costumes da época, através das suas memórias, cravadas no documento “Máximas e Pensamentos”. A partir de então, a proposta explicativa desloca-se para análise da construção do manual do viajante, observando

⁴² Antônio Muniz de Souza. Requerimentos encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos). C-0008, 025. (FBN). s.d.

a influência da cultura e destes lugares e funções na fabricação das representações deste polissêmico sujeito e seus mundos.

Como vimos, a obra “Maximas e Pensamentos praticados por Antonio Muniz de Souza, o Homem da Natureza, natural da província de Sergipe D’El-Rei, em suas viagens pelos sertões do Brasil desde 1812 até 1840” foi concluída em 1842 e publicada por um amigo do autor, um ano depois, pela Tipografia Niteroiense, em 1843. Este texto, para além de pretender ser um guia para os viajantes é também um verdadeiro manual de conduta para os cidadãos brasileiros de seu tempo.

O documento fora escolhido para compor esta seção porque é o resultado de toda sua experiência de viagens, atividade que adotou após sair do convento. Ele dá conta, de forma panorâmica, da sua vida enquanto viajante público, experimentada entre 1812 e 1840. Analisou-se aqui esta obra, porque o prisma empestado a ela é o resultado deste lapso temporal no qual o capelo cobria sua cabeça, através dela, poderemos compreender o contexto em que estava inserido o autor, seu texto e a própria invenção do Homem da Natureza.

O que se espera de um livro que pretende ser um guia para os viajantes? Obviamente um compilado de mapas, técnicas de sobrevivência, registro dos mais variados espécimes do reino vegetal, animal e mineral. Todavia, o documento “Máxima e Pensamentos” foge desta realidade, ele privilegia muito mais o espírito de uma época, a moral cristã do século XIX, do que as informações específicas da literatura de viagem. Ele é um constructo das vivências de seu autor e um apelo de futuro para os bons costumes, a boa moral e para a fé cristã.

Segundo Mata (2011) em todo universo de transformação, os valores e a moral se fazem presentes para tentar estabelecer padrões éticos e valorativos comuns, capazes de garantir o mínimo de estabilidade. Este é o caso do texto em questão, testemunho de um período de transição de uma América Portuguesa para o Reino Unido do Brasil e de tantas outras inquietações políticas da época.

Conscientes de todas as reservas geradoras de anacronismo que inviabilizam um julgamento historiográfico, preocupação de muitas gerações de historiadores a exemplo Bloch (2001) e Aróstergui (2006), mas atentos também para os limites das impossibilidades julgadoras, defendidas por Mata (2011) e Heller (1993), compactuamos da existência de consensos mínimos e da viabilidade da moral na narrativa historiográfica e, portanto, neste relato memorialístico.

Para estes últimos estudiosos, é possível situar a moral na historiografia, porque a moral é um problema do historiador e não da narrativa historiográfica. A moral aqui em análise “se concentra na moralidade do sujeito do conhecimento e não na moralidade enquanto uma

possível dimensão do saber histórico” (MATA, 2011, p. 61-62). Deste modo, tiramos licença para analisar a moral do indivíduo, resultante das imbricações entre o conhecimento histórico e o agir moral e não nos comprometemos com a moral enquanto conhecimento. Entendamos aqui a moral como:

(...) um conjunto articulado de noções a respeito do que é certo e do que é errado, noções que servem de guias para a ação e situam para além da satisfação de demandas ou desejos “imediatas” do sujeito. Isso parece trivial, e de fato é, mas o que convém sublinhar, a partir dessa definição, é que quem fala em moral, fala em “programas para a ação”, portanto de normatividade e orientação (MATA, 2011, p. 63).

No dizer do autor, estas noções partem de um indivíduo ou de uma instituição pretendendo ser, gradualmente, um patrimônio comum de um grupo ou de uma coletividade. Elas nascem da intersubjetividade e da comunicação e são transmitidas, através da linguagem, pela interação social direta ou por meio de complexos processos sociais. Destarte, assim que este coletivo constrói um todo minimamente coerente, estabelece-se a ordem moral de uma sociedade e logo se criam mecanismos de repreensão para os desvios.

A moral em Antonio Moniz de Souza não é um modelo para o gênero, mas uma particularidade fruto da sua construção social e cultural que se impõe aos demais como exemplo de virtude, bons costumes, espiritualidade e patriotismo. Ela se verbaliza numa narrativa direta e é resultante de realidades indiretas como a família e a religião.

A figura do senhor Domingos de Souza e Oliveira, por exemplo, tem um papel de destaque nas memórias de Antonio Moniz de Souza, dele vinha a inspiração para ser um bom criador e senhor, lições que se aprendia em casa, na lida com a terra e com a escravaria. Desde muito cedo, o menino Antonio Moniz de Souza foi mandado para a roça e forçado a criar responsabilidades e zelar do patrimônio familiar.

Ao referir-se a seu pai, em outro documento, ele o trata com muito respeito e consideração, chamando-o de “meu pai”, aquele que seria um exemplo para a agricultura e para a pecuária brasileira: “meu pai tinha nas matas do Japão na Freguesia de N. S. dos Campos, província de Sergipe, uma roça” (SOUZA, 2000, p. 172-173)

Meu pai comprou uma fazenda e pôs nela vaqueiros, homens forros, cujo zelo, não surtiu aquele efeito que se esperava, e por isso foram lançados fora da fazenda, entrando em seus lugares escravos cativos de casa; porém de balde esperava meu pai aumento naquela fazenda, pois em vez de prosperar, cada vez ia em diminuição, a pesar de ter a fazenda todas as boas proporções para seu adiantamento. Havia já quatro para cinco anos que meu pai possuía esta fazenda, e vindo a seu conhecimento que o atraso dela procedia da falta de um bom zelador, se resolveu a

mandar-me para lá, e desde então tomou um vôo tão brilhante, que só no primeiro ano teve meu pai dobrado lucro do que em quatro anos que a fazenda foi administrada por pessoas estúpidas e sem zelo (SOUZA, 2000, p. 65).

Mesmo negando a vida de vaqueiro, tendo acusado seu pai de ter lhe deixado na ignorância, porque o impedira de estudar na idade que considerava certa, antes dos dezenove anos, tempo em que deixou a fazenda. Apesar de inconformado com o chapéu de couro, Antonio Moniz de Souza teve com seu pai, na lida campestre, rústica, fatigante e antissocial como ele entendia, as primeiras lições de história natural, para além dos conhecimentos das primeiras letras nas mínimas lições que recebia do senhor Domingos em Campos, devido à ausência de mestres de primeiras letras na Vila de Lagarto.

Notamos um certo exagero no desabafo de Antonio Moniz de Souza, como teria seu pai o deixado na ignorância das belas artes e dos conhecimentos literários se o próprio teve a preocupação de instruir seu rebento e era um dos poucos instruídos em seu termo. Certamente o senhor Domingos queria um sucessor, um vaqueiro para cuidar do gado nas produtivas pastagens de Campos.

Recorrendo a filosofia da história, Wilhelm Schapp parece ter uma resposta mais verticalizada para a presença desta moral. Para ele, estamos permanentemente envolvidos por narrativas e somos, sobretudo, a personificação destas histórias. Se Bloch (2001, p. 54), utilizando a metáfora do ogro da lenda, foi longe dizendo que o historiador fareja a carne humana, aquele autor, foi mais além, pois para ele o que conhecemos dos homens, parecem ser “suas histórias e as histórias que os cercam. Através dessas histórias entramos em contato com uma personalidade. O homem não é o homem de carne e osso. Em seu lugar, impõem-se sua história, como o que ele tem de mais seu” (SCHAPP, 2007, p. 118). Antonio Moniz de Souza não queria ser vaqueiro nem donato, mas essas experiências definiram sua história, seu mundo particular e subjetivo.

Fruto de uma geração de historiadores que buscaram debruçar-se sobre os problemas do conhecimento e da narrativa no fazer historiográfico, amparamo-nos em Paul Ricoeur (2007) para dar seguimento a estes argumentos e uma melhor compreensão do texto em análise enquanto “representância”, entendendo o texto a partir de um contexto e o seu autor enquanto agente e paciente no “enredo de intrigas”. Para o autor citado a narrativa torna-se uma explicação coerente com a vida, transformando-se num limiar entre o texto e o leitor. Fato que, na interpretação de Arfuch (2007, p. 112) é desencadeado uma possível relação entre três tempos: o tempo do mundo, o tempo do relato e o tempo da leitura.

As leituras de Mikhail Bakhtin (1999, 2011), de igual modo, também foram muito valiosas para a compreensão desta dimensão textual, sobretudo, do discurso. Para ele, não existe sujeito sem contexto e para se depreender de um texto o seu discurso, esse constructo metalinguístico, é necessário adentrar na sua construção. Outro autor que também considerou a retórica, “toda a linguagem em sua realização como discurso”, foi Dominick Lacapra (2013, p. 98-100), segundo este, tratando de seu “modelo documental”, os textos são documentos que possuem contextos variáveis e que para tanto devem ser interpretados dentro deles.

Já para Walter Benjamin (2012, 2015) o texto é uma espécie de monumento, ele possui uma “aura” que é fruto de uma percepção temporal e espacial, das “implicações” vividas. No seu dizer, o passado é resgatando através de imagens, memórias daquilo que já passou. Isto justifica recorrermos às memórias e ao texto de Antonio Moniz de Souza para compreender, por meio de sua trajetória, um pouco de sua sociedade, já que expresso no olhar particular do viajante público encontramos o espírito de uma época.

Deste modo, fica evidente que o texto contém memória e que esta, por sua vez, fabrica imagens que são refletidas em texto. Dentro desta dimensão de “memória”, “documento” e “monumento” é significativa a compreensão de Jacques Le Goff (1990), de quem nos serviu o conceito de memória enquanto lembrança, “conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passada” (LE GOFF, 1990, p. 423).

Uma outra contribuição importantíssima, neste tocante, diz respeito às leituras de Chartier (1991) sobre Ricouer. Para aquele, o texto é uma construção de sentidos e um diálogo com o outro que vai muito além do seu “corpus documental”, ele se transforma num limiar entre dois mundos, o do texto e o do leitor. Seu modelo dá conta da análise do texto em três dimensões: sentido, história e leitura. Cada autor e cada leitor responde a seus interesses e que por esta qualidade alteram-se os sentidos e a apreensão do texto, variando de acordo com as formas, transmissão, tempos, lugares e comunidades. Mas a sua grande contribuição reside no aconselhamento de primeiro se estudar o corpus de textos para depois situar o objeto, compreender o seu autor:

A perspectiva deve pois ser invertida e traçar, de início, a área social (muitas vezes compósita) em que circulam um corpus de texto, uma classe de impressos, uma produção, ou uma norma cultural. Partir assim dos objetos, das formas, dos códigos, e não dos grupos, leva a considerar que a história sócio-cultural repousou sobre uma concepção mutilada do social (CHARTIER, 1991, p. 180).

Adotando o postulado de Chartier (1991: 182), o “Máximas e Pensamentos” não seria apenas um livro, mas um texto transformado por outros em objeto impresso. Aqui, esse espaço de construção dos sentidos, muitas vezes negligenciado, ganhou relevância. Para além de atentar para necessidade de primeiro situar o texto, a construção narrativa do sujeito, antes mesmo, de pensá-lo enquanto objeto, o autor apresenta outra preocupação, o entendimento de que a construção do sentido da narrativa é um feixe incontável de possibilidade.

Para adentrar nestas particularidades, dentro desse conhecimento histórico indireto, indiciário e conjuntural, cheio de símbolos involuntários e submersos num todo, contamos com o “método indiciário” de Carlo Ginzburg (1989). Dele servimo-nos da assertiva de que existem fatores secundários nos documentos que são reveladores de individualidades inconscientes e coletivas. Assim, na algibeira do viajante, cabia os conhecimentos de enfermagem e botânica, mas também a moral e as virtudes de um homem cujo passado campestre e religioso definia sua ação e seu modo de ver o mundo e o Outro.

Para além destes, recorreu-se também as categorias “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas” para dar conta no documento, publicado em 1943, das memórias do Homem da Natureza, vividas durante suas viagens e observações e das suas expectativas para o futuro, tentando encontrar na dialética dos tempos as suas peculiaridades (KOSELLECK, 2006). Tendo em vista os conceitos e as categorias aqui apresentadas, retomemos os argumentos e a narrativa, fazendo considerações sobre o texto, considerando o desafio de inaugurar um debate sobre uma obra relativamente desconhecida.

3.3. MÁXIMAS E PENSAMENTOS DO FILÓSOFO DA NATUREZA

Este constructo é o resultado de um esforço para localizar no texto e em fragmentos da trajetória de vida do viajante público Antonio Moniz de Souza um determinado contexto, procurando nas suas memórias os elementos que concorreram para sua escrita e formação. No dizer do autor:

São reflexões de um homem, que entranhando-se pelas nossas mattas presenciou as maravilhas da natureza, e que praticando o que escreve reconhece por necessidade aquillo, que fez de experiencia. São maximas de conductas pertencentes á moral, para vivermos entre nossos concodadãos em boa harmonia, he o guia não só do viajante que percorre diversas terras, como de nós todos que somos verdadeiros viajantes, que viajamos neste mundo (SOUZA, 1843).

Conforme argumentamos, o “Máximas e Pensamentos” é um texto que reúne os preceitos morais necessários a vida em sociedade da época, são recomendações destinadas não só aos viajantes, mas a todos os cidadãos brasileiros, pois, no seu dizer, todos os viventes são viajantes. São condutas baseadas nas suas experiências de viajante público e que tem uma relação com sua formação e experiência religiosa, com a sua forma de ver o mundo.

O prefácio da obra, escrito por um velho conhecido do autor, cuja amizade contavam longas datas, é muito esclarecedor. A princípio, informa que o único sinal de gratidão que tivera o viajante público dos brasileiros fora a alcunha de Homem da Natureza, afora isto, somente recebeu o indiferentismo como recompensa.

A isto culpou e denunciou a incapacidade dos governantes e as rivalidades partidárias existentes em seu tempo, situação que motivou seu posicionamento crítico em relação ao Império. Por esta razão, este também é um desabafo daquele que dedicou parte de sua vida a romper os sertões, vencer as fadigas e os perigos do desconhecido para observar, catalogar e coletar os produtos e as preciosidades dos três reinos da natureza.

O prefaciador não poupa elogios ao autor da obra, para ele, o sergipano foi um “corajoso viajante”, um “advogado do miserável índio”, do “indefeso proletário” e do “pobre preto”. No seu dizer, o Homem da Natureza, deixou mais que conselhos sobre sua experiência, ele demonstrou um exemplo de amor a natureza e a humanidade, desempenhando durante toda sua vida uma “evangélica missão” em favor dos oprimidos e dos mais necessitados (SOUZA, 1843). Chamamos a atenção para esta última qualidade, além de viajante público, o Homem da Natureza também era um missionário, disseminador das virtudes e da moral.

Destina-se a ele também outros predicativos, a seriedade de ter praticado tudo que ensina, a “honradez, sobriedade, indomável paciência nos sofrimentos, caridade para os que padecem, por ele recomendadas, fizeram, em todos os lances da boa e má fortuna porque passou, a regra do seu comportamento” (SOUZA, 1843). Antonio Moniz de Souza era um exemplo a ser seguido, um modelo de coerência e ponderação.

Logo de início, o viajante Antonio Moniz de Souza tira de sua algibeira algumas advertências para os aventureiros que abandonam seu torrão natal afim de peregrinar. Disse que é preciso ter paciência e perseverança, procurar instruções com os sábios e antes de tudo, suplicar aos céus o seu auxílio, praticando o bem e combatendo o mau. Para Antonio Moniz de Souza, o viajante deve buscar conseguir progresso para a humanidade e conquistar os corações dos homens. Para tanto “a Religião e a Lei deve ser o seu guia, seu interesse o bem

publico, sua sorte a Patria, os gemidos desta sua dor, a felicidade dos homens a sua gloria” (SOUZA, 1843).

Nestas advertências, Antonio Moniz de Souza apresentou um pequeno roteiro dos lugares, condutas e as possíveis atividades de um visitante. Indagou que é preciso que o viajante fique livre dos tumultos e da política e em qualquer lugar que ele chegue, faz-se necessário e urgente “tratar de render cultos, primeiro ao Deos Poderoso, no seu templo e depois visitar as Casas de Caridade, Misericórdia, e Cadêas, porque são as casas, onde todos os mortaes podem ser levados por suas fragilidades e misérias”, nestes lugares “deve o viajante levar a consolação aos infelizes, a medicina e todos os socorros aos enfermos” e quando possível, portando-se “sisudo, singelo, de character firme, e independente, tratando verdade e subtrahindo-se a impostura e metira”, deve tentar livrar os inocentes destes fins (SOUZA, 1843).

O primeiro conselho das máximas de conduta para os viajantes é odiar a imoralidade, a injustiça e os “corruptos” antirreligiosos, os ateus. O viajante precisa fugir das intrigas e das críticas que inferiorize ou ofenda a sua honra, aquela que “deve ser prezada, e conservada a todo custo; tendo sempre em vista a justiça, e a união” (SOUZA, 1843, p. 1). Um viajante precisa ser filósofo e cobrir-se de caridade, tomando a soberba como seu pior inimigo. Ele deve dar o bom exemplo de humanidade, ter em vista o bem geral e nunca o colocar em favor dos interesses próprios.

O interior da obra é um verdadeiro catecismo para a moralidade, dentre os seus apontamentos é possível destacar: praticar a justiça, evitar intrigas, preconceitos sociais, más companhias e o provincialismo.⁴³ Um bom viajante precisa agradar e respeitar a comunidade, livrar-se da preguiça e cultivar a vergonha, pois a “vergonha he muito necessaio ao viajante, assim como a todo o homem; ella se pode chamar reguladora das acções dos homens de bem: o homem que não preza a honra, he indigno de ser acolhido pela Sociedade” (SOUZA, 1843, p. 4).

Um virtuoso viajante para além de ser amante da generosidade e da gratidão deve ter as faculdades de um religioso, ele precisa: “vêr, ouvir, e calar, ignorar particularidades da vida” alheia, “guardar os segredos, que lhe forem confiados, ouvir as queixas de parentes, e amigos, sem revelar a, um, nem a outro, he uma virtude essencial para o viajante, e todo e qualquer

⁴³ Este conselho é bem interessante porque o autor foi contemporâneo de muitos movimentos separatistas a exemplo da Inconfidência Mineira de 1789 e da Revolução Pernambucana de 1817. Ele dedica algumas páginas de sua narrativa à crítica dos movimentos de separação das províncias e a defesa da nacionalidade. Ver: Souza (1843, p. 46-49).

homem” (SOUZA, 1843, p. 4). Essa é uma postura que nos lembra a confissão e os votos de silêncio dos religiosos.

Outra característica, também muito peculiar diz respeito a necessidade de o viajante fazer, diariamente, um exame de consciência, refletindo sobre suas ações, a fim de aperfeiçoá-las com a ajuda dos céus. Ainda complementar é o exercício da compaixão, o viajante carece de olhar para os desvalidos com amor, acolhendo os órfãos, que tem o direito a assistência governamental negado, as viúvas desvalidas e aos velhos, aqueles que detém o saber da experiência e são verdadeiros sábios (SOUZA, 1843, p. 4).

O verdadeiro transeunte deve militar e impor a moral aos lugares por onde transitar, tendo por obrigação “moralisar os costumes que forem contrários ao interesse geral, fazer quanto possível lhe fôr por destruir a má índole dos habitantes, isto com muita civilidade, prudência, e moderação, pois taes costumes uma vez enraizados tem força de Lei”. Além desta e da postura de apolítico, outra demanda necessária é o exercício da docilidade, da polidez e da humildade (SOUZA, 1843, p. 7-8).

No contato com o Outro, disse que era preciso “ter toda consideração para com o povo”, sendo necessário valorizar os trabalhadores, sobretudo os agricultores que vivem em condições de miserabilidade. Devia compadecer-se dos indígenas, tentando aproximá-los e convencê-los da bondade branca e da igualdade humana e, quando possível, buscar suavizar a sorte dos escravos que eram maltratados. Já para o estrangeiro, de quem tinha apreço e gozava de boa imagem, solicitou um tratamento hospitaleiro e sua cumplicidade. Ainda sobre o convívio social, afirmou ser necessário ponderar, criticando apenas quando estiver montado na verdade e livrar-se das paixões, dos jantares pomposos e regado a vinho, pois estes são passíveis de intrigas e muitas ciladas (SOUZA, 1843, p. 9 -10).

Outras posturas apresentadas, não menos importante, dizem respeito a não incomodar os ocupados, nunca desprezar o próximo, evitar entrar em contradições, ser teimoso e fomentar disputas. Orientou que o viajante deve ser pacífico, simples e grato sempre, nunca deve promover a publicidade sem comprovação e envolver-se com vícios ou jogos, porque estes incitam confusões. Uma curiosa precaução refere-se à necessidade de distanciar-se dos indivíduos antes de conhecê-los profundamente, alertou também para o temor a inveja e para as más inclinações, salientando o necessário controle dos prazeres (SOUZA, 1843, p. 11-14).

O guia dos viajantes orienta fugir dos bajuladores, das amizades políticas e da hipocrisia, aconselhando o exercício da resiliência. Para o manual, quem viaja precisa horrorizar-se e combater o crime e a vingança, promovendo a justiça, a verdade, a caridade, a igualdade e a paz (SOUZA, 1843, p. 14-16). Um bom viajante precisa respeitar as

autoridades, o direito à propriedade, elevar a virtude e a liberdade. Deve buscar resolver os problemas do presente, dar um bom exemplo e zelar pela honra, pela vida e pelo patrimônio de seus semelhantes. Ainda falando sobre o próximo, disse que é importante cuidar dos enfermos, aplicando uma medicina paliativa, conservando-o em dieta e repouso, fazendo apenas uma ressalva: combater as práticas de curandeirismo (SOUZA, 1843, p. 17-18).

Coube ao Homem da Natureza o conselho de votar em pessoas de bem, de deixar um bom exemplo para a posterioridade, sobretudo no avançar da idade, evitando as vaidades humanas ao máximo. Para Antonio Moniz de Souza o viajante precisa refletir sobre o mundo e a natureza humana, exercitando a consciência em visitas aos cemitérios, pois são lugares de valor pedagógico (SOUZA, 1843, p. 20-22). Um aventureiro precisa afortunar-se de patriotismo, reconhecer a superioridade do outro, restringir-se aos seus deveres, ser prudente, evitar discussões, a intolerância e a corrupção (SOUZA, 1843, p. 22-27).

Imerso neste texto de moralidade o Homem da Natureza expressou em alguns parcos parágrafos sua relação com a natureza, apresentando no guia dos viajantes, conselhos para aqueles que pretendiam peregrinar pelos sertões do Brasil. Nestas orientações, cabia ao viajante sempre carregar, em suas algibeiras, sementes para quando achar terreno e estação favorável planta-las em benefício seu e da coletividade. Assim externou sua preocupação com o meio natural:

Deve horrorizar-se da morte, e para subtrahir-se ao seu poder hé necessario formar bons costumes, plantar milhões de plantas por todos os lugares por onde andar, estas se reproduzem de gerações em gerações a benefício publico, e só terá fim com a consumação dos séculos. Deve conhecer, que neste mundo o homem não he mais nem menos do que uma sentinella que está sendo rendida a cada instante; por isso faça muito por não deixar tropeços a nova sentinella que o render (SOUZA, 1843, p. 21).

Sobre os resultados de suas expedições, o nosso narrador protagonista afirmou ter coletado e enviado a instituições científicas nacionais e internacionais copiosas coletas da flora brasileira⁴⁴. Tendo inclusive auxiliado a medicina com a coleta e publicidade de ervas medicinais encontradas no interior do Brasil.

Não faço caso de recompensas momentaneas, taes são as dos homens: destes só quero a amizade; e quando acaso fizesse, estou mais que remunerado, tanto de meus Concidadãos, como de generosos estrangeiros; e tenho procurado remunerar-me mesmo, mais de um milhão de plantas, entre indigenas e exotica que por meus esforços tenho feito plantar no novo, e velho mundo, entre muitas Nações, onde

⁴⁴ Em 11 de outubro de 1848 o jornal “Correio Mercantil” deu notícias de que o Museu Nacional teria recebido de Antonio Moniz de Souza mudas de cravo e jaca.

existem em seus Museus ricos produtos por mim colhidos, bem como nos do Brasil, Estados-Unidos, França, Gran-Bretanha, Portugal, Alemanha, assim como tenho coadjuvado a Medicina (SOUZA, 1843, p. 28-29).

Para Antonio Moniz de Souza o viajante precisa respeitar os animais, “não dando-lhe pancadas, nem faze-los trabalhar serviços extraordinários”, e estudar a natureza a fim de compreender a sociedade, assim fez, usando uma metáfora do jardim de plantas e do jardineiro e com o exemplo da organização das formigas e das abelhas para explicar a organicidade social. Para ele, a natureza, enquanto uma obra do Criador seria uma espécie de livro onde estavam escritas as leis de Deus (SOUZA, 1843, p.12-25). Salientou que, em viagens, o peregrino precisa desviar sua comitiva dos perigos eminentes, sobretudo, dos sertões desertos e habitados por selvagens, onças, cobras venenosas e rios caudalosos, de modo a não colocar o grupo em risco (SOUZA, 1843, p. 12, 19).

Preocupando-se com o progresso da coisa pública, Antonio Moniz de Souza afirmou que é dever do viajante apresentar alternativas para promover a economia, a fim de socorrer a sociedade. Para ele, fazia-se necessário lastimar e reivindicar, quando se deparar com o desprezo, com a má administração e a miséria nacional, para com a produção das culturas da cana-de-açúcar, do café, do tabaco e do algodão (SOUZA, 1843, p. 12-40).

De forma muito didática e genuína, levanta uma série de questionamentos acompanhados de suas respectivas respostas que dão conta das possíveis contrariedades suscetíveis a moral e as virtudes. Nestas laudas, ele instruiu de moral e civilidade todos os viajantes, aprendizes e cidadãos do Império, ensinando como proceder face aos desvios da conduta, portando-se como um bom viajante e patriota.

O Filósofo da Natureza ensinou o que responder e como proceder quando os aventureiros forem indagados sobre: as negligencias para com os viajantes, a sonegação de tributos e a exploração das riquezas nacionais, a fomentação da corrupção, a utilização da coisa pública em benefício próprio e a respeito da participação na política. Outros questionamentos, referem-se ao patriotismo do viajante, a convivência com a oposição política e sobre a participação do viajante nos movimentos de independência e face a mudança da capital (SOUZA, 1843, p. 28-53).

Nesta composição textual, Antonio Moniz de Souza, tal qual um guia, tenta prever situações que colocarão a prova a moral e o espírito patriótico de todos os viajantes e aprendizes, buscando com muita persuasão defender o lugar dos viajantes, da moral, das virtudes e da nacionalidade.

Nesta narrativa ficou bastante evidente pela repetição dos discursos, certo incômodo do narrador para com o desprezo governamental destinado aos viajantes, a má administração da coisa pública e as mazelas da política imperial. Mesmo contando com respostas dignas de um bom nacionalista e defensor da moralidade Antonio Moniz de Souza deixou nas entrelinhas uma inquietação em relação ao não reconhecimento das autoridades pelos seus serviços de viajante público. Fazendo algumas ponderações ao General-Capitão Conde de Arcos em cuja administração houve uma promoção das suas expedições científicas no ano de 1817 (SOUZA, 1843, p. 40).

Ao findar a tessitura do texto, um olhar aprofundado, extenso e compassivo sobre seu espaço de experiência parece comprimir o seu horizonte de expectativa. Este posicionamento levou nosso viajante a falar da viagem eterna, sinestesticamente.⁴⁵ O desfecho de seu texto denomina-se curiosamente “Despedida”. Em suas palavras, o único prestígio cabível nas algibeiras do viajante seria o respeito a “Religião, a Constituição, as Leis e as virtudes”. Considerando estes princípios, temendo a justiça divina e humana, todos chegariam a eternidade. “O homem virtuoso vive além da morte, suas cinzas são respeitadas, e veneradas, e quando se chega ao seu túmulo he com profundo respeito, eternas saudades” (SOUZA, 1843, p. 43-44).

Neste desfecho, o lamento de uma vida dedicada ao progresso da coletividade verbaliza-se, acusando a negligencia com a qual as autoridades olhavam para as gerações futuras, razão que impedia o nascimento de um mundo mais desenvolvido e de uma vida humana mais saudável. As expectativas deste sujeito estavam se esvaindo, neste momento que antecede sua despedida, ele deixou um apelo para os viajantes do futuro, a quem coube o compromisso de continuar cobrando e mostrando as alternativas e riquezas deste país, mesmo fora dele, pedindo que “faça-lhe sempre submissas supplicas, para que cure os males da nação e para que mande arrecadas os productos naturaes contidos nos nossos busques, sertões, com o que muito póde enriquecer o nosso commercio, e tirar muitas populações do estado de miséria” (SOUZA, 1843, p. 53). Coerentemente com o seu propósito de não só guiar os viajantes, ele apresenta um apelo ao futuro dizendo:

Gerações futuras em vos saudo, como se estivésseis presentes. Aceitai os puros votos de estima, e amizade de um antigo que ama os homens passados, pressentes, e futuros; os ultimos ainda mesmo nos abysmos da incerteza; que vos deixo o signal de estima, e lealdade (SOUZA, 1843, p. 45).

⁴⁵ Referimo-nos a mistura das sensações temporais do seu discurso que o conduz à percepção da mudança de sorte, como um sismógrafo. Ver: Cantinho (2015).

Como vimos, o cortejo de despedida antecede ao texto específico. Neste, o distanciamento do autor se dá em segundo plano, uma vez que ele passa a informar aos seus leitores sobre suas expedições científicas, desenvolvidas entre 1812 e 1840. No fragmento do texto, ele revela as rotas, guias e os devaneios da vida de um viajante, formando novas tramas e encontrando novos antagonistas, mas esta análise já foi apreciada anteriormente, com outros recortes do pensamento e das memórias do viajante público Antonio Moniz de Souza.

Coube a nós aqui informá-los das suas últimas impressões, quando ele deu conta do passar do tempo, da ingratidão política, da ausência familiar e do peso da idade, ingredientes que somados o fizeram encerrar sua peregrinação. Este é o momento em que ele organiza seus pensamentos, com vista em suas experiências, revisitando suas anotações e memórias de transeunte para compor este manual dos viajantes, em gratidão a todo incentivo encontrado, a hospitalidade recebida e as amizades construídas, mas também como uma forma se posicionar no mundo e demarcar seu espaço. Desconhecemos outro guia que contemple a literatura de viagem no século XIX, deste modo, o viajante brasileiro, abriu os caminhos, por um olhar endógeno, para que viajantes, aventureiros e curiosos conhecessem o novo mundo.

Neste texto, procuramos através de um prisma de observação, retirado do “espaço de inteligibilidade” da vida de Antonio de São Francisco de Assis, compreender os contextos e os elementos que concorreram para a construção particularizada deste manual dos viajantes. A partir desta retórica foi possível perceber o quanto Antonio Moniz de Souza representava a moral, assumindo um papel missionário e protetor da fé e da pátria. Descobrimos, a partir dele, o quanto os lugares e as experiências dos sujeitos puderam influenciar na sua formação, pensamento e produção escrita.

4. LEITURAS DE UM VIAJANTE PÚBLICO

4.1. A CONSTRUÇÃO DO HOMEM DA NATUREZA

Nos sertões por onde percorri nas minhas longas viagens encontrei um numero de medicamentos extraordinário, os quaes todos que pude colher os apresentava aos medicos, e os dava não só a estes, como a Academia de Medicina, mas sempre forão desprezados, porque poucos forão os que se puzerão em pratica, talvez por não ser eu medico (...).

O relato exposto acima, publicado no jornal “O Correio de Sergipense”, em 08 de agosto de 1855, traduz a insatisfação do Homem da Natureza para com a indiferença destinada ao trabalho do viajante público. É o desabafo de um sujeito que dedicou 28 anos de sua vida para conhecer e disseminar os usos e as potencialidades da flora, da fauna e da mineralogia brasileira. É o lamento daquele que enfrentou a hostilidade dos homens e da natureza para servir a pátria, a medicina, a botânica e a instituições como a Academia de Medicina, Academia Brasileira de Belas Artes e museus de história natural na América e na Europa.

Apesar deste desencontro, que retomaremos mais adiante, muito interligado a institucionalização da medicina no Brasil, Antonio Moniz de Souza contou com o reconhecimento e apoio de inúmeros intelectuais, viajantes estrangeiros e instituições da época. Sua chegada ao Rio de Janeiro enquanto viajante público, em 1828, foi muito repercutida na sociedade carioca, sendo, inclusive, mencionada por diferentes jornais do período, a exemplo do “Eco Brasiliense” e do “Aurora Fluminense”, que lhe atribuíram a alcunha de Filósofo da Natureza. Na passagem biográfica do jornal “O Philantropo”, em 12 de julho de 1850, o editor faz uma justificativa para codinome:

O Sr. Antonio Moniz de Souza, que pela simplicidade de seus costumes, pela sua linguagem sincera e franca, mereceu o nome de homem da natureza, é um desses entes raros cuja missão no mundo parece ser unicamente de derramar o bem, o bem physico e o bem moral: em uma palavra. O Sr. Moniz é uma prova visível de que há homens que foram feitos á imagem e semelhança de Deos.

Em uma passagem do período, transcrita por Armindo Guaraná (1915), o Jornalista Evaristo Ferreira da Veiga assim noticiou a chegada de Antonio Moniz de Souza no jornal

“Aurora Fluminense”, dando conta dos resultados da mais recente expedição científica do viajante público:

O viajante, naturalista pratico, Antonio Muniz de Souza, tem utimamente trazido e feito presente à Sociedade de Medicina de uma coleção de varias substancias, extractos, líquidos, cascas usadas entre o povo e os indigenas, como remedios, sem que sejam conhecidas pelos facultativos.

He feliz achado haver um homem como o Sr. Muniz, que por entusiasmo se embrenha por essas mattas, afim de descobrir os tesouros que a natureza ali encerra e trazel-os ao conhecimento publico. Não se pode recusar louvor ao seu patriotismo e aos serviços que tem já prestado à sciencia, que mais devia medrar nesta terra nascente, sendo aliás o que menos se cultivava.

Em 24 de junho de 1828, o jornal o “Censor Brasileiro” fazia outra defesa, noticiando o surgimento de um naturalista brasileiro para concorrer ao lado de cientistas como M. M. Langsdorff, S. Hileire, Spix, Martius e Príncipe de Newoitt, viajantes estrangeiros que ficaram famosos por apresentarem o Brasil ao mundo.⁴⁶ Eles assim o anunciaram:

Eis hoje aparece um nacional brasileiro, o qual sem outro socorro, do que insignificantes subscrições; sem outro estudo, que uma atenção incansável em observar os produtos, e fenômenos da natureza; sem outro apoio, que não fosse o da sua coragem, e paciência, realiza resultados iguais àqueles devidos a estes grandes sábios, coadjuvados por todos os meios, que a riqueza, ciência, e proteção dos seus Governos, e do nosso mesmo, podiam subministrar-lhes. Antônio Muniz de Souza depois de gastar doze anos em viagens nas Províncias de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, e Bahia, vindo por terra daquela cidade à esta, recolhendo com cuidado todos os produtos raros, explorando todos os rios, vivendo no meio dos indígenas, cujas tradições, costumes, e usos notava, tomando conhecimento da situação das mais ricas minas de ouro, e pedras, chegou finalmente a esta Corte, onde pretende publicar uma relação, que esperamos com impaciência, por nos persuadirmos, que encontraremos, nela exatidão, fatos curiosíssimos, noções interessantes, e propriedades de vegetais até então só conhecidas pelos caboclos; e ultimamente uma singeleza e naturalidade, que em vão procuraríamos em uma só das muitas páginas, que agora se escrevem entre nós (SOUZA, 2000, p. 33-34).

Mais tarde, instituições científicas respeitadas fizeram também seus pronunciamentos. Em ofício datado de 5 de outubro de 1831, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro respondeu a informação da citação inicial, agradecendo a Antonio Moniz de Souza pelas duas remessas de produtos medicinais enviadas. No documento, Luiz Vicente De-Simoni, secretário da instituição, se comprometia a realizar exames e experiências que validassem as qualidades medicinais dos produtos encaminhados pelo viajante, bem como, assegurava dar publicidade aos resultados da pesquisa em seu jornal institucional, conforme a transcrição do jornal “Aurora Fluminense” de 17 de outubro de 1831:

Ilmo. Sr. – A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro á qual forão presentes duas remessas que V. S. lhe fez de varias drogas medicinaes tiradas dos produtos naturaes deste paiz, me encarrega de participar á V. S. que ella recebeu estes objetos com muito agrado, e mandou proceder a exames e experiencias a respeito dos mesmos, afim de serem aproveitados na therapeutica em beneficio da humanidade enferma e principalmente dos Povos do Brasil, libertando-os da dependencia de importarem recursos, dos quaes existem melhores ou eguaes no solo pátrio. O resultado das referidas indagações será publicado no jornal da mesma Sociedade. Entretanto ella me incube de agradecer a V. S. o zelo e trabalho que emprega em colher, revelar e fazer avaliar as riquezas que o Brasil possui neste genero, concorrendo assim para a illustração, aumento e prosperidade da pátria.

Deus guarde a V. S. _ Casa da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 5 de Outubro de 1831. Ilmo. Sr. Antonio Muniz de Souza.

Luiz Vicente De-Simoni Secretario.

Antonio Moniz de Souza foi tão bem aceito pela elite científica fluminense que chegou a ser homenageado pelo artista Anon. S. D., integrante da Academia Brasileira de Belas Artes, com um busto seu pintado a óleo e ofertado ao Museu Nacional em reconhecimento pelos seus esforços em favor da natureza e da ciência brasileira⁴⁷. Homenagens deste tipo eram geralmente destinadas as elites políticas e aos integrantes da nobreza.

Em 2 de abril de 1834, Antonio Moniz de Souza fez questão de externar sua gratidão a juventude carioca, publicando uma nota de agradecimento no jornal “Aurora Fluminense”.

A minha alma se enche de satisfação, Brasileiros, meus caros patrícios, quando penso no bem, que sempre tendes remunerado a sincera amizade, que vos consagro, dando-me demonstrações de igual amizade. O relevante testemunho que disto me acabais de dar, vós, ó estimáveis jovens Fluminenses, comprova o que eu avanço; e honrosa distincção com que me condecoraes depositando no nosso Muzêo Nacional o meu retracto, que talentosas mãos de hum de vós tem traçado, esta muito acima do meu pouco mérito. Este vosso generoso proceder penhorou todo o meu reconhecimento. Cheio do mais vivo prazer vos agradeço este signal de pura amizade, e em retribuição vos ofereço tambem a continuação da affeição leal que sempre vos tenho tributado. Eu não posso deixar de amar-vos, e de d’admirar-vos, porque vos contemplo, como o mais seguro penhor da felicidade futura do Brazil, nossa adorada pátria. (...) Aceitai ó jovens Brasileiro em geral, e particularmente vós, ó estimáveis jovens Fluminenses, os meus puros votos de amor e gratidão: os Ceos vos coadjuvem e vos encaminhem com a sua luz divina para na marcha brilhante, que tendes começado e deveis levar ao fim, a prol da ventura do Brazil.

É provável, doravante, que a construção do Homem da Natureza tenha sido gestada pela imprensa e por intelectuais da época que viam no viajante público traços que o aproximava da

⁴⁶ O conteúdo também foi publicado no “Jornal do Commercio”, três dias depois de sua morte, em 20 de setembro de 1857.

⁴⁷ Infelizmente não conseguimos encontrar essa tela. Armino Guarani (1915) informou que ela foi extraviada e que foi vista pela última vez em 1881 na Exposição Nacional de Geografia e História. A obra foi registrada nos anais 1876-1997 da Biblioteca Nacional com a seguinte descrição: 18452 – Antonio Muniz de Souza, appellidado “O homem da natureza brasileira”; em busto. Pintado a óleo por Anon. S. d. Exp. Museu Nacional.

ciência, que o colocava além de um raizeiro, de um vaqueiro e de um curandeiro. Apesar da sua formação autodidata, a ideia de se ter um viajante brasileiro, com grande experiência em expedições, fazia do viajante público um sinônimo de orgulho nacional pelo seu trabalho de catalogação, preservação, coleta e disseminação das potencialidades brasileiras. Antonio Moniz de Souza informava ao Brasil de suas riquezas, exercendo e disseminando o nacionalismo. Essas evidências podem ser constatadas nos diálogos empreendidos entre o viajante, a imprensa e as instituições científicas da época.

Retomemos agora ao desabafo inicial, ao posicionalmente proferido por Antonio Moniz de Souza, em 08 de agosto de 1855, dois anos antes de sua morte. Mediante o exposto, mesmo contando com o apoio dos Condes de Arcos e de Palma e de intelectuais da época, conforme abordamos, para além do reconhecimento de viajantes estrangeiros como Guilherme Benn e Carlos Augusto Taunay, o que fazia Antonio Moniz de Souza se sentir desprezado, excluído? Por que fez questão de atribuir toda essa negligência a sua marginalidade científica se conseguia dialogar com instituições científicas respeitadas como a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e a Academia Brasileira de Belas Artes? Busquemos algumas respostas.

Na sua definição, o amor à pátria e aos seus semelhantes fizeram-no um viajante público e indagador dos três reinos da natureza, do qual fez grandes descobertas. Ele próprio reconheceu que seus produtos poderiam ser muito úteis à medicina nas mãos de seus superiores⁴⁸. Quanto a sua formação, assim pronunciou-se:

Não sou, por auxílios da arte, filósofo naturalista, não sou botânico, nem tenho, como levo dito, luz alguma de ciências estudadas, sei apenas retratar mal compostos caracteres do nosso alfabeto, herança lastimosa com que o inculto do lugar, que me viu nascer (SOUZA, 2010, p: 47-48).

Ao que nos parece, essa retórica intelectual de que mal sabia escrever servia como um importante canal para dialogar com as sociedades acadêmicas, com a imprensa e a ciência. Ela ia de encontro a sua formação recebida no convento, que no contexto da ausência de faculdades e academias, tornava-se a uma instrução muito significativa. O ato de reclamar, por si só, é algo inerente ao intelectual, típico de alguém insatisfeito e crítico, como era Antonio Moniz de Souza.

Talvez sua condição de autodidata não tenha uma relação direta com o fato dele não ter conseguido mais realizações ou de ter sido excluído, no seu dizer. Acreditamos que Antonio

⁴⁸ Retomar a citação da página 39, onde ele mesmo afirma estar abaixo de “homens de maiores estudos e capacidades” (SOUZA, 2000, p. 46).

Moniz de Souza se sentia incompleto, ameaçado e buscava se legitimar neste campo. Essa frustração é uma construção fruto da sua insaciável necessidade de conquistas, reconhecimentos e demarcação de espaço, sobretudo no contexto de institucionalização da ciência, da crise do Antigo Regime e da chegada da Ilustração (das reformas) na América Portuguesa.⁴⁹

Os intelectuais e viajantes estrangeiros viam nos mapas e coletas de Antonio Moniz de Souza uma possibilidade para dá segmentos aos seus trabalhos de expedições científicas nos gabinetes. A experiência nativa do viajante, vivida ao lado dos vaqueiros, indígenas, negros e viajantes tornavam-lhe um instrumento técnico importante para a teoria e institucionalização da ciência.

Antonio Moniz de Souza era também uma ameaça para os intelectuais e cientistas, porque estava a margem da academia; para viajantes estrangeiros, porque apresentava uma visão interna e realista do Brasil; para a sociedade escravista, porque era um abolicionista e para os políticos, porque criticava o modelo econômico e a passividade da política desenvolvimentista imperial. Por outro lado, Antonio Moniz de Souza, gozava de grande prestígio midiático e popular, pelo trabalho social desenvolvido e por divulgar seus conhecimentos sobre a medicina para a utilidade pública.

Curiosamente, ele também estava preocupado, enquanto autodidata, em combater a clandestinidade, o curandeirismo. Isso era um reflexo de que ele se via dentro do campo intelectual.

Deve o viajante, quando vir um enfermo ao desamparo (sem um legitimo professor) não o desamparar, desviando-o da peste dos curandeiros, tome conta dele, conservando-o em dieta, e repouso, não lhe aplique medicina desconhecida, só lhe applicará alguma paliativa, aquella que não lhe fazendo bem, não lhe faça mal ou não o mate. Em quanto a paga será aquella que o viajante talvez ainda receba, quando lhe fizerem o mesmo (SOUZA, 1845, p. 17-18).

Nos requerimentos encaminhados ao Ministério do Império, Antonio Moniz de Souza atuou como protagonista no enfrentamento de uma peste em Porto Seguro, passando a cuidar dos enfermos e fornecer-lhes medicamentos. No manuscrito, consta que Antonio Moniz de Souza, “desde que chegou a esta Villa se empregou a curar gratuitamente ao povo de sua grande peste que assolava desprendendo também de grassa a seos medicamentos e com tal

⁴⁹ Para mais detalhes consultar: Silva (2006), Ramielli (2008) e Guimarães (2016)

felicidade, que não morreo hum dos que ele assitio”.⁵⁰ Mesmo estando a margem da academia, Antonio Moniz de Souza, não se via curandeiro.

De 1834 a 1846 Antonio Moniz de Souza passou a dedicar-se a publicação dos seus conhecimentos e descobertas, acumuladas ao longo de quase três décadas de viajante público. Seus escritos, contavam com a maturidade e a criticidade de um homem que acumulava mais de meio século de vida, bem como, com a experiência de um sujeito que, limitando suas expectativas individuais diante de tantos devaneios vividos, dava grande notoriedade ao presente e ao Outro.

Esse novo posicionamento, adquirido no final de sua vida, era resultante dos desencontros de viajante público, das insatisfações e inquietações políticas do momento e da negligência dos peritos da época, como a do Dr. Paiva, a quem estava incumbida às avaliações dos espécimes e condicionadas as prescrições do Conde da Ponte. Após ter enfrentado a vida campestre e eclesiástica, Antonio Moniz de Souza deparou-se, no final da idade, com a desvalorização do viajante público nas políticas do Governo e das instituições científicas do Império, que lhe condenaram um lugar à margem dos naturalistas, da medicina e dos letrados. Todos esses antagonismos, acreditamos, aliados a construção de um novo ser político, acabou reverberando nos seus textos, dotando-os de criticidade e sensibilidade política, como é o caso desta nota jornalística introdutória, ou o contrário, seu posicionamento crítico pode ter lhe afastado destas realidades.

Todavia, outro agravante somava-se a este devaneio. Neste interstício de tempo que permeia suas publicações, o Homem da Natureza, buscou forças para dá utilidade pública às suas pesquisas. Mas, apesar de contar com inúmeros defensores, a obra de Antonio Moniz de Souza tardou a ser publicada. Essa evidência, para além de estar associada às condições financeiras do autor, certamente, tinha uma relação com seu posicionamento político no texto, com a polaridade ideológicas do momento e com as estratégias administrativas da Coroa que encontrava no esquecimento desta literatura uma política de distanciamento das ambições europeias sobre a América Portuguesa. No parecer da editora, a Tipografia Americana de I. P. da Costa:

Houve demora, e até desleixo, da parte das pessoas de posses dos manuscritos, e esta circunstância, combinada com a falta de meios do autor, ocasionou tão considerável perda de tempo, e talvez inutilizaria de todo modo um trabalho tão útil, se não tomássemos à nossa conta reparar esta injustiça (SOUZA, 2000, p. 34).

⁵⁰ Ver: Antônio Muniz de Souza. Requerimentos Encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos). C-0008, 025. (FBN). s.d.

Neste fragmento, fica perceptível que houve uma certa negligência dos peritos que avaliaram os manuscritos do viajante. Podemos imaginar que o fato deste texto ser de autoria de um brasileiro, naturalista, autodidata e popular, escrito a margem da academia e da ciência, teria colocado os intelectuais da época em oposição, sobretudo diante de institucionalização da medicina no Brasil. Afora o fato de tecer críticas ao Governo e a sociedade escravista, colocando-se contra o Estado e distante de sua “patronagem régia”.

Retomemos, complementarmente, a citação do jornal “Aurora Fluminense”, de 2 de abril de 1834. Nela, Antonio Moniz de Souza deixou evidente um posicionamento político totalmente adverso ao que tinha vivido no pretérito. Contrariado com o Império, com a exploração colonial, ele o culpava pelo atraso brasileiro, antecipando uma noção de pertencimento, de nacionalidade; o desejo de se construir uma sociedade próspera e de “homens livres”, embasada em princípios como o patriotismo e a justiça.

(...) Sim, queridos jovens, educados, e instruídos com os verdadeiros princípios sociaes, unicos capazes de formar homens livres, e dando tão salutar alimento aos vossos pensamentos, e ás vossas acções, sereis os primeiros a oferecer-nos o exemplo de desinteressado amor da Patria, que desgraçadamente tão pouco até o prezente tem apparecido entre nós. Aprestai-vos pois, a a Patria impaciente vos espera: a sua gloria depende de vossos auxílios. Queridos jovens, meus concidadãos; nada eu lamento tanto, como seja o péssimo modelo, que vos dão hoje homens maduros, em perda da prosperidade do nosso bello paiz, com intrigas só proprias de que acaba de ser vassalo, e colono de Portugueses. Tapai os ouvidos ao monstro da intriga, que he capaz de nos devorar a todos: não deixeis corromper os vossos corações; dai a esses enredadores o exemplo da virtude, primeira riqueza dos homens livres. No redomoinho das cabalas dos ambiciosos e perversos, estai firmes e sisudos esperai por a época venturosa, em que o Brazil vira ás vossas mãos. **He então que, se eu tiver a ventura de viver ainda, poderei vêr o Brazil verdadeiramente feliz; porque o verei entregue em as mãos de seus bons filhos, amamentados com o leite da liberdade e que o farão respeitar. Então já não existirão entre nós essas almas, creadas com a peste do alimento colonial, e do despotismo, por isso enervadas, e cortiçozas e em nenhum estímulo produz o desejo de vêr prosperar e crescer em forças a nossa amada Patria.** Se pois eu tiver a ditta de vos ver praticar o que os semeadores da zizania não são capazes de fazer, isto he, se eu vir o Brazil feliz, distribuindo-se bem a justiça, gastando-se para bem dela o dinheiro da Nação, premiando-se os bons, e castigando-se os máus; então, satisfeito morrerei, e contente passarei a Patria futura, que a todos nos espera. (...) (Grifo nosso)

Essa percepção nacionalista, se assim podemos dizer, foi bem captada na pesquisa de Antônio (2011), na qual, Antonio Moniz de Souza, serviu de testemunho social, paralelamente à sua participação na economia nacional, para evidenciar as identidades que estavam sendo construídas no período pré-independência. Na narrativa de Antonio Moniz de Souza a terceira pessoa do plural representadas pelos termos “nosso” e “nossa” começava a expressar um sentimento de pertencimento, de dentro, de brasilidade.

Assim, ao mesmo tempo que se tinha uma construção representativa deste personagem, no próprio sujeito representado, havia uma acomodação e configuração de sua imagem enquanto agente social que, conforme vimos, tem uma relação com sua vida campestre e religiosa. Destarte, o Homem da Natureza não esperou que suas descobertas fossem difundidas, apenas, com a publicação de suas grandes obras, muito antes destas, ele já atinava para a divulgação de informações consideradas de utilidade pública e médica.

Em 2 de julho de 1828, na sessão de notícias particulares do “Jornal do Commercio”, ele apresentou as qualidades medicinais da Genebra Brasileira, que no seu dizer era superior a qualidade Batrangeira, que era, em sua maioria, falsificada. Neste texto, ele informa o valor da garrafada e o endereço do fabricante:

O Capitão Antonio Muniz de Souza, que acaba de visitar parte dos sertões, e rios do Norte do Brasil examinando as riquezas dos três reinos da natureza, oferece ao Publico huma genebra Brasileira composta de huma fructa deste Paiz, a qual alem de poderem tudo suprir a genebra Batrangeira, as mais, vezes falsificada, possui muitas qualidades medicaes. Esta genebra, se vende por 640 r\$, a garrafa em casa de José Soares de Moraes, na rua do Ouvidor n. 135.

O anunciante não duvidará ensinar aos compradores o methodo de se fazer a dita genebra, huma vez que suas boas qualidades sejam reconhecidas.

Mais adiante, em 16 de janeiro de 1833, num anúncio do “Aurora Fluminense”, o Filósofo da Natureza, informou sobre as utilidades do extrato e da casca do gureuhen e sua respectiva localização nos sertões do Brasil. Segundo o publicitário:

Antonio Muniz de Souza faz saber ás pessoas que desejem o extracto, e casca gureuhen, (havendo ele dado toda a porção que preparára, e não podendo ir colher e preparal-o de novo) que esta se acha em abundancia no Morro da viração, nos mattos de S. Gonçalo, Rio Cabussú, Pihiba, Rio bonito, e Cachoeiras de Macacú, aonde o podem mandar buscar aquelles senhores que por anantes da humanidade, queirão fazer este serviço á Medicina.

Esse tipo de publicação não ficou restrita apenas ao período que antecede suas publicações consideradas mais significativas. Posteriormente, ele passou a fazer anúncios mais completos, indicando um tratamento direcionado para doenças do período, como foi o caso da indicação da gurenhen para o tratamento da inflamação de fígado e da raiz da sucupira para o tratamento da morfeia⁵¹, publicados no “Jornal do Commercio”. Assim, escreveu Antonio Moniz de Souza ao redator:

⁵¹ Elefantíase dos gregos, doença causada pela alimentação. Conhecida também como morfeia ou mal de São Lázaro, era definida como uma “moléstia tuberculosa da pele” (COUTO, 2014).

Sr. Redactor. – Fiado na bondade de v.m. me animo a pedir lhe pela segunda vez a continuação do seu obzequio em imprimir o seguinte annuncio sobre a casca da raiz da sucupira no tratamento da morphéa, assim como m'o fez a respeito da casca do gurenhen para o tratamento da aslhma, etc.; ficando v. m. na certeza de que faz-me com isto um particular favor, e á humanidade um grande serviço.

As utilidades curativas da raiz de sucupira não ficaram resumidas ao “Jornal do Commercio”, seu texto era tão importante que também foi indicado, após a publicação neste periódico, para a reprodução no jornal o “Correio Sergipense”, em 8 de agosto de 1855. Para além da citação introdutória desta secção, o anúncio fazia a seguinte menção:

(...) Mas entre estes medicamentos, dos quaes ainda me pretendo ocupar, como já fiz a respeito da casca do gurenhen para o tratamento da ashma inflamação de fígado, e de todas as ulceras, e agora o faço para falar da casca da raiz da sucupira para o tratamento da morphéa, por ter tido occasião de ver nas matas do Japão, na província de Sergipe um homem, o qual dizia ter soffrido desta terrível moléstia e se achava curado com o uso do cozimento e banhos desta casca, tanto interna como externamente: mas não só isso que me obriga a publicar uma cousa que tanto bem póde causar á humanidade, é ainda o ter em aconselhado o uso deste medicamento a uma pessoa atacada desta moléstia, e esta achar se com muitas melhoras. A sucupira é uma planta que produz nas matas e nos campos agrestes, é arvore de construção, e há duas qualidades dela, uma vermelha e outra branca, porém a de que se faz uso é da branca, produzida nos campos agrestes. Agora só mês resta pedir á Academia Imperial de Medicina, a todos os médicos e ao mundo inteiro a quem ofereço este meu trabalho, que mande vir este medicamento, e que dele farão uso os desgraçados soffredores desta tão cruel moléstia, pois estou certo que muito deverão melhorar os seus soffrimentos.

Conforme citado, neste texto, extraído do “Jornal do Commercio”, fica evidente que havia um certo distanciamento entre as práticas de cura e a medicina no Império. Por essa razão, Antonio Moniz de Souza fazia um apelo aos médicos e a Academia Imperial de Medicina, a quem estava encarregado a institucionalização e normatização da medicina brasileira.

Tendo se estabilizado no Rio de Janeiro o Homem da Natureza passou a partilhar suas anotações e conhecimentos mais significativos. Publicou em 1834 o primeiro tomo da obra “Viagens e observações de um brasileiro que desejando ser útil à sua pátria se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus patrícios, os três reinos da natureza, em vários lugares e sertões do Brasil oferecidas à nação brasileira” pela Tipografia Americana de I. P. da Costa e em 1843 o livro “Máximas e Pensamentos praticados por Antônio Moniz de Souza, o homem da natureza em suas viagens pelos sertões do Brasil desde 1812 até 1840 (Publicado por um amigo)”, pela Tipografia Niteroiense.

Somente em 1846, mais de dez anos depois da primeira publicação, a Revista do IHGB lançou o seu segundo tomo, escrito em 1824: “Descobertas curiosas (que nos Reinos Vegetal, Animal e Mineral, por sítios e sertões vários das Brasíliaas Províncias: Bahia, Sergipe e Alagoas, fez o capitão Antonio Moniz de Souza e Oliveira, natural da primeira, com uma breve descrição primordial do lugar do nascimento, e princípios de sua educação”, e oferecido ao Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil pelo Coronel Inácio Accioli de Cerqueira e Silva.

Tendo discutido essas questões que permeiam a construção social e intrapessoal do Homem da Natureza, representação atuante na fase de publicação do naturalista Antonio Moniz de Souza, partiremos agora para a elaboração de um encadeamento historiográfico sobre este personagem e sua teia de intrigas.

4.2. LEITURAS DOS OUTROS E DE SI MESMO

Esta secção, inicialmente, encontrava-se num esforço de compreensão do Outro na obra de Antonio Moniz de Souza, mas ao ordenar os eventos em intrigas, na trajetória deste agente principal percebemos que suas observações diziam de igual modo sobre si mesmo, à medida que ele se aproximava ou se afastava do diferente. Assim, partindo do pressuposto que os “sentidos de uma vida de si se leem no olhar dos Outros, não como fidelidade restituída por algum espelho, senão como recriação constante” (DOSSE, 2015, p. 376), fez-se um esforço por captar traços autobiográficos do viajante público no seu olhar para o Outro.

Para tanto, valemo-nos da contribuição de Todorov (2003, p. 269), defensor de uma relação pluridimensional com o Outro para pensar nessa possível teia de sociabilidade. Para ele existem infinitas possibilidades na relação com o Outro, pois enquanto a diferença se degrada em desigualdades, a igualdade agrega identidade (TODOROV, 2003, p. 211). Como a realidade social é limitada e confusa na representação, consoante seus agentes, por esta razão, estes se transformam numa expressão de uma época (VEYNE, 1983, p. 25). É exatamente isso que se buscou aqui, chegar ao todo pela parte e tocar no particular pelo coletivo; “uma busca exclusivamente centrada num indivíduo para uma busca plural” (DOSSE, 2015, p. 376).

Todorov (2003) defendeu existirem três eixos modeladores da alteridade, a saber: um axiológico, um paraxiológico e um epistêmico. Dimensões que buscam, respectivamente,

fazer um julgamento de valor, aproximar-se ou distanciar-se do observado e conhecer ou ignorar a identidade alheia.

Embasado neste entendimento, procurou-se compreender a questão do Outro em Antonio Moniz de Souza e perceber que a sua narrativa, de igual modo, caminha pela tríade: julgamento, direcionamento afetivo e posicionamento político. Vale notar que sua referência é o seu próprio universo de pertencimento, sua cultura, sua identidade, lugares de observação que já foram apresentados outrora e que serviram de lentes para seu olhar sobre a gente, a natureza e o Estado brasileiro.

Em cada texto, espessamente, o naturalista foi revelando traços de seu mundo particular, denotando o quanto o Outro estava distante ou próximo dele, ou daquilo que julga correto. Destaca-se em sua narrativa um eu trabalhador, religioso e agente político-social. Apesar de já terem sido evidenciados em outras explicações-narrativas, consideramos importante retomá-los e fazer suas respectivas ligações.

Antonio Moniz de Souza apreendeu que o trabalho, diferentemente do que muitos pensavam em sua época, não era algo desmoralizante ou restrito aos escravos, pelo contrário, acreditava que era uma fonte de riqueza e sinônimo de progresso. Segundo Araújo (2000, p. 52), na tradição portuguesa e escravista além da ascendência judia, moura ou africana, o trabalho manual também era considerado ofensivo, pois impedia que o sujeito de participasse da administração civil, militar e eclesiástica. Nas suas palavras:

Segundo a tradição medieval portuguesa, além da mácula de sangue – traço de ascendência judia, moura e africana – o trabalho manual constituía também uma mácula que impossibilitava o acesso aos cargos e empregos da administração civil, militar e eclesiástica. Além disso, no Brasil escravista, o trabalho manual, principalmente o trabalho agrícola, do eito, era considerado coisa de negro. As populações mais pobres de gente livre sertaneja, retirante, nos momentos mais graves das grandes secas, preferiam morrer de fome a trabalhar na lavoura açucareira para não se transformarem em negros brancos (ARAÚJO, 2000, p. 52).

Mediante esses pressupostos, consideramos que Antonio Moniz de Souza representou com afinidade os que trabalhavam que se aproximavam de seu mundo, demonstrando uma percepção atípica para o período: um apego aos agricultores, aos negros e as mulheres. Por outro lado, viu de forma áspera os desocupados. Para ele, o caminho para o progresso era o trabalho e por essa razão visualizou todas as etnias do Brasil como trabalhadores em potenciais.

A dimensão agrícola foi uma realidade predominante em toda a obra de Antonio Moniz de Souza porque era no agricultor que ele encontrava um limiar entre seu passado e presente,

pois foi da condição de viajante público que ele julgou, descreveu e criticou o seu mundo. Para ele, os lavradores faziam a riqueza da nação, servindo de âncora para o Brasil. Disse que o bom agricultor prosperava quando, sabiamente, empregava a técnica mais adequada para cultivar seus terrenos, sem destruir a natureza nem dá prejuízo ao Brasil.

No seu dizer, o grande problema da agricultura brasileira não era a escassez de mão de obra, mas, sobretudo, a carência de tecnologias e investimentos políticos na área (SOUZA, 2000, p. 98-109). Dentre os seus principais entraves destacou:

É certo que com a abertura dos portos aos estrangeiros o Brasil quadruplicou; e nesta época as nossas fábricas principiaram a ter entre as fortes traves que sofriam da corrompida Corte portuguesa bem como dos pesados tributos arrematados por homens avarentos e perversos que cobravam como privilégios da Fazenda Real; o tirânico recrutamento; as milícias e os instrutores caprichosos e arbitrários; e sobretudo a chincana, peste contagiosa que tem rigorosamente acabrunhado os agricultores. Outro poderoso obstáculo se opõe às vantagens da agricultura sem o ser a falta de cálculo e método de trabalho, procedido da pouca civilização e escandaloso, e vergonhoso que dão aos escravos, que sustentando em seus braços a agricultura em todo o tempo rigoroso trabalho vem a ser sucumbidos pela morte depois de sofrerem fome, frio pancadas sem limites: assento que não se deve esperar menos de um déspota (SOUZA, 2000, p. 109-110).

Para Antonio Moniz de Souza a escravidão, a exploração portuguesa e a corrupção criavam grandes impedimentos para o desenvolvimento da agricultura, ao lado das arbitrariedades cometidas nos recrutamentos e pela chicana⁵². Para ele, os “agricultores” viviam “sempre mergulhados na miséria, e sem terem jamais prosperidade”, afirmou que a única maneira de fazer a agricultura prosperar era “inspirar aos agricultores o amor do útil”, criando-se caixas agrícolas para emprestar dinheiro a eles, beneficiando a estes e a economia nacional (SOUZA, 2000, p. 110).

Depois de ter constatado o estado deplorável da agricultura brasileira, inclusive na Capital do Império, Antonio Moniz de Souza resolveu dirigir-se a Corte para representar a gente do interior no Legislativo. Em documento, datado de agosto de 1832, denunciou o atraso dos sertões do Brasil, criticando a forma como a terra era explorada e distribuída, beneficiando as elites e marginalizando os agricultores.

Ao “pacífico agricultor”, conforme mencionou, cabia apenas o acesso a terra pelo arrendamento. É exatamente neste ponto que Antonio Moniz de Souza expôs sua crítica. O arrendamento tinha um prazo incompatível com o preparo da terra e pelo fato de não

⁵² Uso inapropriado de todos os recursos processuais para prolongar um processo judicial, causando danos a parte contrária (ARAÚJO, 2000, p. 121).

pertencer ao trabalhador tornava-se inviável construir neles benfeitorias. Denunciou a chicana, a carência de estruturas para plantarem culturas de exportação e a grande quantidade de terras improdutivas do Brasil. Intrigava-lhe o fato de “havendo tanta terra para se cultivar e tão poucos braços para o fazer, tem a avareza de certos homens conseguido que sobreem agricultores e falte a terra” (SOUZA, 2000, p. 120).

Para Antonio Moniz de Souza os “africanos” eram iguais em natureza e espécies aos brancos, portanto, idêntico a si mesmo, foram os responsáveis por sustentar o país e fazer a “felicidade do Brasil”. Segundo Araújo (2000, p. 59), esse reconhecimento da igualdade natural dos africanos e seus descendentes estava na gênese das manifestações abolicionistas da conjuntura da independência. Ele ia de encontro ao consenso escravista que considerava o cativo como mercadoria, isso tornava-se um ponto de convergência para se requerer a liberdade natural deste escravo-homem e para se enfrentar a crueldade com que se tratava o escravo no século XIX (ARAÚJO, 2000, p. 59). É exatamente neste sentido que ele se fez um abolicionista, tendo inclusive ingressado no Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, conforme atesta o jornal “O homem e A América”, nº 18, de março de 1832.

Apesar de acusar pouco entendimento, disse que o maltrato a escravaria era um ritual antropofágico, principal causa do atraso da lavoura brasileira e motivo para a resistência e violência negra. Inicialmente, apenas o tratamento ostensivo incomodava o viajante, mas com a maturidade, a própria escravidão passou a ser uma injustiça, um desagrado a natureza e a humanidade. Essa sensibilidade, teve início em Campos, onde sua família permitia negociar a liberdade com os cativos que prosperavam na lavoura.

Para exemplo: meu pai tinha nas matas do Japão na Freguesia de N. S. dos Campos termo da Vila do Lagarto, província de Sergipe, uma roça e nela alguns escravos, e entre estes um pardo por nome Anastácio; grande calculista, porque tendo todos os outros as suas roças, os mais plantavam o que não podiam beneficiar, e por isso pouco ou nada colhiam, e ele calculava o seu trabalho de maneira tal, que, na terça parte do terreno, em que os outros colhiam três, colhia ele dez, sem maior fadiga, e plantando menos do que os outros; mas o caso era que esse pouco era bem tratado, e por isso prosperava com vantagem; este pardo antes de contar 40 anos de idade forrou a mãe, a mulher com quem casou, e a si, além de que o seu tratamento era invejado por muitos livres madraços e frouxos, e os mais escravos nunca poderão fazer vantagem alguma (SOUZA, 2000, p. 172-173).

Observando que muitas vezes as alforrias ocorriam de forma injusta, sujeitando-se a contendas políticas, ele sugeriu que a Câmara determinasse a compra da mesma, estipulando o valor dos escravos segundo suas idades e ofícios (SOUZA, 2000, p. 61). Em 1850, 38 anos

antes do advento da Abolição, ele concedeu a liberdade a seus nove cativos, quatro moças e cinco rapazes, invocando para eles a proteção do imperador e a cidadania. Conforme a petição transcrita pelo jornal “O Philantropo”, que mencionava: “O Sr. Moniz acaba de dar liberdade a nove escravos”, em 12 de julho de 1850.

Senhor!

Antonio Moniz de Souza e sua mulher Maria Firmina de Abreu Rangel, preferiram antes acrescentar o numero de subditos de V. M. I. com nove cidadãos, que libertaram do jugo da ignominiosa escravidão a ter como escravos entes que podem prestar bons serviços a V. M. I. e ao paiz.

Os Supplicantes não puderam resistir aos dictames de sua consciência, e quizeram reparar uma tão clamorosa injustiça em desagravo das leis da natureza.

O Supplicante, velho, com mui pouca fortuna e onerado com numerosa família, dedicou-se desde a mais tenra idade à exploração do interior do Brasil, e durante 28 annos de viagens contínuas, procurou indagar e recolher grande número de productos dos três reinos da natureza, com o fim de ser útil á humanidade e ao seu paiz.

O Supplicante ainda intenta, a despeito dos seus 68 annos de idade, emprehender uma ultima viagem com o fim de descobrir novos productos, e talvez fazer aproveitar aquelles que, sendo já conhecidos, não são todavia aproveitados por gente que vive na maior pobreza, cercado das maiores riquezas.

Se os ministros do Augusto pai de V. M. I., e mesmo os de V.M.I., tivessem o coração patriótico do Conde de Arcos, o supplicante não se veria forçado pela consciencia a fazer uma viagem no fim de seus dias, esperançado ainda de contribuir para fornecer novos generos ao nosso commercio, à indústria, à medicina, e livrar tantos indigentes das garras da miséria em que vivem. O supplicante já próximo ao tumulo, inda espera legar à sua pátria o que a natureza lhe legou, isto é, os thesouros desconhecidos que a terra encerra em seu seio. Mas como o supplicante pode succumbir antes de conseguir o seu intento, por isso:

Pede a V.M.I. se digne tomar de baixo de sua alta protecção esses inuocentes cidadãos, que o supplicante e a sua consorte libertaram da escravidão em honra de V.M.I., do paiz, da justiça e da humanidade.

E. R. Mce.

Não sabemos se a intenção de Antonio Moniz de Souza foi apenas libertar seus cativos ou se desprovido de riquezas e herdeiros diretos queria ganhar cuidadores para amparar sua velhice. O próprio editor do jornal afirma que Antonio Moniz de Souza os tinham como filhos, tendo inclusive matriculado dois deles no colégio da cidade. O fato é que ele denunciou a forma desumana com que tratavam e castigavam o trabalhador africano no sertão do Brasil. Para ele os senhores desumanos “atropelavam as leis mais sagradas da moral da humanidade e da sã política” fazendo “os escravos gemerem com o peso da escravidão”, já o bom senhor, tratando bem seus cativos, prosperavam a felicidade e o lucro em suas propriedades (SOUZA, 2000, p. 62).

Outro agente em potencial evidenciado por ele foi a “mulher”, figuras marginalizadas e tratadas como verdadeiras escravas do lar por seus pais e esposos, os quais acusou viverem na ociosidade, com a única missão de fecundar, manter seus orgulhos e praticar roubos. Antonio

Moniz de Souza reconheceu a família patriarcal de seu tempo, segundo o mesmo, eram as brasileiras que sustentavam e mantinham “seus maridos, principalmente nas províncias da Bahia, Sergipe e Alagoas” e nas “províncias do Norte”. Mas somente uma minoria, residente nas grandes cidades como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro aprendia a ler e escrever (SOUZA, 2000, p. 87).

Para nosso observador, a grande maioria das brasileiras “cuidadosamente se empregam nas manufaturas dos algodões, fiam e tecem panos, cobertas, redes, toalhas, fustões”, são elas que “manufaturam também suas tinturas; outras fazem rendas, cosem, bordam, e algumas até chegam a fazer grandes roças e plantam-nas; e sobretudo são verdadeiras”. Encarregam-se também de “carregar água e lenha” e do “trabalho da cozinha” e demais “serviços caseiros”. Denunciou a violência doméstica e que homens nada faziam para prosperarem suas manufaturas.

Criticou, apenas, aquelas mulheres luxuosas que preferiam importarem caros artigos europeus, chapelinhos, vestidos de finos e estampas, gastando suas economias, a fazerem ou valorizarem sua própria manufatura, suas redes, cobertas, fustões e outros panos considerados de longa duração (SOUZA, 2000, p. 87).

O encontro com o “índio” foi narrado por Antonio Moniz de Souza em dois momentos distintos. Em 1815, num relato de suas viagens pelos sertões baianos, realizadas entre 1812 e 1819, ele os caracterizou pejorativamente como preguiçosos, desorganizados, viciados, inconstantes, desleais, invejosos, despudorados, incestuosos e violentos. Disse que alguns eram ladrões e outros mesquinhos, “sublevados, atrevidos e perigosos”, que não os queriam nem alugados porque costumavam tirar “em um dia que trabalham, o que perderam em seis meses que dormiram” (SOUZA, 2000, p. 55).

Informou detalhes sobre a religiosidade destes, dizendo serem seguidores da seita “Juriparim”. Informou que seus sacerdotes costumavam utilizar indumentária de linho de Coroá, a contraponto, seus seguidores andavam nus. Estes se reuniam em templos ou na floresta para louvarem a um camaleão e tomarem vinho de jurema, que julgavam ser relaxante. Na cerimônia o animal era sacrificado e servia de banquete juntamente com uma rês que se apropriam da vizinhança (SOUZA, 2000, p. 53-54).

Mesmo assim, considerou o estado natural indígena positivo, reconhecendo que o avizinhamento com o branco lhes traziam muitas perdas significativas que comprometiam sua cultura, saúde, território e subsistência. Defendia que a única alternativa do Estado era incluí-los, chamando-os a civilização e ao trabalho, “garantindo-lhes a segurança e plena igualdade de direitos”, do contrário, estávamos condenados ao retrocesso (SOUZA, 2000, p. 53-56).

Em resumo, neste primeiro instante, considerou os indígenas culturalmente inferiores, dizendo que viviam numa espécie de infância da ilustração e da civilização, por isso recusavam aprender a ler e escrever, mas a isso culpava os Diretores, preceptores dos aldeamentos, por não lhes ensinarem o amor ao trabalho. Esse posicionamento áspero é confirmado num segundo relato, na descrição das viagens empreendidas pelo distrito de Campos e em Muriaé, em 1828.

De certo que devemos ter contemplação com esta infeliz gente, atendendo a que eles gentios, tem sofrido notável prejuízo com a nossa vizinhança, porque lhes temos usurpado as suas matas, único meio e auxílios que eles tinham para sua subsistência, e atendendo igualmente à sua inaptidão, porque estas como recém-nascidos sem artes, sem cultura, e sem destreza, e por isso indispostos para a vida social à que, paulatinamente, e com muito jeito, os devemos ir admitindo, inspirando-lhes ao amor ao nosso sistema e ao trabalho. Coitados! a sua necessidade os tem obrigado a vender seus próprios filhos a troco de ferramentas e alguma roupa , o que não fazem mais porque tem sido maltratados pelos compradores, que os conduziam para a Vila de S. Salvador , onde os revendiam com vantajoso lucro. Tudo finalmente tem concorrido para a desolação desta infeliz raça, cujo estrago foi nimiamente coadjuvado pela contagiosa peste das bexigas, que, infeccionando suas aldeias, as assolou e devastou bastantemente (SOUZA, 2000, p. 150).

No seu entendimento, eles estavam abaixo dos africanos porque não trabalhavam, portanto podiam ser considerados ociosos, conforme atesta a comparação:

Para provar quanto são os vermelhos desmanchados e indolentes, vou dar o seguinte exemplo. Nasce um preto em África e lá se cria sem educação alguma, daí vem cativo e nu para o Brasil, onde sucede encontrar senhores tiranos e insuportáveis, e assim mesmo junta dinheiro para se forrar, e alguns chegam a ser ricos, e grandes homens; pelo contrário, um vermelho nasce no Brasil, tem todo o tempo por seu, desde que nasce até ser velho de setenta anos, tendo de graça as mais férteis terras para trabalhar, e além disso todas as mais vantagens que se lhe oferecem, e quando morre, não há, com que se pague ao pároco as mediócrez despesas do seu funeral (SOUZA, 2000, p. 55).

Após conviver entre os índios⁵³ ele resolveu reformular e justificar suas primeiras impressões. Num segundo momento, passou a considerá-los os mais “fortes e reforçados homens que existem em nosso solo, são hábeis para tudo, e uma ideia clara, e inclinados a manufatura, mas pouco habituados ao trabalho, e sobretudo faltos de educação e civilização”. Desconstruiu toda imagem depreciativa projetada, de “frouxos”, “inertes”, “ingratos”, “pouco leais”, “ébrios”, “debochados” e de “baixo sentimentos”, justificando os efeitos do avizinhamento branco, valorizando algumas de suas práticas como a filantropia, o seu sistema

⁵³ Em 1826 confirmou ter vivido em Salto Grande, às margens do Jequitinhonha, entre os Botocudos, e em sua viagem a Campos deu notícias dos Puris e dos Botocudos da região (SOUZA, 2000, p. 81-149).

de correios e seus esforços por preservarem sua cultura. Concluiu retificando que “os indígenas são reforçados e fortes, faltando-lhes o costume e o hábito do trabalho doméstico” (SOUZA, 2000, p. 11-113). Na obra “Descobertas Curiosas”, elogiou os indígenas por conhecerem as utilidades medicinais de inúmeras ervas, raízes, lenhos, resinas e outras drogas com as quais tratavam as enfermidades e prolongavam suas vidas.

Em sua viagem a Campos, em 1828, Antonio Moniz de Souza informou que era necessário criar destacamentos para assegurar a aproximação destes trabalhadores em potenciais e proteger as povoações interlocutoras, os mineradores, negociantes e lavradores, como constatou existirem nas margens do Jequitinhonha, onde várias aldeias de Botocudos passaram a produzir roças, garantindo sua subsistência e do comércio (SOUZA, 2000, p. 151).

Em requerimentos datados de 1827 e 1833, encaminhados ao Ministério do Império, temos informações de que Antonio Moniz de Souza e seu ajudante José Marcollino da Silveira atuaram na catequização dos indígenas, tendo inclusive acompanhado a missão financiada por José Moniz Cordeiro Githay, com a incumbência de ser um possível interprete dos Botocudos e seu catequizador, a fim de descobrirem as pedras preciosas existentes nas proximidades do rio situado na Vila de São Bernardo. Ainda nestes manuscritos, ele informa sobre a realidade dos “infelizes” e miseráveis índios que vivem num estado deplorável, “condenados para sempre pelos seus injustos conquistadores”, por todo o Brasil.⁵⁴

Antonio Moniz de Souza condenou a escravidão, a violência e a opressão, seja ela política, doméstica ou trabalhista, enxergando o Outro não trabalhador com um olhar depreciativo. Nesta senda incluiu caçadores, pescadores, facinorosos, viciados, jogadores, pastores, brancos desempregados, ciganos, milicianos, juizes, políticos e outros sujeitos, considerando-os responsáveis pelos atrasos da economia brasileira.

Curiosamente, o primeiro texto da obra “Viagens e Observações de um Brasileiro” faz uma descrição dos usos e costumes do interior, refletindo sobre os efeitos da ociosidade no Brasil. No seu inventário, a primeira classe de desocupado era a de “caçadores” e “pescadores”, por envenenarem poços e lagos com Tinguí, provocando a morte de peixes, rebanhos e seres humanos, responsabiliza-os também pelas queimadas e pelos danos que seus cachorros causam ao gado recém-nascido. Em outro trecho, chamou os caçadores de “bisonho”, “desconfiado”, “sanguinário” e “ciumento” (SOUZA, 2000, p. 50-97).

⁵⁴ Ver: Antônio Muniz de Souza. Requerimentos Encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos). C-0008, 025. (FBN). s.d. Encontramos também informações sobre a sua atuação na catequese no jornal “O Philantropo”, datado de 12 de julho de 1850.

Em seguida, apresentou os “andarilhos”, categoria que se aproveitam da ausência do Estado e da fiscalização para peregrinar, roubar e matar. Continuando, denunciou os “beberrões” e “viciados”, que muitas das vezes se envolviam em atos de violência cujo desfecho era a morte. A quarta classe de ocioso a ser apresentada foi a dos golpistas, dos “jogadores”. Disse que eles viviam de extorquir seus vizinhos e de roubar o dinheiro, o gado e as plantação dos outros, cometendo muitos assassinatos. Sobre seu modo de vida detalhou que:

Os seus bens se limitam a uma palhoça, uma caterva de cães, uma espingarda , um machado para tirar mel de abelhas, uma faca, um facão; a sua copa consta de uns pratos de barro, o chão é a sua mesa, a sua luz é uma fogueira , colher de chinfre, ou pau; o seu assento é um cepo de pau, a sua cama é um girau de varas, e uma esteira sem travesseiro; uma rede, uma viola, uma garrafa de aguardente: a posse destes trastes é indispensável, padeça quem padecer. Eles andam esfarrapados, e seus filhos nus (SOUZA, 2000, p. 51).

Para Antonio Moniz de Souza, depois de reconsiderar o índio, a melhor classe de ocioso era a dos “pastores de gado”, ofício que por sua natureza estava mais próximo do divertimento que do trabalho, por ser feito em montaria, com cavalos que adestravam para este fim. Pesou sobre os pastores a acusação de provocarem a morte de animais para lhes servirem de alimento. Mais adiante, viu os “criadores de gados” como pessoas “acomodadas” e “desmanteladas”, fossem elas proprietárias ou cuidadoras, porque não buscavam solucionar o problema da falta de água na seca criando tanques inexauríveis. Para ele, o uso de pequenas fontes e cacimbas justificavam a grande mortandade dos animais, porque estes que caíam sobre elas, causando mais prejuízos a criação que a própria escassez de pastagem (SOUZA, 2000, p. 65-66).

Denunciou existirem muitas desavenças na cobrança dos tributos desta atividade pelo Tesouro Público já que este recolhia o pagamento em animais ainda pequenos, geralmente cavalos, onerando fortemente o criador. Além disso, afirmou que, em se tratando de criações coletivas, uns ficavam à espera da oferta do outro, causando prejuízo ao Estado (SOUZA, 2000, p. 65-66). Evidenciou que muitos funcionários da Fazenda Nacional usavam de seus cargos públicos e da justiça para apadrinhar pessoas e seus negócios, explorando e monopolizando o comércio do gado e de mantimentos como farinha, arroz, feijão e amendoins (SOUZA, 2000, p. 70-73).

Ainda nos sertões da Bahia, Sergipe e Alagoas, descreveu os “ciganos” como “homens malvados” que “nascem, vivem e morrem a cavalo” disse que “seu sistema é matar, para cujos perversos fins andam sempre armados com armas proibidas como bacamartes, espadas,

espingardas, pistolas e facas de ponta, as quais lhes servem de passaportes” (SOUZA, 2000, p. 63). A última classe apresentada foi a de “desocupados brancos” que vivem como fidalgos e consideravam o trabalho coisa de preto. Disse que eles roubavam as casas e os viajantes, assassinando-os pelas estradas. Para o autor o número de ociosos era alarmante e a isso culpava o Governo.

São tantos os ociosos neste nosso Império, que supondo-o habitado de um milhão de homens livres, cem mil sustentam os outros novecentos mil, prescindindo do escravos, ou para melhor dizer, os escravos são os que trabalham, para sustentar todo o Brasil, que assim mesmo oferece suas vantagens às mais Nações. Si os braços que conténs em ti, ó Brasil, se exercitassem todos em teu proveito, quão feliz então serias! A tua liberalidade chegaria a faltar o Orbe inteiro, se madraços e ociosos ajudados com alguma arte aproveitassem a tua riqueza! Porem disto é causa forte a falta de polícia, e de energia da parte do Governo (SOUZA, 2000, p. 53).

Uma outra categoria ociosa, implícita ao logo do texto, foi a dos “corruptos”, geralmente exercida por “empregados públicos” que usavam seus cargos para enriquecer, coagir e/ou intimidar pessoas. A situação era tão degradante que ele chegou a dizer que a “falta de caráter nos empregados públicos parece ser até uma regra geral, em todas as províncias e vilas” e que estes, sendo “representantes dos povos, que em vez de policiarem tudo quanto está a seu cargo em benefício do público, obram em tudo pelo contrário!” (SOUZA, 2000, p. 69-84).

Horrorizou-se com as arbitrariedades cometidas pelos capitães de ordenança no recrutamento das tropas nas vilas e aldeias, desrespeitando as leis em favor dos seus apadrinhados e da corrupção. Acusou os encarregados da justiça de perseguirem os homens “probo” em delito e deixarem impune os “malvados e revoltosos”, fazendo justiça, apenas, por recompensa (SOUZA, 2000, p. 66-69). Fez queixa dos traficantes por ocuparem cargos da justiça (Capitão de Ordenanças, Sargento-Mor e Juiz) para monopolizar o comércio e enriquecer, cobrando dos poderosos “como podia, porém, dos fracos cobrava como queria” (SOUZA, 2000, p. 70-71).

Concluiu que havia corrupção por toda parte, que existiam oficiais de justiça do mais baixo ao mais supremo escalão envolvido com tais práticas, dentre eles, milicianos, comandantes, capitães-mores, juiz de fora e ouvidores. Além desses, citou escrivães, procuradores, arrecadadores de rendas públicas, a quem chamou de “morcegos”, e os curadores de órfãos que só existiam para crianças abastardas. Destacou que as instituições também contribuía para o atraso da coisa pública, a exemplo da Alfandega, da Junta de

Comércio Industrial e Agricultura e da Junta de Inspeção do Tabaco, que agindo, passivamente ou de forma excursa, onerava a Fazenda Nacional.

Fez severas denúncias do general Labatut, pelos abusos praticados, a quem chamou de “elefante”, “bruto”, “monstro” e “homem imoral sem política e sem instrução de qualidade alguma”. Posicionamento que foi reforçado com a recusa de seus serviços de enfermagem na Guerra da Independência. Tratou como ocioso até o contingente do Batalhão do Imperador, chamando-os de “vadios”, por negligenciarem os doentes, que de uma febre chegavam “a morrer de bichos” (SOUZA, 2000, p. 199).

O Antonio Moniz de Souza viu, registrou, julgou e se posicionou afetivamente sobre o desconhecido, criticando seu mundo. Viu a classe política com um grande desprezo, como os principais responsáveis pelo dismantelo da coisa pública no Brasil. Fez críticas aos camaristas, aos representantes da nação e ao imperador, a quem curiosamente chamava de “imperante”, confessando sentir-se horrorizado com as arbitrariedades do monarca e seus súditos (SOUZA, 2000, p. 113-117).

Em maio de 1828, na obra “Máximas e Pensamentos”, Antonio Moniz de Souza descreveu o seu desencontro com o Ministro do Império, aquele que o fez recuar na carreira de viajante público. Informou que após ter percorrido mais de mil léguas de distância⁵⁵, realizando desvios, convivendo entre selvagens, curando enfermos e atravessando cordilheiras e rios caudalosos para descobrir e coletar as preciosidades dos reinos vegetal, animal e mineral, não obteve o reconhecimento esperado: uma recepção calorosa do Governo, uma patente superior à de capitão, o título da Ordem de Cristo, nem soldos.

Assim descreveu o momento: “Elle olhou para mim com negra, e extranhavel indiferença e eu olhei para ele como hum nullo na ordem da criação, admirando-me de que sua pessoa podesse depender a sorte de alguns milhões de homens!” (SOUZA, 1843, p. 54) e acrescentou: “Em quanto aos meus trabalhos, o pouco fructo que delles resultou he devido a meus Concidadãos, e generosos estrangeiros; muito se podia lucrar se não fosse o indifferentissimo que sempre encontrei em todos os governantes”, excluindo desta constatação, apenas, o Conde de Arcos.

Um outro empregado público que observou foi o “pedagogo”, a quem denominou uma parte de “cruéis” e “estúpidos”. Disse que no interior do Brasil esse posto era ocupado, em sua maioria, por “homens foragidos e até facinorosos, que apenas conhecem os caracteres do

⁵⁵ Antonio Moniz de Souza saiu da Bahia em 25 de março de 1825 e chegou ao seu destino, no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1828.

nosso alfabeto, homens néscios, fanáticos, carcomidos de mil prejuízos e finalmente homens capazes de viciar e corromper” em vez de esclarecer e elucidar as ideias da juventude.

Horrorizou-se com o método de educar “a força da pancada” e com “rigorosos castigos” impostos à mocidade, que compreensivelmente, passavam a fugir e temer as letras. Justificou a realidade com base na péssima remuneração do “melindroso emprego”, que fazia os bons profissionais se dedicarem à rede privada. Defendeu admitir os cargos físicos com prudência e doçura nos casos de insubordinação (SOUZA, 2000, p. 94).

Até mesmo os “religiosos” não foram poupados por Antonio Moniz de Souza. Em dois momentos da obra “Viagens e Observações de um Brasileiro” ele teceu críticas as práticas do clero viajante. Na primeira passagem ele fez três críticas a Igreja: afirmando ser dever do viajante combater os religiosos “fanáticos” que difundem a ideia de que o fim da vida humana é determinado pelo criador, que decide o dia e a hora da morte, impedindo ao homem alterá-lo. Para ele, essa crença incentivava as pessoas, sobretudo as menos ilustradas e mais jovens, a se sujeitarem aos perigos das quais se tornavam vítimas, acreditando que “ninguém morre sem ser chegada a sua hora” (SOUZA, 2000, p. 103-105)

No seu dizer, esse posicionamento levava o clero a compreendê-lo como “libertino”, porque ele defendia essa determinação apenas na velhice, já que “antes de chegar a este termo está sujeito desde que nasce à prematura morte, por milhares de acontecimentos e extravagâncias do mesmo homem” (SOUZA, 2000, p. 103). Ainda na verve da predestinação, criticou a crença de que a fortuna era destinada ou autorizada por Deus e não pelo trabalho, atribuindo aos eclesiásticos a ideia de que “o que for meu, às mãos me há de vir, e mais vale quem Deus ajuda, do quem cedo madruga” (SOUZA, 2010, p. 104).

Condenou também os religiosos por ter introduzido o uso das relíquias em suas práticas, denunciando o lucrativo comércio derivado dela, o qual sujeitava as pessoas mais rústicas a gastarem seus recursos em favor do maior e melhor número de relíquias e orações para obter a cura ou o livramento. Horrorizando-se com o fato de encontrando a morte, justificarem-na pela falta de fé ou quebra da virtude da relíquia (SOUZA, 2000, p. 102).

Mais adiante, Antonio Moniz de Souza confirmou seu posicionamento, afirmando que os viajantes religiosos são os que mais viajam e erroneamente disseminam inaceitáveis práticas pelo interior do Brasil:

As pessoas, que mais têm viajado são os religiosos, especialmente as chamadas barbadinhos. Estes longe de remover os males que pesam sobre os povos, são os que mais contribuem para estes males com suas anti-sociais doutrinas, errôneas opiniões na gente simples do campo, que julga que um homem destes representa a virtude e

sabedoria! É grandíssimo o mal que causa esta gente com suas especulações de rosário, verônicas, e outras relíquias, que eles vendem por bom preço, aconselhando ao simples a pobreza, que ele ostensivamente professam (SOUZA, 2000, p. 188).

Teria essas ideias consideradas libertinas uma relação com a saída de Antonio Moniz de Souza do Convento? Certamente, este posicionamento refletia um pouco do seu espírito questionador, mas também queria demarcar sua singularidade na defesa do trabalho e do desenvolvimento do país, enquanto expressão de uma formação religiosa diferenciada, crítica e naturalista, mas também de sua frustração para com a ausência de controle e incentivos governamentais para a atividade do viajante.

É muito curioso a constatação de que a exclusão vivida por Antonio Muniz de Souza no serviço militar e na atividade de viajante tenha feito ele criticar o militarismo e a atuação de viajantes religiosos. Será que se a patronagem régia tivesse lhe beneficiado mais estaríamos contando uma história diferente? Essa é uma indagação da qual não podemos extrair uma resposta.

Interessante também foi a forma com que ele viu os “portugueses”, acusando-os de se beneficiavam da generosidade dos brasileiros. O “português é muito devedor ao Brasil, porque só veio arrecadar o que estava feito e muitas vezes por meio ilícitos” (SOUZA, 2000, p. 142). Esse era um posicionamento que demarcava sua posição política:

Os brasileiros são geralmente formados de um coração dócil, hospitaleiro, amantes de seus semelhantes, assim se vós quereis, portugueses, desfrutar pacificamente todas as vantagens do nosso abençoado solo, e da nossa generosidade hospitalidade, deixai-vos de nos intrigar, esquecei as cebolas do regime colonial, e largai as estúpidas esperanças do sebastianismo porque o Brasil é, e, há de ser, eternamente dos brasileiros (SOUZA, 2000, p. 208).

Na obra “Descobertas Curiosas”, Antonio Moniz de Souza descreveu o “homem sertanejo” como supersticioso, “crédulos de feitiços, duendes, fantasmas, lobishomens e, mil outras imposturas”, acusando ser as idosas as mais “encasquetadas” em tais crenças e superstições. No seu dizer eles faziam o uso inadequado das ervas medicinais e muitas das vezes, na intenção de curar, acabavam matando o enfermo, aplicando-lhe inúmeros tratamentos (OLIVEIRA, 1946, p. 134-135)

Criticou a exagerada valorização da palavra do sertanejo, que mesmo tendo ele “feito tenção”, via-se na obrigação de cumprir seu propósito. Chamou-os de preguiçosos por não aproveitarem a cochinilha, a baunilha e os sais dos seus rios. Disse que eles mal plantam legumes, dedicando-se “à caça de bichos, de cujas peles se vestem, e as vezes sem curtil-as,

deitados todo o mais tempo em suas rêdes, entregues ao ocio, e é miséria, e reproduzindo-se em crimes, que inventa a mm. Ociosidade” (OLIVEIRA, 1946, p. 135). Preocupou-se também com os curandeiros e não religiosos, a quem chamou, respectivamente, de “peste” e “homens sem moral” (SOUZA, 1845, 1-18).

Não somente o Outro foi observado pelo viés do trabalho, ficou evidente que até mesmo os costumes que privassem os brasileiros do trabalho eram vistos negativamente, pois causavam prejuízos a nação, a exemplo do “luto” pela morte de um familiar que foi considerado por ele rigoroso. O costume variava segundo o parentesco e chegava a durar entre três e oito dias. Criticou também a celebração do “Entrudo”, os festejos dos três dias que antecedem o período quaresmal com brincadeiras, desafios, comidas e bebidas; ele o chamou de “indecente”, “improprio” e “indecoroso” (SOUZA, 2000, p. 80-81).

Um outro costume que incomodava Antonio Moniz de Souza era a “Cavallhada”, a quem disse ser “rústico” e “bárbaro”, geralmente realizado em festividades, inclusive religiosas. Tratava-se de uma brincadeira que consistia em pendurar animais em uma corda (carneiros, garrotes, pombos e outros), sustentada por estacas, a fim de terem suas cabeças decepadas a título de competição. Testemunhou que por um lado se “compungia de ver a sorte daqueles irracionais; por outro, ainda mais” se “compadecia da rusticidade e loucura dos homens”, daqueles que conhecia “que tinha uma boa alma, e que só punha em cena tão bárbara prática por sua extrema rusticidade e falta de educação” (SOUZA, 2000, p. 83).

Até o costume de tirar o chapéu incomodou ao viajante, no seu dizer, o objeto causava ofensas, intrigas, despesas e constipações, esta por deixar a cabeça suada e abafada (SOUZA, 2000, p. 100-101). Além desse, criticou o consumo excessivo de aguardente, porque ele maculava fisicamente e moralmente o sujeito, tornando-o um pervertido, um violento e um ocioso.

O homem que se entrega minimamente à bebida, perverte a moral; perde os bons sentimentos e fica, por consequência, apto a cometer os maiores atentados e temeridades, de que resultam graves trabalhos e a mesma morte e ainda que esta não provenha de catástrofes originada pela bebedice, é resultado de uma existência estragada pelo dano que a embriagues causa ao físico e moral (SOUZA, 2000, p. 78).

Nota-se que o Outro ocioso era temido, entretanto, alguns, podiam ser incorporados socialmente pelo trabalho. Ele foi de encontro a má administração agrícola, denunciando as negligências do império, as pontes quebradas, as habitações impróprias e a miserabilidade do interior. Condenou o péssimo uso da mão de obra do Brasil, criticando os inadequados

métodos de se lavrar a terra, fabricar o tabaco, o açúcar e o aguardente, de se colher o olho da Copaíba e a Puaia, de se produzir a farinha, armazenar o café e cultivar, colher e exportar o arroz.

Antonio Moniz de Souza requereu do legislativo soluções para o desvalido agricultor brasileiro, que “esquecido e abandonado pelos políticos que regem os seus destinos acha sempre apoio nos férteis terrenos, e saudável clima, única ancora e amparo da nossa agricultura” (SOUZA, 2000, p. 109). Ele falou da má extração do mel e do aproveitamento do sal, destacou a negligência para com as plantas exóticas, batatas e o coco. Apoiou o controle do corte do Pau-Brasil, condenando a destruição das matas e das florestas e o péssimo método de se curar o gado.

Antonio Moniz de Souza culpou o atraso da economia nacional ao desconhecimento das potencialidades do Brasil, de certa forma, esse era a consequência do esquecimento do viajante público, papel que foi mal desempenhado, no seu dizer, pelos religiosos “barbadinhos”, a quem acusou de disseminar doutrinas antissociais e comercializar relíquias sagradas. Para ele, o país precisava conhecer as utilidades de sua natureza, por especialistas, necessitava regularizar suas práticas e instituições da arte médica, criando laboratórios químicos e cursos de Ciências Naturais. Antonio Moniz de Souza falou ancorado em um universo de pertencimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora que chegamos até aqui se faz necessário alinhar todos os pontos da narrativa a fim de arrematá-los no bastidor da história, formando uma estampa interpretativa, explicativa e reconstrutiva de uma vida e de sua época. Nessa tessitura, enveredamos pelos sentidos da trajetória do viajante público Antonio Moniz de Souza, buscando compreender as nuances do seu olhar em seu fascinante encontro com a natureza e com o Outro.

No texto introdutório, procuramos delimitar os limites espaciais, cronológicos, teóricos e metodológicos da pesquisa. Ao longo do nosso discurso, buscamos explorar a subjetividade do viajante, apresentando seções que dialogavam com suas representações, olhares e encontros. Para tanto, seccionamos sua trajetória em três representações: Antonio Moniz de Souza, Antonio de São Francisco de Assis e o Homem da Natureza. A iniciativa procurava melhor compreender suas miudezas, cada uma de suas experiências e respectivos universos, num só sujeito e em seus vários mundos, de avizinhamento e desencontros.

Em torno de Antonio Moniz de Souza encontramos um vaqueiro, um comerciante e o capitão de forasteiro de Lagarto, personagens do campo, fortemente marcados pelo militarismo e resistência do homem do sertão. Em volta de Antonio de São Francisco de Assis, observamos o donato, o naturalista e o intelectual que aperfeiçoou os conhecimentos recebidos em seu torrão natal. Por último, com o Homem da Natureza, conhecemos um sujeito politizado, insatisfeito e viajante público, aquele que dividiu o desconhecido em mundos que se aproximavam ou distanciavam-se de si.

Em resumo, nestas três representações, respectivamente, procuramos dissertar sobre seu encontro com o mundo rural e meio natural em Campos, na Vila do Lagarto; com o mundo religioso, natural e intelectual no Rio de Janeiro e com o Outro e seus costumes nos sertões do Brasil, através de suas viagens e observações. Foi adotando esta perspectiva metodológica que tentamos compreender o olhar do viajante público Antonio Moniz de Souza sobre seus mundos e os Outros.

Inicialmente, buscou-se apresentar uma biografia e a bibliografia do viajante público Antonio Moniz de Souza, fontes fundamentais para construção desta narrativa. Essa construção foi propositalmente articulada para facilitar a compreensão do texto que ao longo do seu curso passou a ser melhor detalhada, problematizada e analisada. Em seguida, procurou-se identificar o lugar e a projeção de Antonio Moniz de Souza na literatura de

viagem e na historiografia, destacando a importância do seu pensamento e do seu cabedal literário para a construção de uma ideia de natureza brasileira no início dos oitocentos.

Doravante, fez-se um breve inventário de trabalhos que tratavam sobre o viajante, para aferir às representações que foram construídas no seu pós-morte. Posteriormente, enveredamos pela sua trajetória de vida, no contato com o mundo natural, trabalhando com a representação Antonio Moniz de Souza, no seu universo militar, econômico e rural, a partir de seu itinerário de agricultor e viajante público. Destacou-se suas origens e vivência do vaqueiro, enfatizando que foi nestes lugares que o Homem da Natureza teve sua primeira formação intelectual, natural e moral, através da circularidade cultural.

Posteriormente, fitou-se na formação religiosa, naturalista e intelectual de Antonio de São Francisco de Assis, destacando sua passagem pelo convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro. Evidenciamos que os aprendizados adquiridos por ele no campo foram muito úteis para essa sua transformação/formação. No que se refere ao aprendizado sacro, este, agregado ao campestre, dotou o Capitão Antonio Moniz de Souza de sensibilidade e o fez enxergar o desconhecido (o meio natural e o Outro) de forma bem subjetiva. Foi esta formação religiosa que o aproximou do campo intelectual.

Foi no Convento que Antonio Moniz de Souza tornou-se um intelectual, aprimorando seu conhecimento e sensibilidade sertaneja sobre a natureza, enxergando-a enquanto fonte de cura, riqueza e desenvolvimento. Foi lá também que atinou para o Outro que passou a cuidar enquanto enfermeiro, porteiro, botânico e missionário, observando-o próximo ou distante de si e de seus costumes, conforme sua percepção política e social.

Após identificar o lugar e os sentidos do olhar particular de Antonio Moniz de Souza, partiu-se para uma análise da construção de sua representação enquanto Homem da Natureza. Concluimos que esta foi uma imagem fabricada em seu tempo, pela imprensa e pela intelectualidade da época, mas que também foi assumida por ele nos diálogos que manteve com diversas instituições do saber. Feito isso, encaminhou-se para a apresentação e exame das imagens que esse olhar fez de si e do Outro.

Concluimos que o Homem da Natureza foi um produto de sua experiência de vaqueiro e religioso, projetadas no ofício de viajante público e intelectual. Todos os sentidos dessas vidas estiveram entrelaçados pelo desejo de fazer fortuna, ser útil ao próximo e pelo amor a natureza, que desbravou, compilou e deu publicidade. Mas também demarcam os caminhos percorridos para se alcançar o reconhecimento, parcialmente negado ou incompleto, numa narrativa testemunhal que se torna indispensável para a compreensão da natureza, dos costumes e das sociedades na primeira metade dos oitocentos.

A partir da compreensão do seu pensamento foi possível elucidar sobre o polissêmico Antonio Moniz de Souza e sua época, na atividade reflexiva de viajar, olhar e registrar o diferente, aquele que estava fora e dentro de si mesmo. Ele enxergou o Outro a partir do trabalho, caracterizando o mundo como ocupado ou desocupado, de acordo com as suas afinidades e convicções socioeconômicas, políticas e culturais.

Foi um sujeito politizado, que estava bastante insatisfeito com sua realidade social. Por essa razão, denunciou as arbitrariedades da justiça, da educação, da igreja, das instituições públicas e dos políticos de sua época, apontando os caminhos para a construção de uma sociedade mais desenvolvida e justa. Por um lado, revelou-se um sujeito muito influente no seu tempo, vindo de uma família tradicional e abastarda, que dialogava com as elites e intelectuais da época. Mas por outro, mostrou-se um sujeito incompleto, muito insatisfeito com o seu lugar neste universo social, que não correspondia aos seus anseios particulares e coletivos.

Como viajante público, ele desbravou e revelou as potencialidades dos reinos vegetal, animal e mineral. Para ele, a natureza constituía o maior patrimônio de uma sociedade, pois era fonte de riqueza e desenvolvimento. Por esta razão, passou a identificar, registrar e instruir aos brasileiros para o melhor aproveitamento desse potencial econômico, medicinal e agropecuário. Ele é um retrato típico de um inquieto nacionalista, que teve percepções políticas e ambientais ainda atuais, atento para as potencialidades desta nação e preocupado com as mazelas que lhe impediram de avançar no desenvolvimento e no bem-estar social.

Ele escreveu na verve naturalista, religiosa e política, apresentando a natureza brasileira, sua gente e os atrasos deste país, lançando as bases da construção de uma identidade nacional. Por criticar o governo, o Homem da Natureza teve seus anseios políticos negados pelo Estado e isto reforçou ainda mais sua insatisfação.

O Filósofo da Natureza disseminou as práticas da medicina que aprendeu com a gente do Brasil, sobretudo, com os índios e os botânicos do Rio de Janeiro. Dedicou-se também a catequese dos índios e das sociedades do interior, buscando preservar o cristianismo, os bons costumes e a moral de sua época, combatendo tudo aquilo que fosse de encontro aos seus princípios e formação intelectual, política e religiosa.

O capitão Antonio Moniz de Souza registrou o mundo do seu lugar, fazendo as leituras que seus olhos puderam atribuir sentido. Sua trajetória pode nos elucidar como as escolhas e contextos determinados por um sujeito agencial pode caracterizar o espaço de uma vida, nos informando sobre ela e seu coletivo. Percebendo a forma como o campo e a religiosidade reverberou na construção do Homem da Natureza.

Acreditamos que alcançamos o nosso propósito inicial, que foi compreender o olhar de Antonio Moniz de Souza sobre o meio natural e o Outro, apresentando uma perspectiva interpretativa e metodológica distinta dos trabalhos até então evidenciados. Todavia, estamos longe de esgotar esta discussão, inúmeras outras questões, suscitadas por este texto, poderão melhorar e completar o entendimento que fizemos sobre o complexo viajante público Antonio Moniz de Souza.

REFERÊNCIAS

FONTE MANUSCRITA

Antônio Muniz de Souza. **Requerimentos Encaminhados ao Ministério do Império**. (20 documentos). C-0008, 025. (FBN). s.d.

Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Sergipe (1619-1822) - Caixa 09, doc. 31 – Século XVIII.

Souza, Marcos Antônio. **Memória sobre a Capitania de Sergipe. Ano de 1808**. Aracaju: Departamento de Estatística, 1944.

JORNAIS

Aurora Fluminense. Rio de Janeiro. Nº 544. 1831. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital.

_____. Nº 722. 1833. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital.

_____. Nº 893. 1834. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital.

Correio Mercantil. Nº 278. 1848. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital.

Correio Sergipense. Sergipe. Nº. 36, 1855. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. Nº 259. 1857. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital.

_____. Nº 315. 1840. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital.

_____. Nº 390. 1829. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital.

O Brasileiro. Rio de Janeiro. Nº 62. 1833. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital.

O homem e A América. Rio de Janeiro. Nº 18. 1832. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital.

O Nacional. Rio de Janeiro. Nº 37. 1833. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital.

O Philantropo. Rio de Janeiro. Nº 67. 1850. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital.

FONTES DIGITAIS

SOUZA, Antonio Moniz de. **Viagens e observações de um brasileiro que desejando ser útil à sua pátria se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus patrícios, os três reinos da natureza, em vários lugares e sertões do Brasil oferecidas à nação brasileira.** Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01718900#page/1/mode/1up>>. Acessado 20. mar. 2013.

_____. **Máximas e pensamentos praticados por Antônio Moniz de Souza, O Homem da Natureza, natural da província de Sergipe Del'Rei, em suas viagens pelos sertões do Brasil desde 1812 até 1840. Publicados por um amigo seu.** Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242541>>. Acessado em 15 ago. 2013.

REVISTAS

ABREU, Capistrano de. 1853-1924. **Capítulos de história colonial: 1500-1800.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf?sequence=4>>. Acessado 20 maio 2016.

BELLUZZO, Ana Maria. *A Propósito d'o Brasil dos Viajantes.* **Revista USP**, São Paulo (30): 8-9, jun-ago. 1996.

BENTO, Cláudio Moreira, 1931. *Canguçu reencontro com a história: um exemplo de reconstituição de memória comunitária.* Porto Alegre: **Instituto Estadual do Livro**, 1983. 184 p.: il.; 22 cm. [186.4.20]. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/cangureenchist.htm#osabio>>. Acessado em 28 fev. 2016.

CANTINHO, Maria João. **Aby Warburg e Walter Benjamin: a legibilidade da memória.** Publicado em https://www.academia.edu/11794670/Aby_Warburg_e_Walter_Benjamin_A_Legibilidade_da_Mem%C3%B3ria. Em 13 abril 2015.

DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991, pa. 177-197.

FLECK, Eliane Deckmann. *A abordagem historiográfica dos séculos XIX e XX sobre a atuação de médicos e boticários jesuítas na América platina no século XVIII*. In: **História, Ciência, Saúde – Maguinhas**.

GALLINI, Stefania. *Invictación a la historia ambiental. Cuadernos Digitales: publicación eletrônica em historia, archivística y estudios sociales*. V. 6 (18), octubre 2002.

GUARANÁ, Armindo. *Antonio Muniz de Souza. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. v. III, n. 6, p. 167-181. 1916.

KURY, Lorelai. *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, V.VIII (Suplemento), 863-80, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8s0/a04v08s0.pdf>>. Acessado em 05 dez. 2015.

LISBOA, Karen Macknow. *Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: Quadros da Natureza e Esboços de uma Civilização. Re. Bras. de His.* São Paulo, v.15, n9, p.73-91. 1995.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Anotações sobre a botânica em Sergipe durante a primeira metade do século XIX. Revista da Fapese*, Aracaju, v.1, n.1, p.7-22, 2005.

OLIVEIRA, Antonio Moniz Souza e. Descobertas curiosas. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.73, p. 129-174, 1946.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental. Estudos Avançados*. 24 (68), 2010.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **Lagarto e a emancipação política de Sergipe**. Disponível em: < <http://www.lagartense.com.br/36859/lagarto-e-a-emancipacao-politica-de-sergipe>>. Acessado em 10. set. 2015.

SANTOS, Laura Carvalho dos. *Antônio Moniz de Souza, o 'Homem da Natureza Brasileira': ciência e plantas medicinais no início do século XIX. História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro. v.15, n.4, p.1025-1038, out.-dez. 2008

WORSTER, Donald. *Para Fazer História Ambiental. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991, p. 198-215.

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVRO

ANKERSMIT, F. R. *Experiência Histórica: Além da virada linguística*. In: **A Escrita da História: a natureza da representação histórica**. Tradutores: Jonathan Menezes et al. Londrina: Eduel, 2012, p. 227-268

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. In: SOUZA, Antônio Moniz de. SOUZA, Antonio Moniz de. **Viagens e observações de um brasileiro que desejando ser útil à sua pátria se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus patrícios, os três reinos da natureza, em vários lugares e sertões do Brasil oferecidas à nação brasileira**. 3. ed. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 2000 [1834].

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Tradução, Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

ARÓSTEGUI, J. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006.

AUREL, Jaume. *O Pós-modernismo e a Prioridade da linguagem; Epílogo: O Recurso da Terceiras Vias*. In **A Escrita da História: Dos positivistas aos pós-modernos**. Trad. Rafael Ruiz. São Paulo: Instituto brasileiro de filosofia e ciência “Raimundo Lúlio”, 2010.

BAKHTIN, Mikhail (Volochnikov). *O discurso de outrem*. In: **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 144-154.

_____. Os Gêneros do Discurso. In: **Estética da criação verbal**. 6ª ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: wmMartins Fones, 2011, p. 261-306

BARROS, José D’Assunção. **O campo da história; especialidades e abordagens**. 5º ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. **O Projeto de Pesquisa em História: da escola do tema ao quadro teórico**. 6º Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BELLUZZO, Ana Maria de Maraes. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Metalivros; Salvador, BA: Fundação Emílio Odebrecht, 1994a.

_____. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Metalivros; Salvador, BA: Fundação Emílio Odebrecht, 1994b.

_____. **O Brasil dos viajantes.** São Paulo: Metalivros; Salvador, BA: Fundação Emílio Odebrecht, 1994c.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de suas técnicas de representação.* In: **Magia e Teoria, arte e política: ensaios sobre literatura e História da cultura.** Trad. Paulo Sérgio Rouanet. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012a, p. 179-212.

_____. *Sobre o Conceito de História.* In: **O Anjo da História.** Organização e trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b, p. 7-20.

BLOCK, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O Ofício do historiador.** Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. *Grandezas e misérias da biografia.* In: PINSKY, Carla B (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. *A ilusão biográfica.* In: MORAIS, Marieta (Org.). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. *Espaço social e espaço simbólico.* In: **Razões práticas: Sobre a teoria da ação.** 4ª reimpressão. Tradução de Marilza Corrêa, Campinas: Papius Editora, 2014, p. 7-33

BURKE, Peter. **O que é História Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** 2º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Cultura no plural.** Tradução de Enid Abreu Dabrânszky. Campinas, SP: Papius, 1995. (Coleção Travessia do Século).

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

_____. *O Mundo como representação.* **Estudos avançados**, 11(5), 1991.

DANTAS, Ibarê. **Memórias de Família: o percurso de quatro fazendeiros.** Aracaju-Se. Criação, 2013.

DOSSE, Fraçois. **O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida**. São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 2009.

_____. *Paul Ricouer revoluciona a História*. In: **A História à prova do tempo: Da História das migalhas ao resgate do sentido**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 71-100

DUARTE, Regina Horta. **História & natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

EDELWEISS, Frederico. *Antonio Muniz de Souza*. In: SOUZA, Antonio Moniz de. **Viagens e observações de um brasileiro que desejando ser útil à sua pátria se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus patrícios, os três reinos da natureza, em vários lugares e sertões do Brasil oferecidas à nação brasileira**. 3º ed. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 2000 [1834].

FERNANDES, João Azevedo. *O Olhar interno: as viagens de Antonio Moniz de Souza e a civilização do interior*. In: **Culturas e Sociabilidades no Oitocentos: possibilidades de pesquisa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais**. 2 ed. Brasília, DF: CAPES; Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Aracaju: Secretaria de Cultura e Turismo, 2002.

FONSECA, Floriano Santos. **Febres e fraudes na vila do Lagarto: apontamentos para o estudo da História de Lagarto**. Aracaju: Infographics, 2015.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (Org.) **Mulheres viajantes no Brasil (1764-1820) : antropologia de textos / Jemima kindersley, Elizabeth Henrietta Macquarie, Rose Freycinet**. Tradução de Jean Marcel Carvalho França. Rio de Janeiro : José olympio, 2008. (Sabor Literário)

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis.Vozes: Aracaju, Governo do Estado de Sergipe, 1977. 416 p.

_____. **História territorial de Sergipe**. Sociedade Editorial de Sergipe/Secretaria de Estado da Cultura. FUNDEPAH, 1995.

FREITAS, Itamar. **Historiografia sergipana**. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2007.

FULCOALT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. **O Queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.143-179

GRENDI, Edoardo. *“Microanálise e História Social”*. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro & ALMEIDA, Carla M. C. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2009.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Governo de Sergipe: 1925.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das et. al. (orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. **Civilizando as Artes de Curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular do Império**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016. 150 p.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 7ª ed. São Paulo: Editora DP&A, 2002.

HEBECHE, Luiz. **Da Consciência do discurso: o ensaio sobre Mikhail Bakhtin**. Florianópolis: Nefipe, 2010.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000. p. 25-54.

KOSELLECK, Reinhart. “*Espaço de experiências*” e “*horizonte de expectativas*”: duas categorias históricas. In: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto. Editora da PUC-RJ, 2006, p. 305-327.

KRAME, Lloyd. *Literatura, crítica e imaginação histórica: O desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra*. In: HUNNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Tradução Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Mastins Fontes, 1992, p. 131-173.

LACAPRA, Dominick. *Retórica e História*. Tradução de Eduardo Ferraz Felipe e Thiago Ponce de Moraes. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 6, no.1, jan.-jun., 2013.

LE GOFF, Jacques. *Documento-Monumento*. In: **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão et all. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1990, p. 423-554

_____. **São Francisco de Assis**. São Paulo: Editora Record, 1998.

LEVI, Giovanni. “*Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo*”. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 203-223

LEVILLAIN, Philippe. *Os protagonistas: da biografia*. In: RÉMOND, René (Org). **Por Uma História Política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LIMA, Jackson da Silva. **História da Literatura Sergipana**. Vol. I. Aracaju: Livraria Regina LTDA, 1971.

MARTIUS, Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010, 266 p.

MATA, Sérgio da. *Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico*. In NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de (Orgs.). **Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 59-76.

MOLINA, Manuel González de. *La crisis de la modernidade historiográfica y el surgimento de la historia ecológica*. In: **História e meio ambiente, o impacto da invasão europeia**. Coimbra: Centro de Estudos de Historia do Atlântico, 1999, p. 17-51.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Colonial & Imperial: religião, família, escravidão e sociedade 1591-1882**. São Cristóvão: Editora UFS. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. 210 p.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: Fundesc, 1986.

MURARI, Lucina. **Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

NETO FELIPE, Elias. **Tobias Barreto, Minha Terra**. Tobias Barreto: Gráfica N. Sr^a Imperatriz, 2010.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 2^a ed. São Cristóvão: Editora UFS. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

_____. **Sergipe Provincial I (1820/1840)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

OLIVIERI, Marco Antonio Villa et al. **Cronistas do descobrimento**. 5 ed. São Paulo: Ática, 2012.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História Econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracajú, UFS, programa Editorial da UFS. 1987.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2^a ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PORTO, Liliana. **A ameaça do outro: magia e religiosidade no Vale do Jequitinhonha (MG)**. São Paulo: Attar, 2007 (Coleção de antropologia: movimentos religiosos no mundo contemporâneo).

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

REIS, José Carlos. *O entrecruzamento entre narrativa histórica e narrativa de ficção*. In: **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010 (Coleção FGV de bolso. Série História).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICOUER, Paul. *A Condição histórica*. In: **A Memória, a História, o esquecimento**. Campinas/SP: Editora da Unicamp 2007, p. 296-513.

RICOUER, Paul. *A representação historiadora*. In: **A Memória, a História, o esquecimento**. Campinas/SP: Editora da Unicamp 2007, p. 247-296.

RICOUER, Paul. *Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico*. In: **Tempo e Narrativa**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Revisão técnica: Maria da Penha Vilela. Campinas SP: Papyrus, 1997, p. 105-169.

RÖWER, Basílio. **O Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro: sua história, memórias e tradições**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Capítulos de História da Historiografia Sergipana**. 1º. ed. São Cristóvão: Editora da UFS/Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2013. 144 p.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **Contradições da romanização de igreja no Brasil - A festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928)**. Aracaju: Edis, 2016. 408 p.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHAPP, Wilhelm. **Envolvido em Histórias: sobre o ser do homem e o da coisa**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2007.

SCHMITD, Benito. *Construindo biografias. Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 9, 1997.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006. 432 p. il. - (Estudos históricos; 63).

SILVA, José Calazans Brandão da. *Introdução ao Estudo da Historiografia sergipana*. In: **Aracaju e Temas Esparsos**. Aracaju: Governo do Estado do Sergipe/ FUNDESC, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Bahia, a Corte da América**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. (Coleção Brasileira)

SOBRINHO, Sebrão. **Tobias Barreto, o Desconhecido: gênio e desgraça**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1941.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **História e Historiografia Sergipana**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2013.

TAUNAY, C. A. **Manual do Agricultor Brasileiro**. Organização de Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais, 1500-1800**. Tradução de João Roberto Martins Filho. Consultor da edição Renato Janine Ribeiro. Consultor de termos zoológicos Márcio Martins. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. **Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe – o – Memorial Histórico da Política da província de Sergipe**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsány e Tomás J. M. K. Szmrecsányi. 8ª ed. Livraria Pioneira Editora: São Paulo, 1994.

WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. *O Fardo da História*. In: **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 2014, p. 39-63.

DISSERTAÇÕES E TESES

ANTONIO, Edna Maria Matos. **“A independência do solo que habitamos”: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro. Sergipe (1750-1831)**. 2011. 391 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2011.

MENEZES, Wanderlei Oliveira. **Ordem e transgressão em Sergipe d'El Rey: A trajetória dos Sargento-Mor Bento José de Oliveira (1763-1808)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Laura Carvalho dos. **Homens e natureza: saberes e usos de plantas medicinais a partir dos relatos do viajante Antônio Moniz de Souza. Salvador (1808-1828)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.